Três Aberturas em Ontologia:
Frege, Twardowski e Meinong.

Organização, tradução e apresentação
de Celso R. Braida

ROCCA BRAYDE
EDIÇÕES

2005

Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong.
Organização, tradução e apresentação de Celso R. Braida.
Versão Digital
Rocca Brayde, Florianópolis, 2005.

CELSO R BRAIDA

Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong

Textos traduzidos:

G. Frege
"Leis básicas da Aritmética, Prólogo"
K. Twardowski
"Sobre a doutrina do conteúdo e do objeto das representações" (§§ 1-7)
A. Meinong
"Sobre a teoria do objeto"

Rocca Brayde - 2005

Sumário

Uma apresentação enviesada 7

Friedrich Ludwig Gottlob Frege . . 11
-Prólogo às *Leis básicas da Aritmética* . . . 13

Kasimir Twardowski 43
-Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações 45
§ 1. Ato, conteúdo e objeto de representação . . . 45
§ 2. Ato, conteúdo e objeto do juízo . . . 47
§ 3. Nomes e representações 53
§ 4. O "representado" 55
§ 5. As assim chamadas representações "sem objeto" . 65
§ 6. A diferença do conteúdo e do objeto de representação 76
§ 7. Descrição do objeto de representação . . 82

Alexius Meinong 91
-Sobre a teoria do objeto 93
§1. A questão 93
§2. O pré-juízo a favor do efetivo . . . 95
§3. Ser-tal e não-ser 99
§4. O extra-ser do objeto puro 101
§5. Teoria do objeto como Psicologia . . . 106
§6 Teoria do objeto como teoria dos objetos
do conhecimento 110
§7 Teoria do objeto como "lógica pura" . . . 113
§8 Teoria do objeto como Teoria do conhecimento . 115
§9 Teoria do objeto como ciência especial . . 119
§10 A teoria do objeto nas outras ciências. Teoria geral
e teoria especial do objeto 122
§11 Filosofia e teoria do objeto 127
§12 Conclusão 139

Uma apresentação enviesada
[Celso R. Braida]

O conceito de objeto foi esvaziado pelas principais doutrinas filosóficas recentes sob a alegação de que a consciência e ou a linguagem constituem a objetividade dos objetos. A tese da relatividade ontológica, nas versões fenomenológicas e lógico-semânticas, tornou-se consensual e prédomina o pensamento filosófico e científico. Que esta predominância tenha de ser repensada poucos percebem, embora já se perceba que esse consenso está fundado em bases infundadas. Na origem desse esvaziamento está a eleição da análise da consciência e da linguagem, enquanto disciplina inaugural do pensamento, a partir da qual todos os conteúdos dignos de serem pensados deviam ser abordados, e a conseqüente eliminação de conceitos metafísicos tais como os de ser, substância, essência, etc., do discurso filosófico. Entretanto, com esse mesmo gesto também acreditou-se poder descartar os conceitos ontológicos de entidade, objeto, propriedade, relação, etc., enquanto relativos, por conseguinte, elimináveis. Todavia, a própria formulação da tese da relatividade ontológica *supõe* objetos e propriedades como relativos a *algo* e, nesse sentido, não pode ser usada para eliminar os conceitos ontológicos, sob pena de jogar este algo em relação a que *tudo* é relativo para o domínio do impensado e do não-relativo.

Agora, se a noção de objeto ocupa nas filosofias metódicas pós-kantianas o lugar antes reservado à noção de ente (*on*, *esse, seiende*), uma teoria do objeto pode ser vista, então, como uma *abertura* ontológica. Abertura no sentido dos enxadristas, a saber, enquanto tomadas de decisões e ações iniciais. Eu penso, a partir desse *viés*, que os textos aqui traduzidos, de Frege, Twardowski e Meinong, apresentam três aberturas de possíveis ontologias. E, assim como no Xadrez, embora uma abertura seja em larga medida decisiva para a partida, ela não

é suficiente para a finalização. Esses três exemplos de recomeços não-metafísicos em ontologia constituem ainda hoje desafios a serem realizados. Jogar em conformidade com suas decisões e regras, penso eu, ainda é interessante e frutífero. Russell, Whitehead, Wittgenstein, Carnap, Hartmann, Husserl, Heidegger, Quine, entre outros, se apropriaram e usaram de modo particular essas aberturas, e ao menos três grandes movimentos filosóficos do século XX daí receberam influxos decisivos: a filosofia analítica da linguagem, a fenomenologia e a escola polonesa. Todavia, como bem sabemos, os usos de uma abertura, mesmo quando vencedores, não esgotam nem excluem outros e melhores usos, além de justamente poderem ser apontados, do ponto de vista instaurado pela abertura, como fracassos e desvios a serem evitados.

Nas três aberturas aqui consideradas está claramente estabelecida como fundante e indispensável a relação com algo distinto e não imanente à consciência e à linguagem. O ser-consciente é pensado como um estado de remissão a algo que não é *na* e nem *da* consciência, do mesmo modo que o ser-significativo. Na formulação dos três autores essa tese aparece na afirmação da exterioridade do objeto em relação à representação e à consciência. Com esse lance, abandona-se o princípio segundo o qual ser e pensar são o mesmo e, também, o princípio da imanência segundo o qual somente podemos pensar o que está em nossa mente. Frege era explícito quanto a esse ponto, ao dizer: "*existe algo que não é minha idéia e que, ainda assim, pode ser objeto de minha consideração, de meu pensar*". O cerne do debate, portanto, não obstante girar em torno da noção de entidade e de objeto, implica uma revisão da *teoria do juízo* (e da proposição) e da compreensão mesma do que é pensar. As diferenças entre os três autores aqui reunidos surgem justamente da maneira distinta pela qual respondem às perguntas "o que é expresso por uma sentença?", "O que significa julgar?" e "O que significa pensar?". Frege abandona completamente a teoria tradicional do juízo e do pensamento, modificando inclusive os fundamentos da lógica, enquanto

que Twardowski e Meinong reformulam a teoria do juízo e da consciência, herdadas de Kant e Mill.

Os três textos apresentam aberturas para uma nova ontologia sem "propriedades transcendentais" e sem "formas substanciais". Dito francamente, a relatividade ontológica já está ali formulada de modo explícito. Todavia, ao dizer isso, eu na verdade pretendo sugerir que esses textos podem ser usados, *ex contrario*, como antídotos contra o consenso generalizado em torno do relativismo ontológico e do subjetivismo metódico que permeiam quase toda a filosofia e reflexão culta hodiernas, que têm por óbvio que a realidade é uma construção e que todo pensamento, por estar referido apenas aos seus construtos, sempre é relativizável. Os três autores, em algum momento de sua reflexão, fazem uso da noção de algo distinto de nosso pensamento e discurso, da noção de algo que não é construto nosso e ao qual nos referimos ao pensar e falar, e pelo qual pensamentos e discursos podem ser aferidos e referendados. A minha leitura desses textos, e nisso eu vou contra o consenso acima citado, os toma como fundando a posição de que os conceitos ontológicos (entidade, objeto, propriedade, relação, etc.) não são redutíveis aos conceitos noemáticos (pensamento, consciência, conceito) e nem aos conceitos semânticos (linguagem, gramática, sentido). A noção de algo a que o pensamento, e ou a linguagem, se dirige enquanto seu real, implica, a meu ver, que nenhuma teoria filosófica da consciência (e do pensamento) e nenhuma teoria da linguagem (e da gramática) pode substituir a ontologia (e a lógica). Por esse viés, os três textos podem servir de base para distinguir entre os objetos ditos e pensados dos objetos reais ou efetivos e, desse modo, serem lidos como aberturas legitimadoras da necessidade das noções ontológicas.

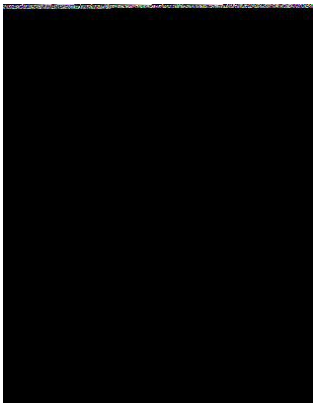
A ontologia foi, ao longo do século XX, subsumida e substituída por procedimentos de análises semânticas, gramaticais e fenomenológicas, e explicitamente o conceito forte de objeto, e de entidade, foi definido em termos gramaticais, fenomenológicos e psicológicos. Os três textos aqui selecio-

nados, em geral, são mencionados por aqueles que defendem estes procedimentos. Todavia, eu penso poder encontrar nesses textos justamente a crítica antecipada, e correta, às tendências relativizantes e esvaziadoras da ontologia. O ponto dessa resistência é o conceito de algo independente e diferente de qualquer conteúdo mental ou lingüístico, relativamente ao qual pensamentos e enunciações são, ao contrário do enunciado da tese da relatividade ontológica, *relativos*.

Florianópolis, Abril de 2005.

Friedrich Ludwig Gottlob Frege

(1848-1925)



Nascido em 8 de Novembro de 1848, em Wismar, Frege foi matemático, lógico e filósofo, considerado o fundador da lógica matemática moderna e também o fundador da assim chamada filosofia analítica da linguagem, tendo influenciado decisivamente a Filosofia do século XX por sua recusa do empirismo, do psicologismo e do formalismo. O seu estilo lúcido e conciso, e sua preocupação em explicitar todos os passos do pensamento, rapidamente fizeram seus textos clássicos filosóficos. Entre as principais obras estão: *Begriffsschrift (Conceitografia), eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens* , Halle a. S., 1879; *Die Grundlagen der Arithmetik (Os fundamentos da Aritmética): eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*, Breslau, 1884; *Funktion und Begriff: Vortrag, gehalten in der Sitzung vom 9. Januar 1891 der Jenaischen Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft*, Jena, 1891; "Über Sinn und Bedeutung", in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, C (1892): 25-50; "Über Begriff und Gegenstand", in *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie*, XVI (1892): 192-205; *Grundgesetze der Arithmetik* (Leis básicas da Aritmética), Jena: Verlag Hermann Pohle, Band I (1893), Band II (1903); "Was ist eine Funktion?", in *Festschrift Ludwig Boltzmann gewidmet zum sechzigsten Geburtstage, 20. Februar 1904*, S. Meyer (ed.), Leipzig, 1904, pp. 656-666; "Der Gedanke. Eine logische Untersuchung", in *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* I (1918): 58-77.

Prólogo às *Leis básicas da Aritmética*
Friedrich Ludwig Gottlob Frege

[*Grundgesetze der Arithmetik, Begriffsschriftlich abgeleitet*; Zweite unveränderte Auflage; Hildesheim, Georg Olms, 1962; pp. v-xxvi.]

Neste livro encontram-se axiomas nos quais se baseia a aritmética, demonstrados com sinais especiais, cujo conjunto eu chamo conceitografia. Os mais importantes teoremas (*Sätze*) foram reunidos em parte no final juntamente com sua tradução. Porém, como se poderá ver, não foram considerados aqui os números negativos, fracionais, irracionais, nem os complexos, como tampouco a adição, a multiplicação, etc. Nem sequer os teoremas sobre os números naturais foram apresentados com a completude projetada no início. Em particular, falta ainda o teorema de que o número dos objetos que caem sob um conceito é finito, se é finito o número de objetos que caem sob um conceito a que o primeiro está subordinado. Razões externas levaram-me a reservar a prosecução desses estudos, assim como o tratamento dos demais números e das operações de cálculo; a publicação desses resultados dependerá da aceitação que encontre este primeiro tomo. O que ofereço aqui é suficiente para dar uma idéia de meu procedimento. Pode ser que se julgue como desnecessários os teoremas sobre o número infinito[1]. Para a fundamentação da aritmética em sua extensão habitual eles de fato não são necessários; mas, a sua dedução é mais simples que a dos teoremas correspondentes para números finitos e pode servir como preparação para estes. Ainda aparecem teoremas que não tratam de números, mas que são utilizados nas demonstrações. Eles tratam, por exemplo, da sucessão em

1 A cardinalidade de um conjunto infinito enumerável.

uma série, da univocidade das relações, das relações compostas e acopladas, da figuração mediante relações e semelhantes. Esses teoremas poderiam ser atribuídos, talvez, a uma teoria combinatória ampliada.

As demonstrações estão contidas unicamente nos parágrafos intitulados "Construção" (*Aufbau*), enquanto que os intitulados "Análise" (*Zerlegung*) facilitam a compreensão, ao descrever provisoriamente em esboços toscos a marcha da demonstração. As demonstrações mesmas não contêm nenhuma palavra (*Worte*), mas se realizam apenas com meus sinais (*Zeichen*). Estes apresentam-se visualmente como uma série de fórmulas, separadas por traços contínuos ou descontínuos, ou por outros sinais. Cada uma dessas fórmulas é um enunciado completo, com todas as condições que são necessárias para sua validade (*Gültigkeit*). Essa completude, que não permite pressupostos tácitos subentendidos, parece-me indispensável para o rigor da demonstração.

A passagem de um enunciado para o seguinte procede segundo as regras que se encontram reunidas no § 48, e não se dá nenhum passo que não cumpra estas regras. Como e segundo que regras se faz a inferência é indicado pelo sinal que se encontra entre as fórmulas, enquanto que — • — conclui uma cadeia dedutiva. Aqui deve haver enunciados que não podem ser deduzidos de outros. Estes são em parte as leis fundamentais que reuni no § 47, e em parte as definições que se encontram juntas no final numa tabela com a indicação das passagens em que aparecem pela primeira vez. Numa continuação desta tarefa aparecerá sempre de novo a necessidade de definições. Os princípios que se deve seguir para introduzir as definições estão expostos no § 33. As definições não são propriamente criadoras e, conforme creio, não podem ser; elas apenas introduzem designações (nomes) abreviadas que poderiam ser evitadas se o tamanho não produzisse nesse caso dificuldades externas insuperáveis.

O ideal de um método estritamente científico da matemática que procurei realizar aqui e que bem poderia ser

denominado euclidiano, vou descrever da seguinte maneira. Que tudo seja demonstrado, isto certamente não se pode exigir, porque é impossível; mas, pode-se exigir que todos os enunciados utilizados sem demonstração sejam declarados explicitamente como tais, para que se veja claramente sobre o que descansa a construção inteira. Por isso há que se esforçar para reduzir ao máximo o número de leis primitivas, demonstrando tudo o que seja demonstrável. Além disso, e assim vou mais além de Euclides, exijo que se mencionem previamente todos os modos de dedução e de inferência empregados. Do contrário não se pode assegurar o cumprimento da primeira exigência. No essencial, eu acredito haver alcançado este ideal. Apenas em alguns poucos pontos poder-se-ia levantar exigências de maior rigor. Para alcançar maior rapidez e não cair numa extensão desmedida, eu me permiti fazer uso da intersubstituibilidade dos membros inferiores (condições) e da fusão de membros inferiores iguais, e não reduzi os modos de dedução e de inferência ao menor número. Quem conhece meu livrinho *Begriffschrift* (Conceitografia) poderá deduzir do que se diz ali como se poderia satisfazer também aqui exigências mais rigorosas, mas ao mesmo tempo saberá que isto traria consigo um aumento considerável de extensão.

No geral, creio eu, as correções que com razão podem ser feitas a este livro não se referirão ao rigor, mas apenas a escolha das inferências e dos passos intermediários. Freqüentemente se apresentam vários caminhos possíveis para se levar a cabo uma demonstração; eu não procurei explorar todos eles e por isso é possível, inclusive provável, que nem sempre eu tenha escolhido o mais curto. Quem tiver algo a objetar nesse sentido que o faça melhor. Outras coisas também serão discutíveis. Alguns teriam preferido estender mais o conjunto de modos de dedução e inferências admitidos, para conseguir assim uma maior mobilidade e brevidade. Mas, nisto devemos nos deter em algum ponto, se é que se admite o ideal que propus, e seja qual for o ponto em que nos detemos, sempre

haverá alguém que pode dizer: teria sido melhor admitir ainda mais modos de dedução.

Pela ausência de lacunas nas cadeias dedutivas consegue-se explicitar cada axioma, pressuposição, hipótese, ou como se queira chamar, sobre as quais transcorre a demonstração; e assim obtemos um fundamento para o julgamento da natureza epistemológica da lei demonstrada. Certamente afirmou-se repetidas vezes que a aritmética não é mais do que lógica desenvolvida; mas, isto permanece discutível enquanto aparecerem nas demonstrações passos não dados segundo as leis lógicas reconhecidas, mas que pareçam descansar em um conhecimento intuitivo. Somente a partir do momento em que estes passos se decomponham em passos lógicos simples, poderemos estar convencidos de que na base não há nada senão lógica. Reuni tudo o que pode facilitar o julgamento de se uma cadeia dedutiva é concludente ou de se suas premissas são sólidas. Se alguém encontrasse algo errado deveria poder indicar exatamente onde se acha o erro segundo sua opinião: nas leis fundamentais, nas definições, nas regras ou em sua aplicação num determinado lugar. Se tudo se encontra em ordem, então se conhece exatamente os fundamentos sobre os quais se baseia cada teorema em particular. Somente pode haver discussão, pelo que posso ver, a respeito de minha lei fundamental do curso de valores (V), que talvez os lógicos não a considerem apropriada, ainda que se pense nela quando se fala, por exemplo, de extensões de conceito. Eu a tomo como puramente lógica. Em todo caso, aqui é indicado o lugar onde a diferença pode se dar.

O meu objetivo exige muitos afastamentos em relação ao que é comum em matemática. As exigências de rigor nas demonstrações têm como conseqüência inevitável um maior comprimento das demonstrações. Quem não leve em consideração este fato, ficará surpreendido com a complicação resultante aqui na demonstração de um enunciado que ele acredita compreender imediatamente num único ato cognitivo. Isto será especialmente surpreendente se se compara com o escrito

do Sr. Dedekind *Was sind und was sollen die Zahlen?* (O que são e o que devem ser os números?), o mais profundo que conheci nos últimos tempos sobre a fundamentação da aritmética. Em um espaço muito menor, examina as leis da aritmética até um nível muito superior do que se considera aqui. Esta brevidade, naturalmente, apenas se consegue deixando que muito fique propriamente sem demonstrar. O Sr. Dedekind diz freqüentemente apenas que a demonstração procede a partir de tais e tais enunciados; utiliza pontos, como em "***m*** (A, B, C, ...)"; em nenhuma parte encontramos uma compilação das leis lógicas ou de outro tipo postas como base, e se estas tivessem sido postas, não haveria nenhuma maneira de controlar se realmente não foram utilizadas outras; pois, para isso as demonstrações deveriam aparecer não apenas indicadas, mas conduzidas sem lacunas. O Sr. Dedekind também é da opinião de que a teoria dos números é uma parte da lógica; mas, seu escrito apenas contribui para dificultar esta opinião, porque as expressões empregadas por ele, como "sistema", "uma coisa pertence a uma coisa", não são usuais em lógica e não podem ser reduzidas a nada reconhecidamente lógico. Não digo isso como reprovação; pois, seu método pode ter sido o mais útil para ele tendo em vista seu objetivo; apenas o digo para tornar por contraste mais claro meu propósito. O comprimento de uma demonstração não deve ser medido com a régua. Pode-se fazer com que uma demonstração pareça breve sobre o papel facilmente, pulando membros intermediários da cadeia dedutiva e deixando passos apenas indicados. Geralmente nos contentamos com que cada passo da demonstração nos pareça evidentemente correto, e isto é lícito se apenas queremos convencer da verdade do enunciado por demonstrar. Mas, quando se trata de proporcionar uma compreensão da natureza desta evidência, este procedimento não é suficiente, mas há que escrever todos os estágios intermediários, para jogar sobre eles toda a luz de nossa consciência. Os matemáticos costumam estar interessados apenas no conteúdo do enunciado e em que seja provado. Aqui o novo não é o conteúdo do

enunciado, mas como a demonstração é realizada, sobre quais fundamentos ela se apóia. Não se deve estranhar que este ponto de vista essencialmente distinto exija também outro tipo de tratamento. Se se demonstra da maneira usual um dos nossos enunciados, facilmente se passará por alto algum enunciado que parece desnecessário para a demonstração. Porém, sob um exame mais detalhado de minha demonstração se verá, segundo creio, que esse enunciado é indispensável, a não ser que se queira tomar um caminho completamente diferente. Por isso, talvez, encontrem-se aqui e ali em nossos enunciados condições que a primeira vista pareçam desnecessárias, mas que logo mostram-se necessárias, ou que pelo menos somente podem ser abandonadas com algum outro enunciado por demonstrar.

Eu realizo aqui um projeto que já havia tido em vista no meu *Begriffschrift* do ano de 1879 e que anunciei em meus *Fundamentos da aritmética* do ano de 1884.[1] Eu quero demonstrar com a prática minha concepção sobre o número que expus no último dos livros citados. O fundamental de meus resultados expressei ali, no § 46, dizendo que a atribuição de número contém uma asserção (*Ausage*) sobre um conceito (*Begriffe*); e nisto se baseia a presente exposição. Se alguém tem uma concepção diferente, que tente fundamentar sobre ela mediante sinais uma exposição conseqüente e útil, e verá como não se pode. Na linguagem natural, a situação não é obviamente tão transparente; mas, se se examina cuidadosamente, se achará que também aqui ao atribuir-se um número emprega-se sempre um conceito, e não um grupo, um agregado ou algo do tipo e que, inclusive se isto ocorre alguma vez, o grupo ou o agregado sempre está determinado por um conceito, quer dizer, pelas propriedades que deve ter um objeto para pertencer ao grupo, enquanto que para o número é completamente indiferente o que torna grupo o grupo, sistema o sistema, ou as relações que têm as partes entre si.

---

1 Compare-se com a Introdução e os §§ 90 e 91 de *Fundamentos da Aritmética*; Breslau, edição de Wilhelm Koeber, 1884.

A razão de porque a realização atrasou tanto depois de seu anúncio em parte se deve a transformações internas da conceitografia, que me obrigaram a abandonar o manuscrito que estava já quase terminado. Explicarei aqui brevemente estes melhoramentos. Os sinais primitivos empregados no meu *Begriffschrift* aparecem aqui de novo com uma única exceção. Em vez de três traços paralelos empreguei o sinal de igualdade usual, posto que me convenci que na aritmética este também se refere ao mesmo que eu quero designar. Com efeito, uso a palavra "igual" com a mesma referência que "coincidente com" ou "idêntico a", e realmente assim é como se usa também na aritmética o sinal de igualdade. O paradoxo que aparentemente surge daí provém, sem dúvida, da ausência da distinção entre sinal e designado. Claramente na equação "$2^2=2+2$" o sinal da esquerda é diferente do que está à direita; mas, ambos designam ou se referem ao mesmo número.[1] Aos sinais primitivos antigos adicionei somente dois: o 'espírito suave' para designar o curso de valores de uma função e um sinal que deve substituir o artigo definido da linguagem natural. A introdução do curso de valores das funções é um progresso essencial, a que se deve uma mobilidade muito maior. Os sinais derivados anteriores podem ser substituídos agora por outros sinais, mais simples, se bem que as definições da univocidade de uma relação, da sucessão em uma série, da figuração sejam as mesmas que eu havia fornecido em parte no *Begriffschrift* e em parte nos *Fundamentos da Aritmética*. Mas, os cursos têm além disso uma grande importância fundamental; pois, eu defino o número mesmo como uma extensão de conceito, e as extensões de conceito são, segundo minha concepção, cursos de valores. Sem estes, portanto, não se poderia chegar a nenhuma parte. Os antigos sinais primitivos que reaparecem externamente não-alterados e cujo algoritmo apenas foi modificado, foram providos,

---

1 Naturalmente, também posso dizer: o sentido do sinal que está à direita é diferente do sinal que está à esquerda; mas, a referência é a mesma. Veja-se meu ensaio "Sobre o sentido e a referência", *supra*, pp. 49 e ss..

todavia, de esclarecimentos diferentes. O anterior traço de conteúdo torna a aparecer como horizontal. Estas são conseqüências da evolução de minhas concepções lógicas. Antes havia distinguido, no que por sua forma externa é um enunciado afirmativo (*Behauptungssatz*), duas coisas: 1) o reconhecimento da verdade, 2) o conteúdo que é reconhecido como verdadeiro. Ao conteúdo eu chamava conteúdo judicável (*beurtheilbaren Inhalt*). Este agora é analisado no que eu chamo pensamento (*Gedanken*) e valor de verdade (*Wahrheistwerth*). Isso é conseqüência da distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) de um sinal (*Zeichen*). Nesse caso, o sentido da frase (*Satzes*) é o pensamento e sua referência o valor de verdade. A isto se soma ainda o reconhecimento de que o valor de verdade é o verdadeiro. Com efeito, eu distingo dois valores de verdade: o verdadeiro e o falso. Isto justifiquei detalhadamente em meu ensaio antes citado sobre o sentido e a referência. Aqui direi somente que unicamente deste modo pode-se conceber corretamente o estilo indireto. Com efeito, o pensamento, que nos demais casos é o sentido do enunciado no estilo indireto passa a ser sua referência. Até que ponto tudo se faz mais simples e rigoroso mediante a introdução de valores de verdade, apenas se poderá ver com um estudo detalhado deste livro. Estas vantagens sozinhas representam já um grande peso no prato a favor de minha concepção, que naturalmente a primeira vista pode parecer estranha. Também caracterizei mais claramente que no *Begriffschrift* a essência da função (*Function*) em contraposição ao objeto (*Gegenstande*). Disto resulta adicionalmente a distinção entre as funções de primeira e segunda ordem. Tal como expus em minha conferência sobre "Função e conceito",[1] os conceitos e as relações são funções, no sentido ampliado por mim desta palavra, e desse modo devemos distinguir também conceitos de primeira e segunda ordem, relações da mesma ordem e de ordens distintas.

---

1 Jena, ed. Hermann Pohle, 1891. (cf. *Supra*, pp. 17 e ss).

Como se vê, não transcorreram em vão os anos desde a publicação do meu *Begriffschrift* e de meu *Fundamentos*: fizeram amadurecer a obra. Mas, precisamente isto que eu considero como progresso essencial, não posso ocultar-me, representa também um grande obstáculo no caminho da difusão e do efeito de meu livro. E aquilo que constitui uma parte não pequena de seu valor, a saber, a rigorosa ausência de lacunas nas cadeias dedutivas, temo que não será bem recebida. Distanciei-me demais das concepções usuais, imprimindo com isso certo caráter paradoxal às minhas idéias. É fácil tropeçar aqui e ali, ao folhear o livro rapidamente, com alguma expressão que parece estranha e que provoca um prejuízo desfavorável. Eu mesmo posso compreender em certa medida esta resistência com a qual se defrontarão minhas inovações, já que eu mesmo, para alcançá-las, tive que superar primeiro algo semelhante. Pois, cheguei a essas expressões não por acaso ou por ânsias de novidade, mas constrangido pela coisa mesma (*durch die Sache selbst gedrängt*).

Com isto chego ao segundo motivo do atraso: a desesperança que às vezes me atacava ante à fria recepção, ou melhor dizendo, ante à falta de recepção feita às minhas obras antes mencionadas por parte dos matemáticos[1] e a má vontade das correntes científicas contra as quais meu livro terá que lutar. Já a primeira impressão tem que produzir espanto: sinais desconhecidos, páginas inteiras de fórmulas extravagantes. Desse modo, durante anos dediquei-me a outras questões. Mas, não podia deixar por muito tempo na gaveta os resultados de meus pensamentos, que me pareciam valiosos, e o esforço empregado exigia sempre novos esforços para que o trabalho não fosse em vão. Por isso não me livrava do assunto. Num caso como esse, em que o valor do livro não pode

---

1 Em vão se procuraria meus *Fundamentos da Aritmética* no *Jahrb. Über die Fortschritte der Math.* (Anuário dos progressos da Matemática). Outros investigadores no mesmo campo, os senhores Dedekind, Otto stolz, v. Helmholtz parecem desconhecer meus trabalhos. Tampouco Kronecker os menciona em seu ensaio sobre o conceito de número.

determinar-se mediante uma leitura rápida, a crítica deveria propiciar o começo. Mas, em geral, a crítica se paga muito mal. Um crítico nunca poderá esperar ser compensado em dinheiro pelo esforço que representa um estudo profundo deste livro. Apenas me resta esperar que alguém acredite de antemão muito no tema e que espere interiormente uma recompensa suficiente, e que transmita logo ao público o resultado de seu exame consciencioso. Não se trata de que a mim apenas possa satisfazer um comentário elogioso. Pelo contrário! Não posso senão preferir um ataque apoiado num conhecimento profundo do que um elogio em termos gerais que não toca no núcleo da questão. Ao leitor que queira se adentrar no livro com tais propósitos, gostaria aqui de facilitar-lhe o trabalho com algumas advertências.

Antes de tudo, para se obter uma idéia aproximada de como expresso pensamentos com meus sinais, será útil examinar detalhadamente na tábua dos axiomas mais importantes alguns dos mais simples, ao lado dos quais está uma tradução. Desse modo, pode-se descobrir o que os demais, para os quais não há tradução, querem dizer. Depois, pode-se começar com a introdução e enfrentar a apresentação da conceitografia. Contudo, aconselho que no início faça-se apenas uma leitura rápida e não se detenha muito diante de dúvidas particulares. Algumas considerações seriam necessárias para poder responder a todas as objeções, mas não são essenciais para a compreensão dos enunciados ideográficos. Para isso eu indico a segunda parte do § 8, que na página 12, começa com as palavras "Se definimos agora ..."; além disso, a segunda parte do § 9, que na página 15 começa com as palavras "Quando digo em geral ...", e finalmente todo o § 10. Em uma primeira leitura, estas passagens podem ser deixadas de lado. O mesmo vale para os §§ 26 e 28 até o 32. Ao contrário, gostaria de observar que são especialmente importantes para a compreensão a primeira parte do § 8 e além disso os §§ 12 e 13. Uma leitura mais detalhada pode começar com o § 34 e chegar até o final. Então, ocasionalmente o leitor deverá retroceder aos §§

lidos com pouca atenção. Isso é facilitado pelo índice de termos no final e pelo índice de conteúdos. As deduções dos §§ 49 até o 52 podem servir como preparação para a compreensão das demonstrações mesmas. Todos os modos de inferência e de dedução e quase todas as aplicações de nossas leis fundamentais aparecem já neste ponto. Depois que se tenha chegado até o fim procedendo desse modo, se poderá ler a apresentação da conceitografia uma vez mais em seu contexto e completamente, tendo em vista então que as estipulações que não se utilizam de pronto, e que por isso parecem desnecessárias, servem para o cumprimento do princípio fundamental de que todos os sinais formados regularmente devem referir-se a algo, princípio este que é essencial para se alcançar um rigor absoluto. Desta maneira creio que desaparecerá aos poucos a desconfiança que minhas inovações podem despertar no começo. O leitor verá que meus princípios nunca conduzem a conseqüências que ele mesmo não deva reconhecer como corretas. Talvez, também deverá admitir então que antes havia superestimado o esforço necessário, que meu proceder sem saltos na realidade facilita a compreensão, uma vez que se superaram os obstáculos que se originam na novidade dos sinais. Possa eu ter a felicidade de encontrar um semelhante leitor e crítico! Pois, um comentário baseado numa olhada superficial seguramente seria mais prejudicial do que benéfico.

Por isso, seguramente as perspectivas de meu livro são pequenas. Em todo caso há que se descontar todos os matemáticos que ao topar com expressões lógicas, como "conceito", "relação", "juízo", pensam: *methaphysica sunt, non leguntur!* E também os filósofos que ao ver uma fórmula exclamam: *mathematica sunt, non leguntur!*, e serão muito poucos os que não são de um ou de outro tipo. Talvez não seja grande o número de matemáticos que se interessam pela fundamentação de sua ciência, e também esses freqüentemente parecem ter muita pressa para logo deixar para trás de si as bases iniciais. E apenas me atrevo a esperar que minhas razões para o penoso rigor e para a extensão que a ele está conectada

convençam a muitos deles. O que se tornou habitual tem grande poder sobre as faculdades. Se comparo a aritmética a uma árvore que em cima desdobra-se numa multiplicidade de métodos e teoremas, enquanto que suas raízes penetram na profundidade, então, parece-me que o impulso de buscar as raízes, na Alemanha pelo menos, é demasiado fraco. Mesmo numa obra que se poderia contar nessa direção, a *Álgebra da Lógica*, do Sr. Schröder, impõe-se de início o impulso em direção à copa e, antes de se ter alcançado uma profundidade maior, efetua um giro para o alto e para o desenvolvimento de métodos e teoremas.

Também é desfavorável para meu livro a inclinação tão difundida de admitir-se como disponível (*vorhand*) apenas o sensível (*sinnliche*). O que não pode ser percebido com os sentidos, pretende-se negar ou passar por cima. Agora, os objetos da aritmética, os números, são de natureza não-sensível. Então, como se resolve? Muito facilmente! Tomam-se os sinais numéricos pelos números. Nos sinais se tem algo visível, e isto obviamente é o principal. Seguramente os sinais têm propriedades totalmente distintas das dos números; mas, que importa? Simplesmente imputa-se a eles as propriedades desejadas mediante supostas definições. Seguramente é um enigma como pode dar-se uma definição quando não entra em questão qualquer conexão entre sinal e designado. Fundem-se o sinal e o designado tornando-os o mais indistinguíveis possível; então, conforme seja necessário, pode-se afirmar a existência indicando a tangibilidade dos signos[1], ou das propriedades legítimas dos números. Às vezes parece que se consideram os sinais numéricos como figuras de xadrez e as chamadas definições como regras do jogo. O sinal não designa nada, então, mas é a coisa mesma (*die Sache selbst*). Claramente, assim se

---

1 V. E. Heine: "Die Elemente der Functionslehre" ("Os elementos da teoria das funções"), no *Crelle's Journal*, n74, p. 173: "Com respeito à definição coloco-me no ponto de vista puramente formalista, ao denominar números certos sinais perceptíveis, de modo que não se põe em questão a existência destes números".

passa por cima de um detalhe, a saber, que com "$3^2+4^2=5^2$" expressamos um pensamento (*Gedanken*), enquanto que uma disposição de figuras de xadrez não afirma nada (*nichts besagt*). Quando alguém se contenta com tais superficialidades não há lugar, naturalmente, para uma consideração mais profunda.

Aqui é importante ter uma idéia clara do que é definir e do que se pode conseguir mediante definições. Com freqüência parece que se atribui à definição uma força criadora, enquanto que na realidade não ocorre outra coisa senão que se faz ressaltar algo delimitando-o e atribuindo-lhe um nome. Assim como o geógrafo não cria nenhum mar quando traça fronteiras e diz: a porção de superfície oceânica limitada por estas linhas eu denominarei Mar Amarelo, assim tampouco o matemático pode criar nada propriamente mediante suas definições. Não se pode atribuir a uma coisa magicamente, por simples definição, uma propriedade que já não tenha antes, a não ser a de chamar-se com o nome que lhe foi atribuído. Mas, que uma figura em forma de ovo, que se cria sobre o papel com tinta, tenha que receber mediante definição a propriedade de que somada a um dê um, isto somente posso considerar uma superstição científica. Do mesmo modo poderia fazer-se, por simples definição, de um acadêmico preguiçoso um aplicado. A confusão nasce aqui facilmente por falta de distinção entre conceito e objeto. Se se diz: "Um quadrado é um retângulo em que os lados que se tocam são iguais", define-se o conceito *quadrado*, ao indicar as propriedades que algo deve ter para cair sob este conceito. A estas propriedades eu chamo características do conceito. Mas, observe-se que estas características do conceito não são suas propriedades. O conceito *quadrado* não é um retângulo; apenas os objetos que caem sob este conceito são retângulos, do mesmo modo como o conceito *pano negro* não é negro nem pano. Que exista tais objetos ainda não sabemos diretamente por meio da definição. Suponhamos agora que se queira definir o número zero, por exemplo, dizendo: é algo que somado a um dá um. Com isto definiu-se um conceito, ao indicar a propriedade que deve ter um objeto

que caia sob o conceito. Mas, esta propriedade não é propriedade do conceito definido. Pelo que parece, as pessoas imaginam seguidamente que, mediante a definição, cria-se algo que, somado a um, dá um. Erro grave! Nem o conceito definido tem esta propriedade, nem a definição garante que o conceito não seja vazio. Isto demanda primeiro uma investigação. Somente quando se provou que existe um objeto e apenas um objeto com a propriedade requerida, é que se está em condições de dar a este objeto o nome próprio "zero". Criar o zero é, pois, impossível. Repetidas vezes eu expus esta opinião, mas, pelo que parece, sem êxito.[1]

Tampouco por parte da lógica dominante pode se esperar compreensão da diferença que faço entre a característica (*Merkmal*) de um conceito e a propriedade (*Eigenschaft*) de um objeto;[2] pois, a lógica atual parece estar completamente infectada de psicologia. Quando, em vez da coisa mesma, se consideram somente suas imagens subjetivas (*subjectiven Abbilder*), as representações (*Vorstellungen*), perdem-se naturalmente todas as diferenças reais mais finas e, ao contrário, aparecem outras que para a lógica carecem totalmente de valor. E com isso passo a falar do que dificulta o influxo de meu livro sobre os lógicos. Se trata da perniciosa ingerência da psicologia na lógica. Para o tratamento dessa última ciência deve ser decisiva a concepção das leis lógicas, e isso por sua vez depende de como se entende a palavra "verdadeiro". Que as leis lógicas devem ser normas para o pensamento alcançar a verdade, é algo reconhecido certamente por todo o mundo; só que se esquece isso muito facilmente. Aqui o duplo sentido da palavra "lei" é enganador. Em um sentido ela diz o que é, em outro ela prescreve o que deve ser. Apenas nestes sentidos as leis lógicas podem ser chamadas leis do pensamento, ao estabelecerem o modo como se há de pensar. Toda lei que diz

---

1 Pede-se aos matemáticos que não gostam de extraviar-se pelos caminhos da filosofia que interrompam aqui a leitura do Prólogo.

2 Na *Lógica* do Sr. B. Erdmann não encontro nenhum indício dessa importante diferença.

o que é pode conceber-se também como uma prescrição, posto que há que se pensar de acordo com ela, e neste sentido é portanto uma lei do pensamento. Isto vale para as leis geométricas e físicas não menos do que para as lógicas. Estas merecem com maior direito o nome de "leis do pensamento", apenas se com isto queremos dizer que são mais gerais, que sempre prescrevem como se há de pensar sempre que se pense. Porém, o termo "lei do pensamento" induz à opinião errônea de que estas leis regem o pensamento do mesmo modo que as leis naturais os acontecimentos do mundo exterior. Nesse caso, não podem ser outra coisa que leis psicológicas; pois, o pensamento é um processo mental (*seelischer Vorgang*). E se a lógica tivesse alguma coisa a ver com estas leis psicológicas, então, ela seria parte da psicologia. E assim é concebida de fato. Estas leis do pensamento são consideradas, então, como normas no sentido de que representam o padrão médio, do mesmo modo que se pode dizer como ocorre a digestão sadia no homem, ou como se fala de maneira gramaticalmente correta, ou como alguém veste-se modernamente. Em tal caso, somente se pode dizer: segundo estas leis se rege o padrão médio que os homens tomam por verdadeiro, atualmente e na medida em que se conhecem os homens; assim, pois, se alguém quer concordar com o padrão médio, deve seguir estas leis. Mas, assim como o que hoje é moderno dentro de certo tempo já não será mais, e entre os chineses agora não é, assim também somente de maneira limitada se pode propor as leis lógicas como determinantes. Certamente, se é que na lógica se trata do que se toma por verdadeiro e não do que é verdadeiro! E isto é o que confunde os lógicos psicologistas. Assim por exemplo, o Sr. Erdmann equipara, no primeiro tomo de sua *Lógica*,[1] pp. 272-75, a verdade (*Wahrheit*) com a validade geral (*Allgemeingültigkeit*) e fundamenta esta na certeza geral sobre o objeto acerca do qual se julga, e esta certeza por sua vez se baseia no acordo geral dos emissores de

1 Halle a. S., Max Niemayer, 1892.

juizos (*allgemeine Übereinstimmung der Urtheillenden*). Definitivamente, portanto, reduziu-se assim a verdade ao tomar por verdadeiro (*Fürwahrhalten*) dos indivíduos. Contra isto eu apenas posso replicar: ser verdadeiro (*Wahrsein*) é algo distinto de ser tomado por verdadeiro, seja por parte de um indivíduo, seja por muitos, ou todos; e o primeiro não pode ser reduzido ao segundo em nenhum caso. Não há contradição em que seja verdadeiro algo que todos têm por falso. Por leis lógicas não entendo leis psicológicas do tomar por verdadeiro, mas as leis do ser verdade (*Gesetze des Wahrseins*). Se é verdade que eu escrevo isto em minha casa em 18 de julho de 1893, enquanto lá fora sopra o vento, seguirá sendo verdade ainda que todos os homens considerem isto falso. E como o ser verdade é independente de que alguém o reconheça como tal, resulta que as leis da verdade não são leis psicológicas, mas antes marcos cravados em um solo eterno, que certamente podem ser renegados por nosso pensamento, mas nunca removidos. E posto que o são, são determinantes para o nosso pensamento, se este quer alcançar a verdade. Estas leis não estão para nosso pensamento na mesma relação que as leis gramaticais para a linguagem, de modo que fossem a expressão da natureza de nosso pensamento humano e se modificassem com ela. Completamente diferente é, naturalmente, a concepção de lei lógica do Sr. Erdmann. Ele duvida de sua validade incondicionada, eterna, e pretende limitá-la ao nosso pensamento, tal como este é agora (p. 375e s.). "Nosso pensamento" sem dúvida somente pode significar o pensamento da humanidade conhecida até agora. Conforme isso, ficaria aberta a possibilidade de que se descobrissem homens ou outros seres que pudessem emitir juizos contraditórios com nossas leis lógicas. E, se isso ocorresse realmente? O Sr. Erdmann diria: vemos, pois, que estes princípios não valem universalmente. Sem dúvida! Se devem ser leis psicológicas, sua expressão verbal deve dar a conhecer a espécie de ser cujo pensamento está empiricamente determinado por elas. Eu diria: existem seres, portanto, que não conhecem certas verdades diretamente como nós, mas que

talvez estejam obrigados a trilhar pelo longo caminho da indução. Mas, o que ocorreria se também se encontrassem seres cujas leis de pensamento contradissessem totalmente as nossas e, portanto, também sua aplicação conduzisse a resultados opostos? O lógico psicologista não poderia fazer mais do que reconhecer isso e dizer: para estes seres valem essas leis, para nós aquelas. Eu diria: aqui nós temos um tipo de loucura até agora desconhecido. Quem entende por leis lógicas aquelas que prescrevem como se há de pensar, ou leis do ser verdade, não leis naturais do assentimento humano, esse perguntará: Quem tem razão? Quais leis do tomar por verdadeiro estão de acordo com as leis da verdade? O lógico psicologista não pode fazer estas perguntas; pois, com elas admitiria leis do ser verdade que não seriam psicológicas. Há pior maneira de falsear o sentido da palavra "verdadeiro" do que quando se pretende incluir uma relação com o emissor do juízo? Que não se me objete que o enunciado "Eu estou com fome" pode ser verdadeiro para um e falso para outro! O enunciado bem pode ser, mas o pensamento não; pois, a palavra "eu" se refere na boca de outro a outro homem, e por isso o enunciado emitido pelo outro expressa outro pensamento. Todas as determinações de lugar, de tempo, etc. pertencem ao pensamento cuja verdade está em questão; o ser verdadeiro mesmo não é espacial e nem temporal. O que realmente diz o princípio de identidade? Algo assim: "No ano 1893 é impôssível para os homens admitir que um objeto é distinto dele mesmo"?, ou isso: "Todo objeto é idêntico a si mesmo"? A primeira lei trata de homens e contém uma determinação temporal; na segunda não se fala nem de homens nem de tempo. Esta é uma lei do ser verdadeiro, aquela é uma lei do assentimento humano. O conteúdo de ambas é completamente distinto, e são independentes entre si, de modo que nenhuma das duas segue-se da outra. Por isso, é muito confuso designar ambas com o mesmo nome de princípio de identidade. Tais confusões de coisas radicalmente distintas são as responsáveis pela terrível falta de claridade que encontramos nos lógicos

psicologistas.

Agora, a pergunta de por que e com que direito nós reconhecemos como verdadeira uma lei lógica, apenas pode ser respondida pela lógica reconduzindo-a a outras leis lógicas. Onde isto não é possível, a resposta fica em aberto. Saindo da lógica podemos dizer: por nossa natureza e pelas circunstâncias externas estamos obrigados a emitir juízos, e quando emitimos juízos não podemos prescindir desta lei — a da identidade, por exemplo —; devemos admiti-la se não queremos fazer cair nosso pensamento em confusão e renunciar, definitivamente, a qualquer juízo. Não vou discutir nem apoiar esta opinião, e apenas observar que aqui não temos nenhuma conseqüência lógica. Não se dá nenhuma razão do ser verdadeiro, senão de nosso assentimento. E mais: esta nossa impossibilidade de prescindir da lei não nos impede de supor seres que prescindam dela; mas, nos impede sim de supor que estes seres têm razão; também nos impede de duvidar se são eles ou nós que temos razão. Pelo menos isso vale para mim. Se outros num só respiro se atrevem a reconhecer e duvidar de uma lei, isso me parece como a tentativa de sair da própria pele, do que não posso senão prevenir veementemente. Quem admitiu uma vez uma lei do ser verdade, terá admitido com isso uma lei que prescreve como se há de julgar sempre, onde, quando e por quem quer que seja julgado.

Olhando o conjunto, parece-me que a origem da polêmica é a distinta concepção da verdade. Para mim, ela é algo objetivo, independente do emissor de juízos, para os lógicos psicologistas, não. O que o Sr. B. Erdmann chama "certeza objetiva" é somente o reconhecimento geral por parte dos emissores de juízos, que, portanto, não é independente destes, senão que pode modificar-se com sua natureza mental.

Podemos conceber a diferença com maior generalidade ainda: eu reconheço um domínio do objetivo não-efetivo (*Objectiven Nichtwirklichen*), enquanto que os lógicos psicologistas consideram o não-efetivo como o subjetivo (*Subjectiv*) sem mais. E, obviamente, não se vê claramente por que aquilo

que tem uma existência (*Bestand*) independente do emissor de juízos deva ser efetivo, isto é, deva poder atuar diretamente ou indiretamente sobre os sentidos. Não se pode descobrir uma tal relação entre os conceitos. Inclusive podem dar-se exemplos que mostram o contrário. O número um, por exemplo, não é facilmente considerado como efetivo (*wirklich*), se não se é seguidor de J. S. Mill. Por outra parte, é impossível atribuir a cada homem o seu próprio um; pois, primeiro haveria que se investigar até que ponto coincidem as propriedades destes uns. E se alguém dissesse "um vezes um é um" e outro dissesse "um vezes um é dois", apenas se poderia constatar a diferença e dizer: o teu um tem esta propriedade, o meu esta outra. Não teria nenhum sentido uma discussão acerca de quem tem razão nem também a tentativa de ensinar; pois, para isto faltaria uma comunidade de objeto. Evidentemente, isto é totalmente contrário ao sentido da palavra "um" e ao sentido do enunciado "um vezes um é um". Dado que o um, enquanto que é o mesmo para todos, apresenta-se a todos do mesmo modo, é tão impossível investigá-lo por meio da observação psicológica quanto a Lua. Se bem que existem representações do um nas mentes individuais, estas devem ser distinguidas do um, do mesmo modo que as representações da Lua devem ser distinguidas da Lua mesma. Como os lógicos psicologistas ignoram a possibilidade do não-efetivo objetivo, tomam os conceitos por representações, com o que atribuem o seu estudo à psicologia. Mas, a verdadeira situação impõe-se fortemente para que isto se realize. E assim se chega a uma oscilação no uso da palavra "representação": por um lado, ela parece se referir a algo que pertence à vida mental do indivíduo e se funde com outras representações, e se associa a elas segundo leis psicológicas; por outro lado parece se referir a algo que se apresenta a todos do mesmo modo, sem que se nomeie ou sequer se pressuponha um sujeito de representação. Estes dois usos são inconciliáveis; pois, estas associações ou fusões ocorrem somente no sujeito de representação e ocorrem somente em um estado que é tão absolutamente peculiar a este sujeito

de representação como sua alegria ou dor. Não se deve esquecer que nunca as representações de homens diferentes, por mais parecidas que possam ser, o que, por outro lado, nós não podemos comprovar exatamente, não coincidem em nenhum ponto, e devem ser diferenciadas. Cada um tem as suas representações, que não são por sua vez as do outro. Naturalmente, entendo aqui "representações" no sentido psicológico. O uso vacilante desta palavra provoca confusão e ajuda aos lógicos psicologistas a ocultar sua debilidade. Quando se porá fim a isto! Desse modo tudo é arrastado definitivamente para o domínio da psicologia; desaparece cada vez mais a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, e inclusive os objetos efetivos são tratados psicologicamente como representações. Pois, o que é o *efetivo* senão um predicado? E, que são os predicados lógicos senão representações? Assim desemboca tudo no idealismo e, sendo mais conseqüentes, no solipsismo. Se cada um designasse com a palavra "Lua" algo distinto, a saber, uma de suas representações, do mesmo como a exclamação "Ai!" expressa sua dor, então, estaria justificado o modo de consideração psicologista; mas, uma discussão sobre as propriedades da Lua careceria de objeto: alguém poderia muito bem afirmar de sua Lua o contrário do que outro diria da sua, com a mesma razão. Se não pudéssemos conceber mais do que está em nós mesmos, seria impossível uma disputa de opiniões, uma compreensão mútua, porque faltaria o terreno comum, e este não pode ser nenhuma representação no sentido da psicologia. Não haveria nada parecido com a lógica, que estivesse encarregado de arbitrar a disputa de opiniões.

Mas, para não dar a impressão de que estou lutando contra moinhos de vento, vou mostrar em um livro determinado o afundamento incontornável no idealismo. Escolho para isto a antes mencionada *Lógica* do Sr. B. Erdmann como uma das obras mais recentes da orientação psicologista, a que ninguém negará certa importância. Consideremos o seguinte enunciado (I, p85):

"Assim, a psicologia ensina com certeza que os objetos

da memória e da imaginação são, tal como os da representação patológica alucinatória e ilusória, de natureza ideal.... Ideal é também todo o domínio das representações propriamente matemáticas, desde a série dos números até os objetos da Mecânica".

Que comparação! O número dez deve também estar no mesmo nível que o das alucinações! Aqui se confunde, evidentemente, o não-efetivo objetivo com o subjetivo. Algumas coisas objetivas são efetivas, outras não. *Efetivo* é somente um dos tantos predicados, e à lógica não lhe interessa mais que o predicado *algébrico* aplicado a uma curva. Naturalmente, por causa dessa confusão, o Sr. Erdmann se perde na metafísica, por mais que tente manter-se livre dela. Considero um sintoma seguro de erro que a lógica necessite da metafísica e da psicologia, ciências estas que precisam dos princípios da lógica. Qual é aqui a verdadeira base originária sobre a qual tudo repousa? Ou é como no conto de Münchausen, que ele mesmo saia do pântano puxando-se pelos cabelos? Duvido muito dessa possibilidade e suspeito que o Sr. Erdmann ficará atolado em seu pântano psicológico-metafísico.

Não existe uma verdadeira objetividade para o Sr. Erdmann, pois tudo é representação. Nos convenceremos disso por meio de suas próprias afirmações. Na página 187 do primeiro volume, lemos:

"Na medida em que é uma relação entre coisas representadas, o juízo pressupõe dois pontos relacionais, entre os quais tem lugar. Como *asserção* (A*ussage*) sobre o representado, exige que um destes pontos relacionais defina-se como objeto do qual se assere algo, o sujeito ..., o segundo como objeto que se assere, o predicado...". Antes de tudo, vemos aqui que tanto o sujeito, do qual se assere algo, como o predicado, são qualificados de objeto ou representado. Em vez de "o objeto", poderia ter dito também "o representado"; com efeito, lemos (I, p.81): "Pois os objetos são o representado". Mas, ao inverso, também todo o representado deve ser objeto. Na página 38 diz-se:

"Por sua origem, o representado divide-se, por um lado, em objetos da percepção sensorial e da consciência de si mesmo, e por outro, em primitivos e derivados."

O que nasce da percepção sensorial e da consciência de si é, sem dúvida, de natureza mental. Os objetos, o representado e com isso também sujeito e predicado são atribuídos à psicologia. Isto é confirmado pela seguinte passagem (I, pp. 147 e 148):

"É o representado ou a representação como tal. Pois, ambos são uma e a mesma coisa: o representado é representação, a representação é o representado".

A palavra "representação" geralmente é tomada em sentido psicológico; que este também seja o uso dado pelo Sr. Erdmann vemos pelas passagens:

"Consciência, por conseguinte, é sentir, representar, querer o geral" (p. 35), e "O representar compõe-se das representações... e pelo fluxo de representações" (p. 36).

Por isso não deveríamos estranhar que um objeto surja pela via psicológica:

"Na medida em que uma massa de percepções ... apresenta algo análogo a estímulos anteriores e às excitações provocadas por eles, *reproduz* os resíduos da memória que procediam do análogo nos estímulos anteriores e *funde-se* com eles para formar o objeto da representação apercebida" (I, p.42).

Na página 43, mostra-se, por exemplo, como se cria por meios puramente psicológicos, sem prancheta, tinta, prensa e sem papel, um relevo de cera da Madonna sixtina de Rafael. Depois disso, ninguém pode duvidar de que o objeto, do qual se afirma algo, há-de ser, segundo a opinião do Sr. Erdmann, o sujeito de uma representação no sentido psicológico, o mesmo que o predicado, o objeto que é afirmado. Se isto fosse correto, de nenhum sujeito poder-se-ia afirmar com verdade que é verde; pois, não há representações verdes. Eu tampouco poderia afirmar de um objeto (*Subjecte*) a independência em relação ao ser representado ou em relação a mim, o

representador, como tampouco minhas decisões são independentes de minha vontade nem de mim, o querente, e seriam aniquiladas comigo caso eu fosse aniquilado. Para o Sr. Erdmann não há, pois, uma objetividade autêntica, como também se deduz do fato de que põe o representado ou a representação em geral, o objeto no sentido mais geral da palavra, como gênero supremo (*genus summum*) (p. 147). Ele é, portanto, um idealista. Se os idealistas pensassem de modo consequente, não considerariam o enunciado "Carlos Magno conquistou os saxões" nem verdadeiro nem falso, senão como poesia, tal como estamos acostumados a conceber, por exemplo, o enunciado "Nessus levou Deïanira para o outro lado do rio Euenus", pois também o enunciado "Nessus levou Deïanira para o outro lado do rio Euenus" apenas poderia ser verdadeiro ou falso se o nome "Nessus" tivesse um portador. Desse ponto de vista, certamente não seria fácil demover os idealistas. Mas, não temos porque admitir isso, que falsifiquem o sentido do enunciado como se eu quisera afirmar algo acerca de minha representação quando falo de Carlos Magno; eu quero designar um homem independente de mim e de minha representação e afirmar algo sobre ele. Pode-se conceder aos idealistas que a execução desse propósito não é totalmente segura, que talvez sem querer eu abandone a verdade para cair na poesia. Mas, com isso nada é alterado no sentido. Com o enunciado "esta ramagem é verde" não expresso nada sobre minha representação; com as palavras "esta ramagem" não designo nenhuma de minhas representações, e, se assim o fizesse, o enunciado seria falso. Aqui aparece uma segunda falsificação, a saber, que minha representação do verde seja afirmada de minha representação desta ramagem. Eu repito: neste enunciado não se trata absolutamente de minhas representações; desse modo seria atribuído a ele um sentido completamente diferente. Diga-se de passagem, absolutamente não entendo como uma representação pode ser afirmada de algo. Assim mesmo seria uma falsificação se se quisesse dizer que, no enunciado "a Lua é independente de mim e do meu repre-

sentar", minha representação do ser independente de mim e de meu representar sejam afirmados de minha representação da Lua. Desse modo se abandonaria a objetividade no sentido próprio da palavra e posto algo muito diferente no seu lugar. Certamente é possível que ao emitir um juízo ocorra tal jogo de representações; mas, não é este o sentido do enunciado. Também pode-se observar que no mesmo enunciado, e com o mesmo sentido do enunciado, o jogo de representações pode ser completamente diferente. E esta manifestação logicamente indiferente é tomada por nossos lógicos como o real objeto de sua investigação.

Como é compreensível, a natureza do tema evita um afundamento no idealismo, e o Sr. Erdmann não estaria disposto a admitir que para ele não há objetividade autêntica; mas, igualmente compreensível é a vanidade desse esforço. Pois, se todos os sujeitos e todos os predicados são representações, e se todo pensamento não é senão a produção, conexão e modificação de representações, não se compreende como se pode alcançar algo objetivo. Uma indicação desse vão esforço é já o uso das palavras "representado" e "objeto", que à primeira vista parecem querer designar algo objetivo em contraposição à representação, mas apenas parecem; pois, está claro que se referem a mesma coisa. Para que, então, esta profusão de expressões? Isto não é difícil de advinhar. Note-se também que se fala de um objeto da representação, embora o objeto mesmo tenha de ser uma representação. Este seria, logo, uma representação da representação. A que relação de representações nos referimos aqui? Por mais obscuro que isto seja, também é compreensível, sem dúvida, como o conflito da natureza da questão com o idealismo pode dar origem a semelhante embaraço. Por todos os lados vemos como aqui se confundem o objeto, do qual faço uma representação, com esta representação, e depois volta a aparecer a diferenciação. Este conflito nós o detectamos também no seguinte enunciado:

"Pois uma representação cujo objeto é geral nem por isso é, como tal, como evento da consciência, geral, como

tampouco é real uma representação porque seu objeto é posto como real, nem um objeto que sentimos como doce... é dado por representações que em si mesmas sejam doces" (I, p. 86).

Aqui predomina a verdadeira situação com toda sua força. Eu quase poderia estar de acordo; mas, observemos que, segundo os princípios erdmannianos, o objeto de uma representação e o objeto que é dado por representações são também representações, de modo que toda defesa é em vão. Peço que se retenha na memória as palavras "como tal", que aparecem similarmente na seguinte passagem, também na página 83:

"Quando se afirma a realidade de um objeto, o sujeito material deste juízo não é o objeto ou o representado como tal, mas é *o transcendente*, que se pressupõe como fundamento ôntico (*Seinsgrundlage*) desse representado, que se manifesta por meio do representado. Nesse caso não se deve supor que o transcendente seja o incognoscível..., mas que sua transcendência consiste apenas na sua independência em relação ao ser representado".

Outra vã tentativa de sair do pântano! Se tomamos estas palavras a sério, então é dito que nesse caso o sujeito não é uma representação. Mas, se isso é possível, então, não se compreende por que no caso de outros predicados, que indicam modos especiais de atuação ou efetividade, o sujeito material deva ser absolutamente uma representação, por exemplo, no juízo "a Terra é magnética". E assim chegaríamos ao resultado de que somente em alguns poucos juízos o sujeito material deveria ser uma representação. Mas, uma vez que se admitiu não ser essencial nem para o sujeito nem para o predicado que seja uma representação, então, retira-se o solo de apoio dos pés da lógica psicologista. Todas as considerações psicológicas de que estão cheios atualmente nossos livros de lógica aparecem então como carentes de finalidade.

Porém, certamente não devemos levar tão a sério a transcendência do Sr. Erdmann. Basta apenas recordar uma de suas afirmações (I, p. 148): "Ao gênero supremo está subordinado também o limite *metafísico* de nossa representação, o

transcendente", e ele se afunda; pois, este gênero supremo (genus summum), segundo ele, é precisamente o representado ou a representação como tal. Ou será que a palavra "transcendente" anterior deve ser empregada noutro sentido diferente desse? Em todo caso, teria que se pensar o transcendente como estando subordinado ao gênero supremo.

Todavia, detenhamo-nos um pouco na expressão "como tal"! Considere-se o caso em que alguém quisesse fazer-me acreditar que todos os objetos não são nada mais do que imagens sobre a retina de meu olho. Tudo bem, eu ainda não respondo nada. Mas, ele prossegue afirmando que a torre é maior do que a janela pela qual eu penso ver a primeira. Obviamente, diante disso eu diria: ou bem não são nem a torre nem a janela imagens retinianas em meu olho, e nesse caso a torre pode ser maior que a janela; ou bem a torre e a janela, como tu dizes, são imagens em minha retina, e então a torre não é maior, mas menor que a janela. Agora, ele quer escapar do embaraço com o "como tal" e diz: com certeza a imagem retiniana da torre como tal não é maior do que a da janela. Diante disso, eu quase poderia sair da pele e gritar para ele: pois então a imagem retiniana da torre não é maior que a da janela, e se a torre fosse a imagem retiniana da torre e a janela a imagem retiniana da janela, então, a torre não seria maior que a janela, e se tua lógica te ensina algo diferente é porque não serve para nada. Esse "como tal" é uma invenção excelente para autores confusos que não querem dizer nem sim nem não. Mas, eu não tolero esta vacilação entre ambos, e pergunto: se de um objeto se afirma a efetividade, então o sujeito material do juízo é a representação, sim ou não? Se não é, o é sem dúvida o transcendente que se pressupõe como fundamento ôntico dessa representação. Mas, esse transcendente, por sua vez, é representado ou representação. Assim somos conduzidos à suposição ulterior de que o sujeito do juízo não é o transcendente representado, mas o transcendente pressuposto como fundamento ôntico desse transcendente representado. Desse modo, sempre teríamos de ir adiante; porém, por mais longe que fôssemos,

nunca sairíamos do subjetivo. Do mesmo modo, poderíamos começar o mesmo jogo com o predicado, e não apenas com o predicado *efetivo*, mas igualmente com *doce*. Neste caso, diríamos primeiro: se de um objeto se afirma a efetividade ou a doçura, o predicado material não é a efetividade ou a doçura representadas, mas o transcendente pressuposto como fundamento do representado. Mas, desse modo não descansaríamos nunca, e sempre teríamos de ir mais além. O que se apreende de tudo isso? Que a lógica psicologista está numa vereda sem saída ao conceber sujeito e predicado dos juízos como representações no sentido da psicologia, que as considerações psicológicas são tão pouco adequadas em lógica como em astronomia ou geologia. Se queremos sair do subjetivo, devemos conceber o conhecimento como uma atividade que não produz o conhecido, mas que agarra (*ergreift*) algo que já existe. A imagem do agarrar é muito adequada para explicar a questão. Se eu agarro um lápis, ocorrem em meu corpo certos processos: excitações nervosas, alterações na tensão e na pressão dos músculos, tendões e ossos, modificações na circulação sanguínea. Mas, o conjunto desses processos não é o lápis, nem o produz. Este subsiste (*besteht*) independente de tais processos. E é essencial para o agarrar que haja aí algo que seja agarrado; as modificações internas por si só não são o agarrar. Assim, também, o que apreendemos mentalmente (*geistig erfassen*) subsiste independentemente dessa atividade, das representações e suas modificações, que pertencem ou acompanham essa apreensão; não é nem a totalidade desses processos, nem é produzido por eles como parte de nossa vida mental.

Vemos agora como os lógicos psicologistas borram distinções reais mais finas. A confusão entre característica e propriedade já foi mencionada. Com ela está relacionada a diferença acentuada por mim entre objeto e conceito, como também a que há entre conceitos de primeira e de segunda ordem. Estas distinções, naturalmente, são irreconhecíveis para os lógicos psicologistas; pois, para eles tudo é representação. Por isso também carecem de uma concepção correta do tipo de

juízos que em Português fazemos com "há"*. Esta existência é confundida pelo Sr. Erdmann (*Lógica*, I, p. 311) com a efetividade, que, como vimos não é diferenciada claramente da objetividade. De que coisas afirmamos propriamente que é efetivo quando dizemos que há raízes quadradas de quatro? Seria do 2 ou do −2? Mas, absolutamente nem um nem outro são aqui nomeados. E se eu quisesse dizer que o número dois atua, ou que é atuante ou efetivo, isto seria falso e totalmente diferente do que quero dizer com o enunciado "há raízes quadradas de quatro". A confusão que ocorre aqui quase é a mais grosseira possível; pois, não ocorre entre conceitos da mesma ordem, mas são mesclados um conceito de primeira ordem e um de segunda. Isto é característico da grosseria da lógica psicologista. Se, em geral, se alcançou um ponto de vista mais livre, espanta-se de que tal erro possa ser cometido por um lógico profissional; porém, naturalmente, primeiro há que se ter compreendido a diferença entre conceitos de primeira e segunda ordem, antes que se possa medir a magnitude desse erro e disso a lógica psicologista é sem dúvida incapaz. O obstáculo com que quase sempre esta choca-se é que seus representantes esperam milagres do aprofundamento psicológico, quando este não é mais do que uma falsificação psicológica da lógica. E assim aparecem nossos grossos livros de lógica nas estantes, inchados de insana gordura psicológica que oculta todas as formas mais finas. Desse modo faz-se impossível uma colaboração frutífera entre matemáticos e lógicos. Enquanto que o matemático define objetos, conceitos e relações, o lógico psicologista espreita o acontecer e a transformação das representações e, no fundo, as definições do matemático apenas podem parecer-lhe insensatas, porque não refletem a essência da representação. Ele olha dentro de sua câmara psicológica e diz para o matemático: não vejo nada de tudo isso que tu defines. E o outro apenas pode responder: não me admira, pois não está ali onde procuras.

---

* N. T. Tomei a liberdade de substituir aqui "im Deutschen" e "es gibt" por "em Português" e "há".

Isso basta para tornar claro, por contraposição, meu ponto de vista lógico. A distância com respeito à lógica psicologista me parece tão grande que não há perspectivas de que meu livro influa agora já sobre ela. Parece-me como se a árvore plantada por mim devesse levantar um peso descomunal para procurar espaço e luz. E, contudo, não quisera abandonar a esperança de que mais tarde meu livro possa contribuir para derrubar a lógica psicologista. Para isso não deverá faltar-lhe certo reconhecimento por parte dos matemáticos, o qual os forçará a enfrentar-se com ele. E creio poder esperar certo apoio dessa parte; pois, obviamente, os matemáticos têm que fazer causa comum contra os lógicos psicologistas. Logo que estes se dignem a estudar seriamente meu livro, ainda que apenas para atacá-lo, creio terei vencido. Pois, toda a Parte II é na realidade uma prova de minhas concepções lógicas. De antemão é improvável que semelhante construção pudesse estar alicerçada sobre uma base insegura e errada. Qualquer um que tenha outras concepções pode tentar montar sobre elas uma construção semelhante e acabará por ver, segundo creio, que não funciona ou pelo menos que não funciona tão bem. E como refutação, eu apenas poderia admitir que alguém mostrasse na prática que com outras concepções básicas diferentes se pode construir um edifício melhor e mais sólido, ou que alguém me mostrasse que meus princípios conduzem a consequências manifestadamente falsas. Mas, isso ninguém conseguirá. E assim pode ser que este livro contribua, ainda que tarde, para uma renovação da lógica.

Jena, julho de 1893.

Kasimir Twardowski
(1866 – 1938)

Nascido em 20 de Outubro de 1866, em Viena, Kasimir Twardowski foi aluno de Franz Brentano e doutourou-se em 1891, sob a orientação de R. Zimmerman, sendo considerado um dos co-fundadores da assim chamada teoria dos objetos, juntamente com Meinong. Trans-feriu-se para a Polônia, onde foi o prin-cipal responsável pela fundação, em 1897, do primeiro Seminário Polonês de Filosofia, da Sociedade Polonesa de Psicologia Experimental, em 1901, e da Sociedade Filosófica Polonesa, em 1904. Nas palavras de Alfred Tarski, "A maioria dos pesquisadores que seguiram a filosofia das ciências exatas na Polônia foram indiretamente ou diretamente discípulos de Twardowski, embora sua própria obra dificilmente possa ser posta dentro desse domínio". **As suas principais obras são:** ***Über den Unterschied zwischen der klaren und deutlichen Peception und der klaren und deutlichen Idee bei Descartes*** **(1892);** *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen. Eine psychologische Untersuchung*, 1894; *Wybrane pisma filozoficzne*, PWN, Warszawa 1965; *Rozprawy i artykuly filozoficzne*, PWN, Lwów 1927; "Actions and Products. Comments on the Border Area of Psychology, Grammar and Logic" (1912), in J. Pelc (ed.), Semiotics in Poland 1894-1969, Reidel-PWN, Dordrecht-Warszawa 1979; "Remarks on the Classification of Views on the Relation between the Soul and the Body", *Axiomathes*, vol. VI, n.1, 1995, pp.25-30; "Imageries", *Axiomathes,* vol. VI, n.1, 1995, pp. 79-104

Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações
Uma investigação psicológica de Kazimir Twardowski

[*Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen, Eine psychologische Untersuchung*. Wien, A. Hölder, 1894. §§ 1- 7, s. 3-40.]

§ 1. Ato, conteúdo e objeto de representação.

Uma das mais conhecidas proposições da Psicologia é que a cada fenômeno psíquico relaciona-se um objeto imanente (*immanenten Gegenstand*). O estar dado de tal relação é uma marca característica dos fenômenos psíquicos, que se diferenciam por ela dos fenômenos físicos. Aos fenômenos psíquicos do representar, do julgar, do desejar e do detestar corresponde um representado, julgado, desejado e detestado, e os primeiros sem os últimos seriam absurdos. Esta circunstância, mencionada pelos escolásticos e já antes por Aristóteles, foi recentemente considerada em toda a sua importância por Brentano que, entre outras coisas, fundamentou a classificação dos fenômenos psíquicos no tipo de relação, como a que ocorre entre representar e representado, etc.[1]

Com base nessa relação a um "objeto imanente" própria dos fenômenos psíquicos costuma-se distinguir entre ato (*Act*) e conteúdo (*Inhalt*) em todos os fenômenos psíquicos, os quais são representados sob um duplo ponto de vista. Quando se fala de "representações" (*Vorstellungen*) tanto se pode entender o ato de representação (*Vorstellungacte*), a atividade de representar, quanto também significar com esta expressão o representado, o conteúdo da representação (*Vorstellungsinhalt*).

---

1 Franz Brentano, *Psychologie vom empirischen Standpunkte*, Leipzig 1874. II. Buch, 1. Cap. § 5 und 6. Cap. § 2.

E assim se tornou comum, onde poderia haver a menor possibilidade de mal-entendido, em vez da expressão "representação", usar uma das duas expressões "ato de representação" e "conteúdo de representação".

Mesmo evitando-se assim a confusão do ato psíquico com seu conteúdo, resta ainda por ser superada uma ambigüidade sobre a qual Höfler chamou a atenção. Após ele pronunciar-se sobre a relação com um conteúdo, própria dos fenômeno psíquicos, ele continua: "1. O que nós chamamos 'conteúdo da representação e do juízo' encontra-se inteiramente no interior do *sujeito*, tal como o ato de representação e de juízo. 2. As palavras '*Gegenstand*' e '*Object*' são usadas em dois sentidos: por um lado, para aquele *existente em si* (*an sich Bestehende*), ... para o qual nosso representar e julgar igualmente se dirigem, por outro, pela '*imagem*' (*Bild*) psíquica '*em' nós existente* mais ou menos aproximada daquele real (*Realen*), aquela quase-imagem (mais precisamente: signo) idêntica ao que em (1.) denominou-se conteúdo. Em contraposição ao *Gegenstand* ou objeto, suposto como independente do pensamento, denomina-se o conteúdo de um representar e julgar (igualmente, sentir e querer) também o *'objeto imanente ou intencional'* desses fenômenos psíquicos.[1]

A partir disso diferencia-se o objeto (*Gegenstand*), para o qual nosso representar "igualmente se dirige", do objeto imanente (*immanenten Object*) ou do conteúdo (*Inhalt*) de representação. Esta distinção nem sempre é feita e, entre outros, também Sigwart não a percebe.[2] A linguagem facilita, como tão seguidamente, também aqui a confusão de coisas diferentes, na medida em que permite que tanto o conteúdo quanto o objeto sejam o "representado". Mostrar-se-á que também a expressão "representado" é ambígua do mesmo modo que a expressão "representação". Esta serve para designar o ato e o

---

1 *Logik*, Unter Mitwirkung von Dr. Alexius Meinong, verfasst von Dr. Alois Höfler, Wien, 1890; § 6.

2 Vergl.. Hillebrand, *Die neuen Theorien der kategorischen Schlüsse*, Wien, 1891, § 23.

conteúdo, tanto quanto aquela para designar o conteúdo, o objeto imanente, e para designar o objeto não imanente, o que está diante da representação.

Esta investigação tratará da separação entre o representado no primeiro sentido, onde isso significa o conteúdo, e o representado no outro sentido, onde serve para designar o objeto; em suma, considerará o conteúdo de representação (*Vorstellungsinhaltes*) e o objeto de representação (*Vorstellungsgegenstande*) separadamente e a relação mútua entre os dois.

§ 2. Ato, conteúdo e objeto do juízo.

A suposição é que os juízos (*Urteile*) demonstram, relativamente à distinção entre conteúdo e objeto, algo semelhante às representações. Se tivermos sucesso em descobrir no domínio do julgar também uma distinção entre conteúdo e objeto do fenômeno, então isto poderia ser vantajoso para o esclarecimento da relação análoga no caso das representações.

O que diferencia um do outro representações e juízos e os constitui como classes de fenômenos psíquicos claramente separadas é o tipo especial de relação intencional ao objeto. Em que consiste esta relação não se deixa descrever, mas apenas esclarecer por meio da indicação daquilo que a experiência interna oferece. E aí se mostra de modo claro a diferença entre os tipos pelos quais um ato psíquico pode se relacionar com seu objeto. Pois não resta escondido para ninguém que se trata de uma relação diferente, a cada vez, se alguém meramente representa algo, ou se o reconhece, repudia. Entre esses dois tipos de relação intencional não há passagem, nem gradual nem descontínua. Trata-se de um equívoco acerca dos fatos acreditar que entre representar e julgar haveria alguma forma de passagem que estaria entre os dois. B. Erdmann apresenta uma dessas formas de passagem. "Quando lembramos de um objeto", diz ele, "fazemos um representação abstrata, ou procuramos nos esclarecer sobre as características de algum objeto composto, nós unimos ao objeto as sucessivas marcas distintivas involuntariamente e quase sem exceção com a ajuda de

representações de palavras. E isto de tal modo que elas são ditas, predicadas do objeto, portanto, este é pensado como sujeito, aquelas como predicados de um juízo. Assim as representações passam para o juízo; elas aparecem num desdobramento de representação predicativa". E mais: "Também a partir do lado oposto a diferença entre representação e juízo torna-se algo fluída... Nós podemos com efeito também sintetizar um juízo por meio de uma palavra. Palavras como imperativo categórico, estado, direito, polícia, religião, valor (em sentido de economia nacional), mercadoria, lei natural, não têm seu significado tanto nas representações, mas antes nos juízos que, segundo o tipo de representação, são sintetizados através de uma palavra; todavia, na consciência intervêem apenas nos juízos. Onde o seu significado é claro, ele é dado por juízos, por sua definição, ali o processo de abstração no qual eles se formam se completa por meio da linguagem".[1] Estes os argumentos de Erdmann para a existência de uma passagem, também afirmada em outros lugares, da representação ao juízo e vice-versa.[2] Fácil é mostrar o erro do desenvolvimento de Erdmann.

No que concerne ao primeiro argumento de Erdmann, que afirma que nós sempre relacionamos do mesmo modo, involuntariamente, as características de um objeto composto ao mesmo objeto, de maneira que ele é pensado como sujeito e as características como predicados de um juízo, trata-se de um argumento não congente. Pois, mesmo se fosse admitido que o fato de se representar um objeto composto ocorresse do modo proposto por Erdmann, a intervenção de juízos, ou de uma

---

1 B. Erdmann, *Logique*, Halle sur S., 1892, Tome I, § 34.

2 Cf. Bosanquet, *Logic*, Oxford, 1888, Tome I, p. 41: An idea or concept is not an image, though it may make use of images. It is a habit of judging with reference to a certain identity ... The purpose ... was to show, that the acts set in motion by the name and by the proposition are the same, and therefore the logical function of these forms would not be generally different. -- Do modo semelhante *Schmitz-Dumont*: "O direito de estado significa a mesma coisa que quando se diz explicitamente: o estado possui certos direitos". *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie* X, Jhrg., S. 205.

forma de passagem entre representações e juízos, não estaria demonstrada por isso. Se nós pensamos um objeto como um sujeito, e suas características como predicados de um juízo, representamos um sujeito de juízo, predicados de juízos e os próprios juízos, pois sujeito e predicado não podem ser representados enquanto tais senão numa reflexão simultânea sobre um juízo. Mas há obviamente uma grande diferença entre o fato de se representar um juízo e o fato de ter lugar um juízo (*Fällen eines Urteils*). Um juízo representado é tampouco um juízo quanto "cem táleres" representados são uma posse. Embora, em vista disso, um objeto composto não possa ser representado sem a ajuda de "desdobramentos de representação predicativa", este enunciado (*Aussagen*) das características de um objeto como sujeito não é, pois, senão um enunciado representado, ao qual, para passar ao estado de um enunciado efetivo, de um juízo, falta exatamente tudo o que um castelo pintado precisa para se tornar um castelo real. Se se representa o objeto composto "ouro", se representa o ouro como amarelo, metálico, pesado, etc.. Isto quer dizer que os juízos "o ouro é amarelo", "o ouro brilha como um metal", "o ouro é pesado", etc., são representados em conjunto; mas, justamente, estes juízos vêm apenas representados, não realizados (*gefällt*). Se esse fosse o caso, como sustenta Erdmann, não se poderia nunca *representar*-se um objeto composto, analisado em suas características, sem *afirmar* qualquer coisa de verdadeiro ou de falso sobre este objeto. Esta conseqüência, posta em todas as direções, daria como resultado que não haveria senão representações, no verdadeiro sentido da palavra, *simples*; e, por isso, Erdmann não se faria compreender.

O segundo argumento de Erdmann para a presença de passagens entre a classe das representações e a dos juízos é tão somente, visto de perto, uma inversão do primeiro e tão pouco cogente quanto este. Deve-se admitir certamente que se pode sintetizar os juízos por uma palavra. E isto é possível de duas maneiras. Um juízo cujo modo de expressão habitual na linguagem é o que se faz por uma frase (*Satz*) pode muito bem

ser expresso numa frase que se compõe apenas de uma única palavra (*Wort*), ou bem ser proferido sem que haja uma sentença presente. O primeiro caso acontece em inúmeras línguas com o que se denomina frases sem sujeito, como em grego, latim, e todas as línguas eslavas. Nesses casos, o juízo é sintetizado por uma palavra, pois a frase significando o juízo aparece expressa por uma única palavra. Mas os juízos podem ser também resumidos por uma palavra sem que, por esta mesma palavra, uma frase no sentido gramatical seja representada. Quem faz o alerta "Fogo!", ou outros do mesmo tipo, sintetiza numa só palavra a frase "Isto queima" e o juízo que é significado por esta frase.

Diferente desses casos é aquele considerado por Erdmann. Verdade é que onde a significação das palavras como estado, direito, etc., é claro, ela é dada por definições. Ora, as definições são, sem dúvida alguma, frases. Porém, Erdmann esqueceu que às frases podem corresponder, enquanto correlatos psíquicos, não apenas juízos, mas ainda muitas outras coisas, por exemplo, desejos, etc.. Além dos juízos efetivos, os juízos representados são também comunicados por frases. Quando alguém descreve o objeto de sua representação, serve-se para isso de frases. Ele diz: "A peça de ouro que eu me represento é amarela, etc.." Mas isso que é dado pela informação não é um outro juízo diferente daquele que o falante que tem uma representação determinada; sobre o objeto de representação nenhum juízo é feito; antes, apenas juízos sobre a constituição da peça de ouro representada. E estes juízos representados, por sua vez, são revestidos com a forma de uma ou várias frases. Se a definição, como pensa Erdmann, não tem outra função que indicar a significação clara de uma palavra, o único juízo que ela contém é então aquele sobre a união válida para aqueles que falam de um nome determinado com uma significação determinada. Se alguém diz: O estado é uma comunidade pública que une um povo residente sobre um certo domínio na reunião de governantes e governados, — não enuncia assim um juízo sobre o

estado, mas somente sustenta que ele designa com a palavra "estado" um objeto cuja representação é composta da maneira indicada. E a descrição dessa representação faz-se com a ajuda de frases que consistem de sujeito e predicado, mas cujos correlatos psíquicos, longe de serem juízos, apresentam-se como representações de juízos. Vê-se o quanto o segundo argumento de Erdmann está ligado por conexão ao primeiro e, com ele, se eleva e cai.

A partir disso, nós vamos estabelecer firmemente que representação e juízo são duas classes claramente distintas de fenômenos psíquicos, sem que se dê entre eles qualquer forma de passagem.

No que agora concerne ao objeto de juízo, o mesmo objeto que num caso é simplesmente representado, pode noutro vir a ser julgado, reconhecido ou recusado. Que a essência do juízo encontra-se precisamente no fato de reconhecer ou rejeitar foi mostrado por Brentano.[1] O que é reconhecido ou rejeitado é o objeto do juízo. Com esta operação psíquica dirigida a um objeto se entrelaça de uma maneira particular a existência ou a não-existência do objeto. Pois o que é julgado é o objeto; mas, na medida em que ele é reconhecido a sua existência parece ser reconhecida ao mesmo tempo; se ele é denegado, a sua existência também parece ser denegada. Quem acredita que é no reconhecimento ou na denegação de um objeto que se dá o reconhecimento ou denegação da ligação da característica "existência" ao objeto esquece que no reconhecimento de uma ligação as partes ligadas são elas mesmas reconhecidas de uma maneira implícita, mas que, pela negação de uma ligação, as partes singulares não são negadas. Na afirmação da existência de A, A já é reconhecido; através da negação da existência de A, A também é negado, o que não poderia ser o caso se se tratasse de uma ligação de A com a característica "existência".[2] E entretanto, pelo reconhecimento

---

1 *Op. Cit.*, livro 2, Cap. 7, §§ 4 e s.

2 *Ibid.*, § 5.

de A, a sua existência parece ser reconhecida e, pela negação da existência de A, A também parece ser negado.

Esta situação remete à função do ato de juízo que oferece o análogo da função do ato de representação, pelo qual, além do objeto, o seu conteúdo também é "representado". Do mesmo modo que no representar um objeto sobre o qual este representar se dirige no sentido próprio, um segundo elemento vem à luz ainda, a saber, o conteúdo da representação que, ele também, mas num outro sentido, tal como o objeto é "representado", igualmente o que é afirmado ou negado por um juízo, sem ser o objeto do ato de julgar, é o conteúdo do juízo. Pelo conteúdo do juízo deve-se compreender a existência de um objeto, aquele que se trata em cada juízo. Pois, quem faz um juízo afirma alguma coisa sobre a existência de um objeto. Quando ele reconhece ou rejeita este objeto, ele reconhece ou rejeita também a sua existência. O que no sentido próprio é julgado é o objeto mesmo; e, na medida em o objeto é julgado, também a sua existência parece ser julgada, mas num outro sentido.

A analogia com as relações que se encontram no domínio do representar é perfeita. Aqui como lá tem-se um ato psíquico; aqui, o julgar, lá, o representar. Este como aquele se ligam a um objeto suposto como independente do pensar. Assim como quando o objeto é representado, quando ele é julgado, vem à luz além do ato psíquico e de seu objeto um terceiro elemento que é por assim dizer um signo (*Zeichen*) do objeto: sua "imagem" psíquica, na medida em que ele é representado, e sua existência, na medida em que é julgado. Assim tanto se diz da "imagem" psíquica de um objeto que ela é representada, se diz de sua existência que ela é julgada; mas o objeto próprio do representar e do julgar não é nem a imagem psíquica do objeto nem sua existência, mas o objeto mesmo. Entretanto, assim como a imagem psíquica ou a existência de um objeto não são idênticas a este, tampouco são semelhantes os sentido dos verbos relativos quando se denomina "representado" o conteúdo e o objeto de uma representação, e "julga-

do" o conteúdo e o objeto de um juízo.

§ 3. Nomes e representações.

Mesmo se falar e pensar não estejam relacionados um com o outro numa relação de paralelismo completo, existe todavia uma analogia entre os fenômenos psíquicos e as formas da linguagem que os designam que pode servir para clarear as propriedades dominantes sobre o primeiro domínio, ao se mencionar as particularidades que são próprias às manifestações do outro domínio. A respeito da distinção em consideração entre o conteúdo de representação e o objeto de representação, é a consideração do nome (*Namen*) como o signo lingüístico de uma representação que propiciará a tarefa.

Uma questão seguidamente já levantada em relação aos nomes fornece a prova de que sobre uma representação uma tríplice distinção deve ser feita. Mill, ao tratar dos nomes, levantou a questão de se eles devem ser considerados como nomes das coisas (*Dinge*) ou de nossas representações das coisas. Por coisas ele compreende aqui o mesmo que nós designamos como objetos de representação; mas, com "representações" ele apenas pode significar os conteúdos de representações e não os atos de representação. A resposta que Mill dá à questão citada, referindo-se a Hobbes, pressupõe de maneira nada ambígua uma distinção entre o conteúdo e o objeto de uma representação.[1] A palavra "sol", pensa Mill, é o nome do sol e não o nome de nossa representação do sol; entretanto, ele não quer negar que unicamente a representação, e não a coisa (*Sache*) mesma, é evocada pelo nome ou comunicada ao ouvinte. A função (*Aufgabe*) do nome parece como sendo dupla: o nome comunica (*mitteilt*) ao ouvinte um conteúdo de representação e ao mesmo tempo nomeia (*nennt*) um objeto. Mas, era um tríplice momento, e não dúplice, que nós pensávamos dever distinguir em cada representação: o ato, o conteúdo e o objeto. E se o nome oferece uma imagem exata, na linguagem,

1 Mill, *System der inductiven und deductiven Logik,* übersetzt von Th. Gomperz, Leipzig, 1884, Buch I, Cap. 2, § 1.

das relações psíquicas que lhe correspondem, então ele também deve indicar ainda um correlato para o ato de representação. De fato, este está presente; e aos três momentos da representação, ao ato, ao conteúdo e ao objeto, corresponde uma tríplice função que cada nome deve cumprir.

Compreende-se por um nome tudo o que os lógicos antigos denominaram um signo categoremático. Porém, signos categoremáticos são todos os meios de designação da linguagem que não são meramente co-significantes (como "do pai", "em redor", "enquanto isso", etc.), mas que também não formam por si mesmos a expressão completa de um juízo (enunciado) ou de um sentimento e de uma decisão da vontade, etc., (agradecimentos, questões, ordens, etc.), mas simplesmente a expressão de uma representação. "O fundador da ética", "um filho que ofendeu o pai", são nomes.[1]

Agora, qual é a função que os nomes devem cumprir? Claramente a de evocar no ouvinte um conteúdo de representação determinado.[2] Quem diz um nome pretende evocar no ouvinte o mesmo conteúdo psíquico que ele cumpre para ele mesmo; se alguém diz "sol, lua, estrelas", pretende que aqueles que o escutam pensem como ele no sol, na lua, nas estrelas. Mas quando aquele que fala pretende evocar no ouvinte, pela denominação de um nome, um conteúdo psíquico determinado, ele lhe revela, ao mesmo tempo, que encontra nele mesmo este conteúdo, logo, ele se representa aquilo mesmo que ele deseja que o ouvinte também se represente.[3] Por isso, o nome cumpre já duas funções. Primeiro, ele informa

---

1 Marty, *Ueber subjectlose Sätze etc.* In der Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, VIII. Jhrg., S. 293.

2 Brentano a. a. O., Buch II, Cap. 6, § 3. Marty, a. a. O., S. 300, e Mill na última passagem citada.

3 Os sons e outros objetos cuja representação é usada para suscitar certas representações junto a elas num outro ser pensante, são para esse, senão sempre, ao menos nas mais das vezes, um signo (signo característico) de que as representações mencionadas estão presentes no espírito do ser que produz estes sons e outros objetos. Bolzano, *Wissenschaftslehre*, Sulzbach, 1837, § 285.

que aquele que emprega o nome se representa algo; ele indica a presença de um ato psíquico naquele que fala. Segundo, ele evoca no ouvinte um conteúdo psíquico determinado. Esse conteúdo é o que se compreende pela "significação" (*Bedeutung*) do nome.[1]

Com isso as funções do nome não estão esgotadas. Ele cumpre uma terceira, a saber, a função de denominar objetos. Os nomes são nomes de coisas, diz Mill, e ele apela legitimamente para fundar isto ao fato de que nós nos servimos dos nomes para comunicar algo (*etwas*) sobre as coisas (*Dinge*), etc.. Enquanto terceira função que um nome cumpre aparece a denominação de objetos. As três funções do nome são: primeiro, a informação dada de um ato de representação que ocorre naquele que fala. Segundo, a evocação de um conteúdo psíquico, da significação do nome, naquele a quem a fala se dirige. Terceiro, a denominação de um objeto que é representado pela representação significada pelo nome.

A remissão às três funções que cada nome cumpre confirma, então, de uma maneira perfeita a distinção do conteúdo em relação ao objeto de uma representação. E graças a consideração do signo lingüístico para a representação nós temos um meio de distinguir um fator do outro, que, por causa da imperfeição da linguagem, que designa como "representado" o conteúdo e também o objeto, podem ser facilmente confundidos um com o outro ou bem considerados como sendo uma única coisa.

§ 4. O "representado".

---

1 "Etymologically the meaning of a name is that, which we are caused to think of when the name is used." Jevons, *Principles of Science*, s. 25. Em todo caso, nós denominamos como significação de uma expressão o conteúdo da alma cuja vocação própria, o objetivo final, é de ser revelado naquele a quem a fala se dirige (seja por natureza seja por hábito), no caso em que ele tem ao mesmo tempo a capacidade de atingir em geral este fim. O nome é signo de uma representação que o ouvinte deve evocar nele mesmo, enquanto signo do representado que se trata naquele que fala. Apenas dando a conhecer este fato é que ele significa esta representação. Marty, na última obra citada.

Se a palavra "representar" é ambígua, pois se diz tanto do conteúdo quanto do objeto de uma representação que ele é "representado", esse fato pode contribuir sem dúvida em muito para tornar mais difícil a distinção exata entre o conteúdo e o objeto. Nós já dissemos que o conteúdo de representação e o objeto de representação não são um "representado" no mesmo sentido. Nós vamos procurar agora estabelecer firmemente o que a expressão "representado" significa quando ela é enunciada de um objeto de representação e qual é o seu sentido quando ela é ligada ao conteúdo de representação. O meio para estabelecer firmemente a diferença de significação nos é fornecido pelo nexo de relação que existe entre os adjetivos (*Beiwörtern*) atributivos ou determinantes, por um lado, e os adjetivos modificadores, de outro.[1]

Denomina-se atributiva ou determinante (*determinierend*) uma classificação (*Bestimmung*) se ela completa ou aumenta a significação da expressão a qual ela pertence, seja numa direção positiva ou negativa. Modificadora (*modificierend*) se ela altera completamente a significação original do nome junto ao qual ela está. Assim em "homem bom", a classificação "bom" é verdadeiramente atributiva; se alguém diz "homem morto", trata-se de um adjetivo modificador, pois o homem morto não é um homem. Do mesmo modo, pela adjunção do adjetivo "falso" a um nome, a significação original desse nome é substituída por uma outra. Pois um falso amigo não é um amigo, nem um falso diamante um diamante. Possível é que a mesma palavra seja empregada tanto de uma maneira modificadora quanto como uma atribuição determinadora efetiva. Tal como o adjetivo "falso" acima citado. Nos casos escolhidos como exemplos ele é, sem dúvida, modificador. Mas não é assim nas ligações como "um juízo falso", "um homem falso (desleal)".

O mesmo vale para a classificação algo ser "representado". Antes de nos ocupar, contudo, da ambigüidade que afe-

---

1 Cf. Brentano, *op. Cit.*, livro 2, cap. 7, § 7, p. 288.

ta esta expressão, nós vamos considerar um caso inteiramente análogo que, tirado da experiência externa, oferece a vantagem de ser bem conhecido e que nos torna mais aptos a apreender o equívoco que se faz com a palavra "representado".

Sabidamente diz-se que o pintor pinta um quadro (*Bild*), mas também que ele pinta uma paisagem (*Landschaft*). Que uma ação de pintar dirige-se a dois objetos; o resultado dessa operação é um único. Quando o pintor termina de pintar o quadro relativamente à paisagem, ele tem diante de si tanto um quadro pintado quanto também uma paisagem pintada. O quadro é pintado; ele não é nem burilado nem gravado, etc.; antes, é um verdadeiro quadro pintado. A paisagem também é pintada; mas ela não é uma paisagem verdadeira, ela é apenas "pintada". O quadro pintado e a paisagem pintada, em verdade, são apenas um; o quadro apresenta sim uma paisagem, trata-se portanto de uma paisagem pintada; a paisagem pintada é o quadro da paisagem.

A palavra "pintada" joga portanto um duplo papel. Se ela é empregada para o quadro ela aparece então como uma determinação; ela determina um pouco mais a constituição do quadro, uma vez que este é um quadro pintado e não burilado, gravado, produzido por xilografia ou fototipia, etc.. Se, ao contrário, diz-se da paisagem que é pintada, a classificação "pintada" aparece como modificadora; pois, a paisagem pintada não é precisamente uma paisagem, mas uma superfície de tecido tratada pelo pintor segundo determinadas leis do colorido e da perspectiva; a paisagem pintada não é uma paisagem, mas um quadro.

Mas esta paisagem pintada, o quadro, apresenta uma paisagem verdadeira. A paisagem que o pintor pintou, seja a partir da natureza ou de sua fantasia, é apresentada no quadro, portanto torna-se pintada pelo pintor. Porém, por ela ter sido pintada pelo pintor ela não deixa de ser uma paisagem. Se eu mostro a alguém uma paisagem e acrescento: Esta paisagem me faz lembrar de uma exposição de arte onde havia um quadro que a representa, ela foi pintada pelo pintor X. Então

eu falo, designando a paisagem nesse sentido como "pintada", da paisagem efetiva (*wirklichen*) que foi pintada, não da paisagem pintada que ornamenta a parede da exposição de arte. O adjetivo "pintada", nesse sentido, acrescentado à palavra "paisagem", não modifica em nada a significação da palavra paisagem; é um adjetivo realmente determinante, que indica que a paisagem é tida numa relação determinada com um quadro, numa relação que tampouco faz cessar a paisagem de ser uma paisagem, tal como um homem não deixa de ser um homem quando, em razão dos traços de seu semblante, é tido frente a um outro homem na relação de semelhança.

O que nós observamos sobre a palavra "pintada" na sua aplicação ao quadro e à paisagem vale *mutatis mutandis* para a classificação "representado", tal como ela é aplicada ao conteúdo e ao objeto de uma representação. E porque nós temos o hábito de designar o representar como um tipo de figuração espiritual (*geistigen abbilden*), o estabelecimento da comparação entre a paisagem pintada e o objeto representado aparece assim, por isso, realmente esclarecedor e parecer menos inapropriado do que seria o caso da comparação das relações da experiência interna e da experiência externa.

Ao verbo representar corresponde, de um modo semelhante ao verbo pintar, um duplo objeto — um objeto que é representado e um conteúdo que é representado. O conteúdo é a imagem (*Bild*); o objeto, a paisagem. O resultado da operação de representação que se faz numa dupla direção é um único. O objeto representado, no sentido de que a paisagem pintada é uma imagem, é o conteúdo da representação. O conteúdo representado numa representação é, em verdade, um conteúdo; aplicado ao conteúdo o adjetivo "representado" atua como modificador tampouco quanto o adjetivo "pintado" para a imagem; o conteúdo representado é ainda assim um conteúdo, exatamente do mesmo modo que a imagem pintada é uma imagem; com efeito, do mesmo modo que uma imagem pode ser somente pintada, ou executada por uma operação que substitui o fato de pintar, um conteúdo de representação,

exatamente do mesmo modo pode ser somente representado; não há aqui uma operação que substituiria o representar. O conteúdo da representação e o objeto representado são um só e o mesmo; e, todavia, a expressão "representado" é modificadora enquanto classificação do objeto, pois o objeto representado não é mais um objeto, mas somente o conteúdo de uma representação. A paisagem pintada também não é mais uma paisagem, nós dizemos, mas um quadro.

Porém, nós vimos que a paisagem pintada, o quadro, apresenta algo que precisamente nesse sentido não é pintado. Exatamente do mesmo modo o conteúdo de uma representação relaciona-se a algo que não é conteúdo de representação, mas objeto desta representação, de modo análogo aquele da paisagem que é o "sujeito" do quadro que a apresenta. E tal como a paisagem figurada neste quadro é levada a exposição (*Darstellung*), portanto, pintada num sentido diferente do precedente, exatamente do mesmo modo para o conteúdo da representação, o objeto correspondente a esta representação (*Vorstellung*) torna-se, como se costuma dizer, espiritualmente figurado, portanto, representado. Quando se diz do objeto, nesse último sentido, que ele é representado, por isso a significação da palavra objeto não é modificada; "o objeto é representado" quer dizer somente que um objeto entrou numa relação inteiramente determinada com um ser (*Wesen*) capaz de representação. Mas, por isso ele não cessou de ser objeto.

Quando se fala de "objetos representados", pode-se então significar dois tipos de coisas. Um objeto é "representado" pode querer dizer que um objeto, além das muitas outras relações nas quais ele se encontra ligado a outros objetos, participa também de uma relação determinada, como um dos dois membros desta, com um ser conhecedor. Nesse sentido, o objeto representado é um objeto verdadeiro exatamente tanto quanto o objeto extenso, perdido, etc. Mas, num outro sentido, o objeto representado significa o contrário de um objeto verdadeiro; aí o objeto representado não é mais um objeto, mas o conteúdo de uma representação e qualquer coisa

inteiramente diferente de um objeto verdadeiro. O objeto representado no primeiro sentido é o que pode ser reconhecido ou rejeitado por um juízo; para poder ser julgado, o objeto deve ser entretanto representado; o que não se representa não se pode também reconhecer ou negar, tampouco amar ou odiar. Obviamente o objeto reconhecido ou rejeitado, desejado ou detestado, é um objeto representado sempre segundo a primeira das significações que nós mencionamos. O objeto representado no sentido da palavra "representado" citado por último não é, porém, aquele que é reconhecido ou rejeitado; não é *ele* que se tem vista quando se diz que objeto é ou não é; o objeto representado nesse sentido é o conteúdo da representação, a "figuração espiritual" de um objeto.

Esta ambiguidade da palavra "representado" de que nós estamos falando nem sempre recebeu a devida atenção. Sigwart confunde, por exemplo, o objeto representado no sentido de objeto de uma representação com o objeto representado no sentido de conteúdo de uma representação, quando ele polemiza contra a teoria idiogenética do juízo.[1]

Drobisch, de modo análogo, não percebe a diferença entre o objeto representado num sentido e o objeto representado noutro sentido. Quando ele fala da função que os nomes têm de cumprir, ele diz: "Na medida em que o pensar considera nas representações apenas *o que* (*was*) nela é representado, o *representado*, e fazendo abstração de todas as condições subjetivas do representar, forma os conceitos (*Begriffe*). — A designação lingüística dos conceitos é o nome. Costuma-se, certamente, considerar este como a designação da *coisa* (*Sache*), do objeto real da representação (se ela o tem); mas o que é representado no conceito não é outra coisa senão a coisa tornada conhecida, etc.."[2] Drobisch claramente não observa que ao falar do "representado" ele usa uma palavra com dupla significação, uma vez na primeira significação e na

---

1 Sigwart, *Logik*, Freiburg i. B., 1889, I. Bb., § 12.7.

2 Drobisch, *Neue Darstellung der Logik*, Leipzig, 1875, §8.

outra vez com outra. Quando ele designa o conceito como o que é representado numa representação ele visa então, enquanto o representado, o *conteúdo* da representação; mas quando ele diz que o representado não é outra coisa senão a coisa conhecida, aí então por representado deve-se compreender o objeto de uma representação que lhe é relativa. Se Drobisch fosse atento a esta diferença ele não teria explicado o nome exclusivamente como a designação lingüística do conceito, mas antes ele haveria encontrado que o nome *significa* seguramente o conceito (logo, no sentido de Drobisch, o conteúdo de representação), mas precisamente por isso *nomeia* o objeto, a coisa.

Trata-se da mesma confusão cometida por Drobisch quando ele explica a diferença entre "marcas distintivas" (*Merkmalen*) e "partes constitutivas" (*Bestandteilen*).[1] "Esta diferença", diz ele agora, "não é para ser posta como se aquelas fossem partes do conceito, e essas ao contrário partes da coisa, do objeto mesmo. Esta coisa, ela também, e suas partes constitutivas são somente representadas; nós não ultrapassamos também aqui os conceitos para ir além", etc. Drobisch não vê, propriamente, entre o conceito e a coisa alguma diferença, pois ambos seriam um "representado". Mas que algo (*Etwas*) possa ser em sentidos diferentes um "representado", ora como conteúdo, ora como objeto, isto parece ter sempre escapado à sua atenção.

Entretanto, a diferença que existe entre o conteúdo de uma representação e seu objeto foi muito seguidamente indicada com insistência. Bolzano a fez, e manteve firmemente esta diferença com muitas conseqüências;[2] Zimmermann chama a atenção expressamente contra a confusão do conteúdo com o

---

1 Ibid., § 14.

2 Bolzano, *op. Cit.*, §49. Bolzano emprega no lugar da expressão "conteúdo de uma representação" a designação representação "objetiva", "representação em si", e distingue por uma parte o objeto e por outra a representação "contida" ou "subjetiva", compreendendo por isso o ato psíquico do representar.

objeto;[1] e, recentemente, Kerry mostrou esta diferença para as representações de números, logo para as representações cujos objetos não são reais.[2] Mais tarde nós teremos a oportunidade de poder apelar, em muitas questões a enfrentar, a esses pesquisadores mencionados agora e de neles nos apoiar; por agora nós vamos especificar a relação que conteúdo e objeto de uma representação têm com o ato respectivo, e depois fixar a designação lingüística para essa relação.

Quando nós comparamos o ato de representação ao pintar, o conteúdo ao quadro, e o objeto ao tema (*Sujet*) fixado sobre a tela, algo como uma paisagem, é também a relação que o ato mantém com o conteúdo e o objeto da representação que alcança analogamente expressão. Para o pintor, o quadro é um meio de apresentar a paisagem; ele quer figurar, "pintar", uma paisagem – efetiva ou pairando na sua fantasia – e ele faz isso ao pintar um quadro. Ele pinta uma paisagem ao perfazer, pintar, um quadro da paisagem. A paisagem é o objeto "primário" da sua atividade de pintar, o quadro o objeto "secundário". Para o representar é análogo. Aquele que representa, representa um objeto qualquer, por exemplo, um cavalo. Mas, ao fazer isso, ele representa um conteúdo psíquico. O conteúdo é a figura (*Abbild*) do cavalo, num sentido análogo ao do quadro ser a figuração da paisagem. Quando aquele que representa representa um objeto, ele representa ao mesmo tempo um conteúdo que se liga a este objeto. O objeto representado, quer dizer o objeto sobre o qual se dirige a atividade representadora, o ato de representação, é o objeto primário do representar; o conteúdo pelo qual o objeto é representado é o objeto secundário da atividade representadora.[3]

---

1 Zimmermann, *Philosophische Propädeutik*, wien 1867, § 18, 26.

2 Kerry, *Ueber Anschauung und ihre psychische Verarbeitung*. Vierteljahrschrift etc. X Jahrg. u. ff.

3 As expressões "objeto primário" e "objeto secundário" encontram-se em Brentano (*op. Cit.*, Livro II, cap. 2, §8), num sentido ligeiramente diferente. Pois, embora Brentano designe como objeto primário o objeto da representação, tal como é feito aqui, ele entende por objeto secundário de uma

Para distinguir a dúplice significação que cabe à palavra "representar", ora na sua aplicação ao conteúdo ora na sua aplicação ao objeto, nós nos serviremos de modos de expressão que encontramos em Zimmermann.[1] Do conteúdo nós diremos que ele é pensado, representado *na* (*in*) representação; do objeto, diremos que é representado *pelo* (*durch*) contéudo de representação (ou a representação). O que é representado *em* uma representação, é o seu conteúdo; o que é representado *por* uma representação, é o seu objeto. Desse modo será possível conservar a palavra "representar" — substitui-la por outra não faria senão aumentar a confusão — e entretanto evitar os mal-entendidos que esta palavra, por causa de sua ambigüidade, parece própria a suscitar. Faz-se necessário somente, quando se fala do fato de qualquer coisa ser representada, acrescentar se ela é representada *na* representação ou *pela* representação. No primeiro caso, o que é significado com o representar é o conteúdo de representação; no segundo, é o objeto de representação.

Nós dissemos que o conteúdo é como que o meio pelo qual o objeto é representado. O que se segue claramente desse ponto de vista é novamente a analogia tal qual nós a encontramos entre a representação e o signo lingüístico para ela, o nome. Nós vimos que a função originária do nome é a de dar informação de um ato psíquico e, justamente, o de representar. Por isso o nome suscita naquele a quem a fala se dirige uma significação (*Bedeutung*), um conteúdo (de representação) psíquico; e, em virtude dessa significação, o nome nomeia um objeto (*Gegenstand*). Assim como o suscitar de um conteúdo de representação é o meio pelo qual o nome nomeia um objeto, do mesmo modo o conteúdo de representação é ele mesmo o meio pelo qual o ato de representação (do qual ele deu informação pelo nome) representa um objeto.

---

representação o ato *e* o conteúdo tomados em conjunto, na medida em que ambos, durante a atividade de representar um objeto, são apreendidos pela "consciência interna", e aí a representação torna-se assim consciente.

1 *Op. Cit.*

Para tentar prevenir os mal-entendidos que se formam quando, sem acrescentar explicação, se fala de um objeto "representado", Kerry distingue entre o "representado como tal" e o simples representado.[1] Todavia, é questionável se desse modo o objetivo é alcançado. Pois, por meio do acréscimo de uma expressão como "como tal", "enquanto", etc., o ouvinte é convidado a representar o objeto designado sob um ponto de vista inteiramente determinado, por meio de marcas distintivas completamente determinadas que justamente esse acréscimo alude. Este é o caso, com efeito, quando alguém fala por exemplo do círculo "enquanto" caso limite da elipse, ou bem dos macacos americanos "na medida em que" todos eles têm cauda. Mas, se o acréscimo ao nome das partículas "enquanto", "na medida em que", é ela mesma ambígua, a possibilidade de mal-entendido pelo nome não é assim suprimida. Se se designa um objeto enquanto "representado", não se impediu desse modo os mal-entendidos que podem ser provados pela ambigüidade da palavra "representado". Pois alguma coisa pode ser tratada como "representada" precisamente num sentido duplo, ou bem enquanto ela é *objeto*, ou bem enquanto ela é *conteúdo* de um ato de representação.[2] No primeiro caso, o acréscimo "enquanto representado" tem um efeito realmente determinante, pois por ele a atenção é dirigida para uma relação na qual o objeto está com um ser conhecedor; no segundo caso, o acréscimo tem um efeito modificador, pois um objeto representado nesse sentido não é um objeto, mas

---

1 Kerry, *op. Cit.*, XV. Jarhg., p. 135.

2 A dúplice tarefa a ser cumprida, a partir do que foi dito, o conteúdo de representação enquanto que ele é o que é significado pelo nome, e enquanto ele é aquilo pelo qual o objeto é representado, é caracterizada por G. Noël da seguinte maneira: "De uma parte a idéia é o que representa um objeto ao espírito; ela é, em outro termos, o substituto mental do objeto. De outra parte a idéia é o que constitui a significação de um nome, o acto pelo qual nós conferimos a este nome um sentido determinado, uma acepção específica, com exclusão de toda outra. (*Noms et Conceptus:* Revue Philosophique XXXI, 471.) Cf. Também Marty, *Ueber das Verhältnis von Logik und Grammatik in den "Symbolae Pragenses"*, Festgabe, etc., Wien, 1893, S. 116, anm. 1.

um conteúdo de representação.

Nós nos aferraremos firmemente ao modo de expressão proveniente de Zimmermann, pelo qual parece melhor se evitar todos os mal-entendidos; e admitiremos que o conteúdo é representado *na* representação, o objeto *pela* representação.

§ 5. As assim chamadas representações "sem objeto".

Nos desdobramentos feitos até aqui, tacitamente, estava a pressuposição fundante de que a toda representação corresponde, sem exceção, um objeto. Em toda representação, nós dissemos, dever-se-ia distinguir não somente um conteúdo e um ato, mas, ademais a esses dois fatores, um terceiro, seu objeto. Pode-se rapidamente objetar a uma tal concepção que existem, entretanto, representações "sem objeto", representações às quais nenhum objeto corresponde. Em tal caso, os desdobramentos precedentes deveriam ser restritos de uma maneira importante; de modo algum eles podem valer para todas as representações. De fato, mesmo aqueles que defenderam expressamente a distinção do conteúdo de representação e do objeto de representação não acreditaram poder aplicar esta distinção senão para um grupo de representações; e, a este grupo, eles contrapunham um segundo, tão grande quanto, ou talvez bem maior ainda, de representações às quais não correspondem objetos, que, portanto, deveriam ser designadas como representações 'sem objeto".

Assim Bolzano ensina que há representações sem objeto, quer dizer, representações que não têm nenhum objeto. Se alguém, pensa Bolzano, mantém que é absurdo sustentar que uma representação deve não ter nenhum objeto e portanto nada representar, isto se dá por que ele confunde o conteúdo da representação, que, certamente, toda representação possui, com o objeto da representação. E como exemplos de tais representações "sem objeto", Bolzano cita as representações: nada, círculo quadrado, virtude verde, montanha de ouro.[1] De

---

1 Bolzano, *op. Cit.*, § 67.

maneira análoga Kerry pensa que quem indica a incompatibilidade das partes de uma representação demonstra que sob esta representação não pode cair nenhum objeto. Uma tal representação seria a do número que é maior que zero e que, adicionado a ele mesmo, tem a si mesmo como resultado.[1] Também Höfler ensina que há representações "cuja extensão é igual a zero, quer dizer, às quais nenhum objeto corresponde"; como exemplos de tais representações, Höfler cita ainda, além daquelas mencionadas por Bolzano, as representações de um aerostato dirigível, de um diamante com mais de um metro cúbico, etc..[2]

As representações às quais não corresponde nenhum objeto são de três tipos. Primeiro, as representações que envolvem a negação de todo objeto, como a representação nada. Segundo, as representações às quais não corresponde nenhum objeto pelo motivo de que, no seu conteúdo, parecem estar reunidas determinações contraditórias uma com as outras, por exemplo, círculo quadrado. Terceiro, as representações às quais nenhum objeto corresponde por que até agora, na experiência, não se encontrou nenhum. Considerando estes três tipos de representação "sem objeto" nós vamos examinar os argumentos usados para a existência de tais representações.

1. No que concerne à representação designada por "nada", parece haver um erro que se reproduz há séculos através de todas as investigações lógicas e dialéticas. Não pouco tem-se refletido sobre o μὴ ὄν, o *non-ens* e o *nihil*; estes são os diferentes tipos de "nada" que se acreditou dever distinguir, e Kant estabeleceu ainda um quadro sinótico dos quatro tipos do nada. Entre eles se encontra também o "nada enquanto conceito vazio sem objeto".[3]

Agora, parece questionável se a palavra "nada" é uma expressão categoremática, quer dizer, se por ela designa-se em

---

1 Kerry, *op. Cit.*, X. Jahrg., pp. 428, 444.

2 Höfler, *op. Cit.*, §§ 6, 17, 4.

3 Kant, *Crítica da Razão Pura*, ed. Kehrbach, §, p. 259.

geral uma representação como, por exemplo, pelas palavras pai, juízo, folhagem. Em geral, a significação de "nihil" é identificada com a de "non-ens", e hoje pensa-se também que "nada" é simplesmente um substituto da expressão "não-algo". Mas, se é assim, então parece necessário levantar a questão acerca do que significam propriamente expressões como "non-ens" e "não-algo".

O que foi denominado pelos escolásticos de infinitização (*Infinitation*), quer dizer, a união de uma expressão categoremática com *non*, não, produz em geral uma expressão nova com significação bem determinada. Uma representação torna-se dividida de maneira dicotômica por uma expressão composta pela união com "não".

Porém, não é a representação cujo nome é precedido pela partícula negativa que é dividida dicotomicamente. Quando se diz "não-gregos", não são os gregos que são assim divididos naqueles que são gregos e naqueles que não o são. O que é dividido é um conceito de ordem superior, por exemplo, homens. Acontece o mesmo nas infinitizações tais quais não-fumantes, pela qual os viajantes são divididos naqueles que fumam e naqueles que não fumam. Apenas o desconhecimento dessa força da infinitização, que produz como efeito a dicotomia de uma representação de ordem superior, pode ter como conseqüência a curiosa maneira de ver segundo a qual por "não-homem", sem considerar em relação a uma representação de ordem superior comum aos homens e aos não-homens, deveria compreender-se sem exceção, de maneira geral, tudo o que precisamente não é homem, logo, anjo tanto quanto casa, paixão, estocada de trompete. Mas, uma tal concepção do *ὄνομα ἀόριστον* não pode mais ser hoje defendida seriamente.

Agora, se à infinitização está associado um efeito dicotomizador, relativamente a uma representação de ordem superior, então, é claro que expressões como não-gregos, não-fumantes, e outras, tomadas no sentido considerado, longe de serem sem significação, devem ser designadas com pleno

direito como categoremáticas. A infinitização não suprime então, em si e por si, a natureza categoremática de uma expressão. Porém, vê-se que este efeito dicotomizador da infinitização está associado a uma condição. Em relação à representação significada pelo nome infinitizado deve haver uma outra que está numa ordem superior. Se não houver nenhuma, o nome infinitizado torna-se sem significação. Claro é que com "algo" uma representação é designada à qual nenhuma outra é superordenada. Pois, se em relação a algo, alguma coisa estivesse numa ordem superior, então esse superordenado seria precisamente também algo; seria um e o mesmo que estaria simultaneamente em face de outro em posição superior e colateral. Mas, a infinitização do "algo" pressupõe um termo superordenado ao "algo", logo alguma coisa absurda; ela não é possível no mesmo sentido que, por exemplo, a infinitização de nomes como Gregos, etc.. Já Avicena havia chamado a atenção para este fato e pelas mesmas razões aqui reproduzidas qualificado como inadmissível as infinitizações como *non-res*, *non-aliquid*, *non-ens*.[1] E quando se considera o papel que a palavra "nada" exerce na linguagem, percebe-se que esta expressão é efetivamente sincategoremática e não um nome. É uma parte constitutiva das proposições negativas. Nada é eterno, significa: não existe nenhuma coisa eterna; eu vejo nada, significa: não existe nenhuma coisa visível para mim, etc.

Se os desdobramentos precedentes são justos, então o argumento retirado da expressão "nada" para a existência de representações sem objeto se dilui, uma vez que a expressão "nada" não significa precisamente nenhuma representação. Somente é de se admirar que a natureza sincategoremática desta expressão tenha escapado a um pesquisador como Bolzano, visto que ele chegou a reconhecer a natureza sincategoremática da palavra "nenhum". Vê-se, diz ele, seguramente que a representação "nenhum homem" contém certamente a representação Homem e Não, mas de todo modo não de tal

---

1 Cf. Prantl, *Geschichte der Logik im Abendlande*, II. Bd., S. 356.

maneira que o Não se relacionaria à representação Homem e negaria esta; o Não se relaciona ao predicado que aparece a seguir na frase.[1] E, numa outra direção, Bolzano chega a discutir a pressuposição mencionada sob a qual uma infinitização é admissível, sem entretanto tirar as conseqüências para a infinitização do algo.[2]

2. e 3. Um segundo grupo de representações por assim dizer sem objeto é formado pelas representações cujo conteúdo contém reunidas marcas distintivas incompatíveis. Uma representação deste gênero é, por exemplo, a de um quadrado com ângulos oblíquos. Entretanto, uma consideração mais atenta do estado de coisas ensina que aqueles que sustentam que nenhum objeto cai sob esta representação tornam-se culpados de uma confusão. Esta confusão torna-se fácil de descobrir quando se considera as três funções que cabem aos nomes. Pois, as três funções mencionadas ocorrem todas aqui também: aquela do fornecimento de informação, a da significação e a da nomeação. Quem enuncia a expressão: quadrado de ângulos oblíquos, dá a informação de que nele ocorre um representar. O conteúdo correlato desse ato de representação constitui a significação do nome. Esse nome, todavia, não significa apenas qualquer coisa, mas ele nomeia algo, a saber, algo que reúne em si as propriedades contraditórias umas com as outras, e cuja existência se nega prontamente quando se é levado a um juízo sobre o que é nomeado. Mas, pelo nome algo é nomeado, sem dúvida alguma, mesmo se ele não existe. E este nomeado é distinto do conteúdo de representação; porque, primeiro, este existe, aquele não; e, segundo, nós atribuímos ao nomeado propriedades que se contradizem umas com as outras, as quais porém não cabem ao conteúdo de representação. Pois, se este contivesse propriedades contraditórias umas com as outras, então, ele não existiria; mas ele existe. Não é ao conteúdo de representação que nós atribuímos a oblicidade dos ângulos e

---

1 Bolzano, *op. Cit.*, §89, nota 8.

2 *Ibid.*, § 103, nota.

ao mesmo tempo o ser-quadrado; mas ao que é nomeado pelo nome, quadrado de ângulos oblíquos, que é o suporte, certamente não existente, mas representado, destas propriedades. E obviamente o quadrado de ângulos oblíquos não é um representado no sentido em que o conteúdo de representação é um representado; pois o conteúdo existe; o quadrado de ângulos oblíquos é antes um representado no sentido de objeto de representação, que, nesse caso, deve ser rejeitado, mas que por isso não é menos representado enquanto objeto. Pois, apenas enquanto objeto da representação o quadrado de ângulos oblíquos pode ser rejeitado; o que é rejeitado é o que é nomeado pelo nome: quadrado oblíquo; enquanto conteúdo da representação, o quadrado de ângulos oblíquos não pode ser rejeitado; o conteúdo psíquico que constitui a significação do nome existe no sentido mais verdadeiro dessa palavra.

A confusão feita pelos defensores das representações sem objeto consiste em que eles tomaram a não existência de um objeto de representação pelo seu não ser representado. Contudo, para cada representação um objeto é representado, exista ele ou não, do mesmo modo que cada nome nomeia um objeto a despeito de se ele existe ou não. Embora seja correto sustentar que os objetos de certas representações não existem, fala-se freqüentemente, entretanto, quando se sustenta que sob tais representações não cai nenhum objeto, que tais representações não têm objeto, que elas são representações sem objeto.

Contra tal desdobramento pode-se levantar uma objeção muito forte. Por meio de uma concepção desse tipo, pode-se dizer, o limite entre existência e não-existência é apagado. O objeto de uma representação, em cujo conteúdo marcas distintivas contraditórias são representadas, não existe; entretanto, sustenta-se que ele é representado; logo, ele existe, enquanto objeto representado.

Quem argumenta assim esquece que se algo "existe" (*existiert*), enquanto representado no sentido de objeto de representação, esta existência não é nenhuma verdadeira existência. Por meio do adjetivo: enquanto objeto de repre-

sentação, a significação da expressão existência é modificada; algo existente enquanto objeto de representação, em verdade, não existe, mas é somente representado. À existência efetiva de um objeto, na medida em que ela forma o conteúdo de um juízo de reconhecimento, se opõe a existência fenomenal, intencional, desse objeto;[1] ela consiste somente e unicamente no ser-representado. Longe de apagar os limites entre existência e não-existência, os desdobramentos precedentes, sobre o objeto das representações ditas "sem objeto", contribuem antes para traçar este limite de maneira mais clara possível. Pois, agora nós sabemos que se deve evitar confundir a existência de um objeto com o seu ser-representado. Este implica e funda precisamente tão pouco a existência do objeto representado quanto o ser-nomeado de um objeto, por pressuposição ou conseqüência, a sua existência. A escolástica reconheceu a singularidade dos objetos representados, mas que não existem; e é dela que provém a expressão segundo a qual estes objetos teriam uma existência somente objetiva (*objektiv*), intencional, pela qual se tinha consciência de não designar com esta expressão nenhuma existência verdadeira. Com a exceção de que isto valia apenas para objetos possíveis, livres de contradição interna, e que se deixava os objetos impossíveis de fora do jogo. Todavia, não é compreensível porque o que é válido para aqueles não deva ser aplicado também a estes. Quando se representa um objeto não existente, nem sempre se observa no primeiro golpe de vista se o objeto é afetado ou não por determinações que se contradizem umas com as outras. É possível mesmo que as determinações desses objetos sejam tais que pareçam unificáveis umas com as outras e que apenas pelas conseqüências resultantes elas se revelem incompatíveis. Nesse caso, a representação teria um objeto até que essas contradições não fossem observadas; e então, num piscar de olhos, quando aquele que se representa as percebe, a representação cessaria de ter um objeto. Em que então essas contradições

---

1 Cf. Brentano, *op. cit.*, Livro II, cap. I, § 7.

existiriam? No conteúdo de representação? Certamente não, pois as determinações contraditórias são representadas nela, mas a ela não se aplicam; não resta, portanto, outra coisa senão o fato dessas determinações serem representadas enquanto fixadas no objeto; e é por isso, seguramente, que o objeto mesmo deve ser representado.

A diferença entre as representações com objetos possíveis, e aquelas com objetos impossíveis, reside em que aquele que representa no primeiro caso, a saber, quando representa o possível, terá, grosseiramente, incomparavelmente menos ocasiões de fazer sobre esse objeto de representação, intrínsecamente isento de contradições, um juízo de reconhecimento ou de rejeição, que no segundo caso, em que se representa um objeto impossível, sem que a impossibilidade do mesmo lhe escape. No segundo caso, um juízo de rejeição se estabelecerá espontaneamente, o qual, para ser feito, *não* deverá provocar nenhuma forte tensão do lado daquele que representa o objeto impossível. Mas, mesmo se se está inclinado a recusar o objeto, e se, seguindo esta inclinação, faz-se um juízo: Este objeto não existe, deve-se precisamente por isso, para poder fazer o juízo, representar-se o objeto.

A teoria das representações verdadeiras e falsas, tal como se encontra ainda em Descartes e seus sucessores, resta incompreensível sem a pressuposição de que corresponde a cada representação, sem exceção, um objeto. Cada representação, diz Descartes, representa algo igualmente enquanto objeto; ora, se este objeto existe, a representação é materialmente verdadeira; se ele não existe, a representação é materialmente falsa.[1]

Portanto, claramente a maneira de ver de Descartes é que, exista ou não o objeto de uma representação, ele aparece sempre dado (*gegeben*) na representação; a questão é somente se à esta existência intencional do objeto na representação cor-

---

1 Descartes, *Meditationes de prima philosophia*, Med. III: Nullae ideae nisi tanquam rerum esse possunt. — Est tamen profecta quaedam alia falsitas materialis in ideis, cum non rem tamquam rem repraesentant.

responde uma existência verdadeira; e, como as representações oferecem àquele que representa tanto os objetos verdadeiramente existentes quanto os objetos existentes somente de modo intencional, de modo igual e sem nenhuma diferença, elas ocasionam muito seguidamente juízos falsos, pois pode-se ser facilmente inclinado a ter por verdadeiramente existente objetos existentes de modo meramente intencional, tanto quanto os objetos existentes verdadeiramente.

Nós encontramos, portanto, nos desdobramentos de Descartes, uma confirmação da maneira de ver avançada aqui, segundo a qual a cada representação corresponde um objeto. Se se conseguir mostrar que, mesmo para as representações em cujo conteúdo são representadas determinações contraditórias, dão-se objetos, isto constituiria a prova correspondente para o terceiro grupo de representações "sem objeto", objeto esse que, embora não seja impossível, a existência de fato não é dada na experiência. Mesmo aí deve-se manter firmemente que para cada representação um objeto é representado, quer ele exista ou não; mesmo as representações cujos objetos não *podem* existir não são exceção a esta regra.

À luz desse pertencimento necessário de um objeto a cada ato de representação e a cada conteúdo, o que se segue claramente é a natureza do tipo próprio de relação que mantém com seu objeto o ato psíquico que nós denominamos representar. Com efeito, o que distingue precisamente a relação com o objeto, própria à classe das representações, daquela própria aos juízos, é que se trata, nesses últimos, da existência ou da não-existência de um objeto, enquanto que para aquelas ele é simplesmente representado pela primeira classe de fenômenos psíquicos, sem referência ao fato de ele existir ou não.

Que sejam propostas aqui relações de um tipo tal que um de seus membros existe e o outro não, portanto relações entre existentes e não-existentes, não deve surpreender quando se pensa que a questão, de saber se os membros de uma relação existem (*existieren*) ou não, não entra na conta para a

relação "subsistente" (*bestehende*) entre eles, tal como demonstra Höfler.[1] Salvo que isso é misturado, no pesquisador citado, com o erro consistente em confundir o conteúdo e o objeto da representação. Ele diz: um juízo que afirma uma relação não supõe uma existência "efetiva" ("*wirkliches" Dasein*) dos membros da relação; é suficente representá-los e é então sobre esses conteúdos de representação que se faz o juízo. Isto não parece justo na medida em que os conteúdos de representação, de um lado, existem, mas, de outro lado, não são aquilo entre o que tem lugar a relação afirmada no juízo. Quem diz que o número quatro é maior que o número três não fala de uma relação entre o conteúdo da representação de três e o conteúdo da representação de quatro. Pois entre os conteúdos de representação não há relações de grandeza. A relação tem lugar antes entre o "número três" e o "número quatro", ambos os dois tomados enquanto objetos de representação, sem referência a eles existirem ou não, dado apenas que eles sejam representados *pelas* representações correspondentes.

Se é assim, então surge uma outra dificuldade que já foi apontada por Höfler. Os juízos de relação que têm por conteúdo a existência de uma relação entre objetos que não existem parecem, com efeito, reconhecer os objetos mesmos; e, a partir do que foi dito mais acima sobre a relação de reconhecimento das partes com o reconhecimento do todo no qual estas partes estão contidas, parece que pelo reconhecimento de uma relação, cada membro dessa relação deve ser também reconhecido. Esta observação conduz a um resultado que entra em contradição com o fato de se sustentar que, num juízo de relação, não é levado em conta a existência dos membros da relação. Esta dificuldade resolve-se, entretanto, pela seguinte consideração.

A partir da teoria do juízo idiogenético, isto é, aquela que coloca a essência do juízo no reconhecimento ou rejeição

---

1 *Op. cit.*, § 45, II.

de um objeto,[1] há apenas juízos afirmativos particulares e negativos apenas gerais, enquanto que aqueles que se denominam juízos afirmativos gerais e negativos particulares podem ser reduzido àquelas duas classes.[2] Agora, no que concerne aos "juízos de relação" negativos gerais, a dificuldade aludida simplesmente não existe propriamente para eles. Um tal juízo, como por exemplo: Não há círculos com raios desiguais (expresso categoricamente: todos os raios de um círculo são iguais uns aos outros), não contém nada sobre a existência de raios; ele rejeita somente a desigualdade dos raios de um círculo, sem enunciar algo sobre a existência mesma desses raios. E no que concerne aos juízos afirmativos particulares, nos quais algo é enunciado sobre uma relação, a dificuldade mencionada desaparece se é estabelecido firmemente o sujeito verdadeiro de tais frases. Na frase "Posseidon é o deus do mar", parece que pelo reconhecimento da relação que Posseidon mantém com o mar, Posseidon é ele mesmo reconhecido de uma maneira implícita. Entretanto, isto é apenas uma aparência; pois, na medida em que o nome próprio, segundo a maneira de se expressar dos escolásticos, nesse caso supõe (*supponiert*), o nomeado enquanto nomeado, o sujeito da proposição não é "Posseidon", mas "o que é nomeado Posseidon".[3] O que é implicitamente reconhecido, portanto, é um nomeado enquanto tal, um objeto de representação, na medida em que ele é nomeado, e não o objeto de representação ele mesmo.

Dessa maneira a relação entre o ato de representação e o objeto representado por ele deve revelar-se como independente da questão se este objeto existe ou não. Com isso cai o obstáculo que se opunha ao fato de afirmar que a cada representação corresponde um objeto, quer ele exista ou não. A

---

1 Hillebrand, *op. cit.*, § 16.

2 Brentano, *op. cit.* , Livro II, Cap. 7, § 7.

3 Cf. Marty, *Sobre as proposições sem sujeito etc.*, Vierteljahrsschr. f. wissensch. Philos., VIII Jahrg. p. 82, e Hillebrand, *op. cit.*, § 68, nota.

expressão "representação sem objeto" é do tipo que contém uma contradição interna. Pois, não há representação que não represente algo enquanto objeto; não pode haver semelhante representação. Há, ao contrário, numerosas representações cujo objeto não existe, e isto ou bem porque este objeto reúne determinações contraditórias entre si, logo, que não pode existir, ou bem porque simplesmente factualmente não existe tal objeto. Mas, mesmo nesses casos um objeto é representado, de tal maneira que se pode bem falar em representações cujos objetos não existem, mas não em representações que seriam sem objetos, às quais não haveria objeto correspondente.[1]

§ 6. A diferença do conteúdo e do objeto de representação

Que conteúdo e objeto de uma representação são diferentes um do outro, isto não mais deverá ser contestado no caso em que o objeto de representação existe. Quem diz: O sol existe, claramente indica não o conteúdo de sua representação do sol, mas algo *toto genere* diferente desse conteúdo. Não é assim tão simples para as representações cujo objeto *não* existe. Alguém poderia facilmente ser da opinião de que nesses casos a diferença entre o conteúdo e o objeto não consiste em nada real (*realer*), mas meramente lógica (*logischer*); conteúdo e objeto são nesses casos, em verdade, o mesmo; apenas o dúplice ponto de vista sob os quais esse mesmo pode ser considerado o deixa aparecer ora como conteúdo ora como objeto.

---

1 Bolzano vê-se ele mesmo obrigado a falar, num parágrafo particular, da maneira que as relações estabelecidas para as representações que têm objetividade (por exemplo, aquela entre representações intersubstituíveis, a de ordem superior e inferior) podem ser estendidas para as representações "sem objeto" (*op. cit.*, § 108). Este parágrafo, por seu objetivo e por seu desenvolvimento, é uma confirmação da proposição segundo a qual propriamente não há representações sem objeto. — Em Kerry também nós encontramos uma proposição que confirma — talvez sem que isso seja o desejo do autor – nossa maneira de ver. Assim nós lemos: já o enunciado "Não há triângulo reto com lados iguais, e com ângulos desiguais" mostra que se pode *pensar* de uma maneira qualquer (naturalmente não intuitivamente) um objeto cuja existência é negada. (*op. cit.*, IX, Jahrg., p. 472).

Mas não é esse o caso. Ao contrário, uma consideração rápida ensina que entre conteúdo e objeto de uma representação, mesmo no caso em que o objeto *não* existe, deve subsistir as mesmas diferenças que aquelas que podem se mostrar no primeiro caso, aquele em que o objeto existe. Nós vamos enumerar as mais importantes dessas diferenças e tentar mostrar, para cada uma em particular, como ela vale quando os objetos não existem assim como quando eles existem.

1. O que nos serviu já tão seguidamente para fazer valer a diferença em questão foi a remissão ao tipo inteiramente diferente de relação na qual estão o conteúdo e o objeto com o juízo afirmativo ou negativo. Se, com efeito, conteúdo e objeto fossem diferentes um do outro de maneira não real, mas simplesmente lógica, não seria possível que eventualmente o conteúdo existisse enquanto o objeto não. Mas, este é seguidamente o caso. Quem faz um juízo verdadeiro, que nega um objeto, deve, entretanto, representar-se o objeto por ele julgado como rejeitável. O objeto é representado enquanto objeto por um conteúdo correspondente. Tanto quanto esse seja o caso, o conteúdo existe, mas o objeto não existe, pois ele é o que é rejeitado no juízo negativo verdadeiro. Se conteúdo e objeto fossem verdadeiramente a mesma coisa, não seria então possível que no mesmo instante um existisse e o outro não. Dessa relação do juízo verdadeiro de rejeição com o conteúdo e o objeto da representação, que se encontra no fundamento do juízo, nós tiramos o argumento mais eficaz em favor da diferença real entre os dois.

2. Kerry menciona outro argumento. A diferença, diz ele, entre o conceito de um número e o número mesmo é tornada evidente já pelo fato de o número possuir propriedades e estar inserido em relações que são completamente estranhas ao seu conceito.[1] Kerry compreende por conceito o que nós denominamos conteúdo da representação; o número mesmo é o objeto. Uma montanha de ouro, por exemplo, tem,

---

1 Kerry, *op. cit.*, X. Jahrg., p. 428.

entre outras, a propriedade de ser espacialmente estendida, de se compor de ouro, de ser maior ou menor que outras montanhas. Estas propriedade e relações de grandeza com outras montanhas não se aplicam obviamente ao conteúdo da representação de uma montanha de ouro. Pois, este não é nem espacialmente estendido nem de ouro e não é possível também que sobre ele sejam aplicados enunciados sobre relações de grandeza. E mesmo quando a montanha de ouro não existe, se lhe atribuem, na medida em que ela é objeto de representação, estas propriedades, e se a coloca em relação com outros objetos de representação, talvez tampouco existentes quanto ela mesma. E isto também vale para os objetos aos quais se atribui determinações contraditórias entre si. Não é ao conteúdo da representação que estas determinações são atribuídas; o conteúdo da representação de um quadrado com ângulos oblíquos não tem ângulos oblíquos e nem a forma quadrada; mas é o quadrado com ângulos oblíquos mesmo que é o objeto desta representação. E então resulta disso, sob este ponto de vista, a diferença entre conteúdo de representação e objeto de representação.

Liebmann, que se esforça por manter o ato e o conteúdo de uma representação rigorosamente separados um do outro como algo inteiramente diferente, esquece de ver nisso a diferença entre o conteúdo e o objeto. Ele diz: especialmente o conteúdo de nossas representações visuais e táteis possui sempre, ao mesmo tempo que a extensão espacial, certos predicados geométricos como a posição, a figura, etc.. Mas o *representar* este conteúdo se mostra completamente inacessível a estes predicados geométricos que possuem a luminosidade, a força de um som, a temperatura e outras grandezas do gênero da intensidade.[1] Aqui Liebmann denomina "conteúdo" o que nós chamamos "objeto" de representação; visto que este último possui os predicados geométricos de que fala Liebmann. Mas, quando Liebmann compreende por conteúdo a mesma

---

1 Liebmann, *Zur Analyse der Wirklichkeit*, Strasburg, 1876, p. 152.

coisa que nós designamos como objeto, os seus desdobramentos são corretos, mas lhes falta o elo de ligação (*Bindglied*) entre o ato de representação e o objeto de representação que faz esse ato ligar-se precisamente a este objeto determinado e a nenhum outro. E este elo de ligação, o conteúdo de representação no sentido que nós supomos, não é um e o mesmo que o ato. Sem dúvida ele forma, conjugado com este, uma realidade psíquica única; mas, enquanto o ato de representação é algo real, a realidade sempre falta ao conteúdo de representação; ao objeto, a realidade tanto pode advir quanto não. Também nessa diferente relação para com a propriedade de ser real mostra-se a diferença entre o conteúdo e objeto de uma representação.

3. Uma outra prova em favor da diferença real, e não simplesmente lógica, entre conteúdo e objeto de representação, nos é dada por aquilo que se denomina representações intersubstituíveis (*Wechselvorstellungen*). Por estas se compreende, conforme a definição habitual, representações que têm a mesma extensão, mas um conteúdo diferente. Por exemplo, são representações desse tipo o lugar em que se situava a cidade romana Juvavum e o lugar de nascimento de Mozart. Os dois nomes significam (*bedeuten*) algo diferente; mas eles nomeiam (*nennen*) o mesmo. Agora, como nós vimos, visto que a significação de um nome coincide com o conteúdo da representação designada por ele, e que aquilo que é nomeado pelo nome é o objeto da representação, então, as representações intersubstituíveis podem também ser definidas como representações *nas* quais o conteúdo difere, mas *pelas* quais é o mesmo objeto que é representado. Para isso, porém, a diferença entre conteúdo e objeto já está dada. Pois, pensa-se em algo inteiramente diferente com o lugar em que se situava a cidade romana Juvavum e com o lugar de nascimento de Mozart. Essas duas representações reúnem partes constitutivas muito diferentes. Na primeira aparecem como partes constitutivas a representação de romanos, de um lugar antigo, de uma cidade fortificada; na segunda representação aparecem como partes constitutivas a representação de um compositor, de uma rela-

ção que o mesmo mantém com sua cidade natal, enquanto que a relação com uma colônia antiga que se encontrava sobre este lugar e estava representada pela primeira representação não aparece. A despeito dessas enormes diferenças nas partes constitutivas dos conteúdos de representação nomeados, os dois conteúdos se relacionam entretanto a um único e mesmo objeto. As mesmas características que cabem ao lugar de nascimento de Mozart aplicam-se também ao lugar que foi a localização da cidade romana Juvavum; este é idêntico ao lugar de nascimento de Mozart; o objeto das representações é o mesmo; o que distingue as duas representações é o seu conteúdo diferente.

Fácil é aplicar o que foi dito às representações cujo objeto não existe. Um círculo no sentido rigorosamente geométrico não existe em nenhum lugar. Contudo, pode-se representá-lo de maneiras muito diferentes; seja como linha de uma curva constante, seja como formação que é expressa pela equação $(x - a)^2 + (y - b)^2 = r^2$, ou ainda enquanto linha cujos pontos estão todos à mesma distância de um ponto determinado. Todas essas representações diferentes se referem ao mesmo. O mesmo a que elas se referem é o seu objeto; aquilo em que elas diferem entre si, é o seu conteúdo.

A aplicação do argumento, derivado das representações intersubstituíveis, em favor da diferença real do conteúdo e do objeto das representações cujo objeto contém determinações contraditórias entre si, não parece isento de dificuldades. Se se representa um quadrado com ângulos oblíquos e um quadrado com diagonais desiguais, se tem, como é o caso em todas as representações intersubstituíveis, duas representações com conteúdo em parte semelhante e em parte diferente. Mas, quanto a saber se esses conteúdos diferentes se referem ao *mesmo* objeto é difícil de estabelecer, pois todas as outras representações do objeto, fora as representações intersubstituíveis em questão, estão ausentes; e, por conseguinte, o que Kerry designa como a "tomada de conhecimento" do objeto de

representação, não é possível.[1] A comparação das propriedades do objeto da primeira representação intersubstituível com as propriedades do objeto da outra representação não pode ser mais estabelecida, pois toda conexão lógica entre as marcas distintivas foi suprimida. Há, porém, um substituto para este modo de constatar a identidade do objeto representado por duas representações intersubstituíveis que pode ser da seguinte maneira:

Pode-se formar a representação de um objeto, dotado de determinações contraditórias entre si, por meio do conteúdo do que é representado para além de um único par de determinações incompatíveis. A representação de uma figura quadrada, com ângulos oblíquos, e diagonais desiguais, por exemplo, é desse tipo. Aí entram em conflito umas com as outras sob a forma de pares tanto as determinações quadrado e obliquangular quanto as determinações quadrado e diagonais desiguais. Por meio da representação, que tem como conteúdo esses dois pares, é representado um objeto único e não existente. Agora, esta representação pode, entretanto, se repartir em duas, quando se representa a cada vez apenas um dos dois pares de propriedades que se contradizem entre si. Pode-se representar na primeira vez a figura quadrada, obliquangular, com diagonais desiguais, representando-se somente as determinações quadrado e obliquangular; e se pode outra vez representar-se o mesmo objeto que é tido, por pressuposição, ser quadrado e obliquangular, representando-se somente o par de propriedades que é designado pelas palavras: ser um quadrado e ter diagonais desiguais. Conforme a pressuposição, representa-se pelas duas determinações o mesmo objeto; mas, as duas representações são, no seu conteúdo, iguais somente em parte, portanto representações intersubstituíveis autênticas. Desta maneira o argumento retirado das representações intersubstituíveis em favor da diferença entre conteúdo de representação e objeto de representação pode ser também empre-

---

1 Kerry, *op.cit.*, XV. Jahrg., p. 160.

gado para as representações cujos objetos não podem existir porque as determinações particulares deles são incompatíveis entre si.

4. Kerry serve-se ainda de outro argumento para mostrar a não identidade de conteúdo e objeto. A representação geral, enquanto representação sob a qual cai uma *pluralidade de objetos*, tem, porém, efetivamente apenas um *único conteúdo*, e forneceria por isso a prova que conteúdo e objeto deveriam ser distinguidos rigorosamente.[1] Este argumento apresenta-se por assim dizer como o complemento do anterior, no qual esta mesma diferença foi demonstrada a partir do pertencimento de muitos conteúdos a um objeto único. Mas, que sob representações gerais está efetivamente um número plural de objetos parece ser um erro — por mais estranho que isso possa soar — e, por isso, o argumento de Kerry, fundado nessa situação, parece caducar.

Entretanto, mesmo sem esse argumento as razões que foram mencionadas parecem mostrar suficientemente que se deve distinguir um do outro o conteúdo e o objeto de uma representação, mesmo quando este objeto deva ser negado.

§ 7. Descrição do objeto de representação.

Quando nós designamos o que é representado por uma representação como seu objeto, nós damos a esta palavra um sentido que Kant já lhe atribuiu em parte. "O conceito mais elevado", lemos em seu texto, "de onde nós costumamos começar uma filosofia transcendental, é a divisão entre o possível e o impossível. Mas, visto que toda divisão pressupõe um conceito partilhado, deve ser indicado um ainda mais elevado; e este é o conceito de um objeto qualquer (tomado problematicamente, e sem decidir se ele é algo ou nada)".[2] Apenas sob um aspecto nós cremos dever modificar o sentido que Kant dá

---

1 Kerry, *op. cit.*, X. Jahrg., p. 432.

2 Kant, *Crítica da Razão Pura*, ed. Kehrbach, §, p. 259.

à palavra objeto. Segundo Kant, o objeto pode ser "algo" ou "nada". Em oposição a Kant, nós já estabelecemos (§ 5) que "nada" deve ser concebido não tanto como nome de objetos de uma representação possível, mas como expressão sincategoremática: "nada" significa o limite do representar, ali onde este cessa de ser representar. Às razões já indicadas em favor dessa concepção do "nada", o que segue pode ser ainda adicionado. Nós designamos como objeto o que é representado por uma representação, julgado (*beurteilt*) por um juízo, desejado ou detestado por uma atividade afetiva. Se "nada" fosse um objeto de representação, ele deveria então poder também, reconhecendo-se ou rejeitando-se, ser julgado, desejado ou detestado. Ora, isto não é nunca o caso. Não se pode dizer jamais: "nada" existe, nem "nada" não existe; não se pode também nem querer "nada" nem o detestar. Ali, portanto, onde se utiliza tais giros de linguagem, ou análogos, a expressão "nada" ou bem revela visivelmente sua natureza sincategoremática — como quando o solipsista diz: "não há nada = não há nenhuma coisa de real ao redor do sujeito que se representa — ou bem ela ocorre como figura de um outro nome, como quando o budista diz: o que se segue à morte é o estado do nada.

Portanto, aquele que diz que representa o "nada", simplesmente não representa; aquele que representa, representa algo, um objeto.

A Kant se associam, no uso da palavra "objeto", Bolzano[1] e Erdmann[2]; ambos usam "nada" como um tipo de objeto. Kerry o faz também[3]; entretanto, o uso kantiano da palavra "objeto" não lhe parece, numa outra direção, livre de objeção. Ele diz que Kant não emprega sempre a palavra no mesmo sentido, pois para ele o objeto é tanto "o que afeta o espírito",

---

1 Bolzano, *op. cit.*, § 49, 1.

2 Erdmann, *Zur Theorie der Apperception*. Vierteljahrschr. f. wissensch. Philos., X. Jahrg., pp. 313ss, e *Logik*, t.1, §§ 8-34, especif. §15.

3 *Op. cit.*, Jarhg. XIII, p. 122, nota.

portanto real, quanto um objeto conceitual[1]. Sem considerar se a objeção de Kerry contra Kant é justificada, nós vamos esclarecer nosso ponto de vista sobre esta questão.

O objeto das representações, dos juízos e dos sentimentos, bem como das volições, é qualquer coisa de diferente da coisa em si, no caso onde por esta entenda-se aquela causa não-conhecida que afeta nossos sentidos. Nessa perspectiva, a significação da palavra objeto coincide com a da expressão "fenômeno" ou "aparência", cuja causa pode ser ou bem, segundo Berkeley, Deus, ou bem, segundo os idealistas radicais, nosso próprio espírito, ou bem, segundo os "real-idealistas" moderados, as coisas em si concernidas. O que foi dito até aqui sobre os objetos de representação e que será posto ainda como resultado no curso da investigação sobre eles, pretende ser válido, qualquer que seja o ponto de vista que se escolha entre esses que acabamos de mencionar. Para cada representação, algo é representado, quer exista ou não, quer se apresente como independente de nós e se imponha à nossa percepção, quer seja formado por nós mesmos na imaginação; de qualquer maneira que seja, o objeto está, na medida em que nós nos o representamos, em oposição a nós e à nossa atividade de representação.

Quanto a saber se este objeto é algo real ou não-real, restará difícil de decidir, enquanto não se esteja de acordo sobre a significação que se deve associar a estas expressões. A existência de um objeto não tem nada a ver com a sua realidade. Sem considerar se um objeto existe ou não, diz-se dele que ele é alguma coisa de real ou não — exatamente como se pode falar da simplicidade ou da composicionalidade de um objeto, sem se perguntar se ele existe ou não. Agora, em que consiste a realidade de um objeto, isto não se pode descrever com palavras; mas, hoje a maioria concorda em que objetos tais como som estridente, árvore, tristeza, movimento, são algo real, enquanto objetos tais como falta, ausência, possibilidade,

---

1 *Ibid.*, Jahrg. X., p. 464. nota.

etc., são contados entre os *não* reais[1]. Agora, do mesmo modo que um objeto real pode bem existir uma vez e outra não, alguma coisa não-real pode tanto existir quanto não. Juízos tais como: Existe uma falta de dinheiro, ou: Não existe a possibilidade que isto ou aquilo aconteça, são verdadeiros ou falsos inteiramente independente da não-realidade do objeto reconhecido ou rejeitado por eles.

À objeção de Kerry levantada contra Kant, nós replicaremos que a palavra objeto, tomada no sentido estabelecido aqui, tanto pode falar de um objeto real quanto de um objeto conceitual — objeto não-real —, pois os objetos, da mesma maneira que eles podem ser repartidos em existentes e não-existentes, são, por uma parte, algo real e, por outra, algo não-real.

Há ainda uma outra expressão em relação a qual a significação da palavra "objeto" deve ser delimitada. Esta palavra não deverá ser confundida com "assunto" ("*Sachen*") ou "coisa" ("*Dingen*"). Esses últimos são apenas grupos de objetos dentre os quais há muitos que não são ainda nem um assunto nem uma coisa. Aos objetos aplicam-se, na sua *totalidade*, as categorias do representável, enquanto que as coisas ou assuntos designam apenas *uma* dessas categorias. Uma queda mortal não é uma coisa, mas um objeto, como por exemplo também: experimento, morte, ataque de epilepsia, tranqüilidade da alma, seno (na trigonometria), etc.

Para explicar o significado da palavra 'objeto' ainda mais, pode-se também — com nós já o fizemos — indicar a designação na linguagem e afirmar que tudo aquilo que é designado é um objeto. Tal designação usa ou *nomina* no sentido gramatical, ou usa frases consistindo de *nomina* e outras expressões, ou, finalmente, usa outras partes da linguagem, assumindo que elas foram substantivadas. Pode-se, pois, dizer que tudo o que é designado por um substantivo ou por uma expressão substantivada é um objeto no sentido aqui adotado.

---

1 Marty, *op. cit.*, VIII. Jahrg., p. 171 ss.

Agora, uma vez que todo objeto (*Gegenstand*), pode ser objeto (*Object*) de uma representação, não excluído o sujeito representador, aqueles que concebem o objeto como o *summum genus* estão justificados. Tudo o que é, é um objeto de uma possível representação; tudo o que é, é algo. E aqui, portanto, está o ponto onde a discussão psicológica da diferença entre conteúdo e objeto de representação adentra na metafísica.

Os objetos de representação têm sido vistos de um ponto de vista metafísico, com efeito, até o presente momento. Ao denominá-los *ὄντα*, *entia*, revela-se o modo pelo qual se chegou a eles. Contudo, que o *ὄν* aristotélico, tal como o *ens* da filosofia medieval, não é nada mais do que o objeto de representação, mostra-se pelo fato de que todas as doutrinas sobre o *ens*, na medida em que elas sejam corretas, valem para o objeto de representação. Vamos nos deter aqui nas mais famosas dessas doutrinas.

1. O objeto é algo diferente do existente; muitos objetos, além de sua objetividade (*Gegenständlichkeit*), isto é, em adição a sua propriedade de ser representado (que é o sentido real da palavra '*essentia*'), têm ainda existência, outros não. O que existe é um objeto (*ens habens actualem existentiam*), como também é algo que meramente poderia existir (*ens possibile*); mesmo o que nunca pode existir, mas que pode apenas ser pensado (*ens rationis*) é um objeto; em suma, tudo o que não é nada, mas que em algum sentido é "algo", é um objeto.[1] De fato, a maioria dos escolásticos mantêm que '*aliquid*' tem o mesmo significado de '*ens*', e isto em contraste com aqueles que concebem o primeiro como um atributo do último.

2. Objeto é *summum genus*. Os escolásticos expressam

---

1 Alguns, como Suarez, não aplicam o nome *ens* para o que meramente tem uma "*chimaerica essentia*" ou "*ficta*", e o aplicam apenas às "*essentia realis*". Contudo, esta restrição parece envolver uma inconsistência. Cf. Suarez, *Disputationes metaphysicae* II, sect. 4.

isto com o enunciado de que o conceito de *ens* não é um conceito geral, mas um conceito transcendental, porque ele "*ommia genera transcendit*".

3. Todo objeto de representação pode ser objeto de um juízo e objeto de uma atividade afetiva. Este é o significado da doutrina escolástica de que todo objeto de representação é "verdadeiro" e "bom". A verdade (metafísica) de um objeto não consiste em ser julgado (logicamente) em um juízo verdadeiro; tão pouco quanto sua "bondade" depende de se o sentimento em relação a ele no sentido ético é bom ou não. Antes, um objeto é chamado verdadeiro na medida em que ele é um objeto de um juízo, e ele é chamado bom na medida em que ele relaciona-se com uma atividade afetiva. Sem dúvida não se toma sempre de uma maneira rigorosa, do lado dos escolásticos, esta significação da verdade e do bem de um objeto. Quem definir a verdade metafísica como a "*conformitas rem inter et intellectum*", pressupõe a verdade do juízo em relação ao objeto julgado. E quando, por exemplo, Tomás de Aquino coloca a verdade de um objeto em sua "*cogniscibilitas*" ou "*intelligibilitas*", a remissão à verdade do juízo está aí incluída. Pois, todo conhecimento é um juízo verdadeiro. Entretanto, Tomás abandona esse ponto de vista quando ele ensina: "*Sicut bonum nominat id, in quod tendit appetitus, ita verum nominat id, in quod tendit intellectus*".[1] Segundo esta concepção, a teoria ensinada não quer dizer nada senão que um objeto é chamado verdadeiro na medida em que a ele se liga um juízo, e ele é chamado bom na medida em que a ele se liga um sentimento. E, visto que cada objeto de representação pode ser submetido a uma atitude que julga, deseja ou detesta, então a verdade e a bondade cabem a cada objeto de representação, e a teoria escolástica ensinada mostra-se justa no sentido de que cada ente é tanto *verum* quanto *bonum*.

---

1 Tomás de Aquino, *De veritate*, p. 1, questão 16, art. 1.

4. Um objeto é chamado verdadeiro em relação a sua capacidade de ser julgado; ele é chamado bom em relação a sua capacidade de ser um objeto de atividade afetiva. Pode-se levantar questão de se o objeto tem, por analogia, um atributo que expressa sua concebilidade e que, por conseguinte, seria um nome do objeto na medida em que ele é representado. Agora, a filosofia medieval reconhecia um terceiro atributo do objeto; todo *ens*, diz esta filosofia, não é apenas *verum* e *bonum*, mas também *unum*. Nós devemos investigar num contexto diferente, uma vez que esta questão surgirá naturalmente, o que esta unidade significa para a representação de um objeto, especialmente se nós podemos ver nela o análogo na esfera da representação para a verdade na esfera do juízo e a bondade na esfera das atividades afetivas.

5. Se o objeto de representação, juízo e sentimentos não é senão o *ens* aristotélico-escolástico, então, a metafísica deve ser definível como a ciência do objeto em geral, tomando-se esta palavra no sentido aqui proposto. E isto é, de fato, o caso. Aquilo com que as ciências particulares lidam também nada mais é senão os objetos de nossas representações, suas mudanças, suas propriedades, bem como as leis de acordo com as quais os objetos afetam uns aos outros. Apenas que as ciências particulares sempre lidam com um grupo de objetos mais ou menos delimitado, um grupo formado pelo contexto natural ou por um determinado objetivo. As ciências naturais, no sentido mais amplo do termo, por exemplo, consideram as peculiaridades daqueles objetos denominados corpos inorgânicos e orgânicos; a psicologia investiga as propriedades e as leis características do fenômeno psíquico, dos objetos psíquicos. A metafísica é uma ciência que considera todos os objetos físicos, orgânicos e inorgânicos, bem como os psíquicos, os reais e os não-reais, os existentes bem como não-existentes; ela investiga aquelas leis que os objetos em geral obedecem, e não apenas um certo grupo de objetos. O que nós temos aqui é expresso pela venerável definição de metafísica como a ciência do ser

enquanto tal (*Seienden als solchem*).[1]

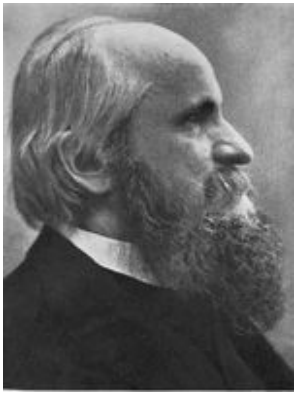
Esta retrospectiva sobre alguns pontos da teoria do ente ensinada pelos escolásticos pode servir para caracterizar, de maneira a mais precisa possível, o sentido associado na presente investigação à palavra objeto. Para resumir o que foi dito até aqui, o objeto pode ser descrito da seguinte maneira: tudo o que é representado por uma representação, reconhecido ou rejeitado por um juízo, desejado ou detestado por uma atividade afetiva, nós denominamos objeto. Os objetos são reais ou não reais, eles são possíveis ou impossíveis, eles existem ou não existem. A todos é comum o fato de que eles podem ser ou serem objeto (*Objekt*) (*não* o intencional!) de atos psíquicos, que sua designação lingüística é um nome (no sentido definido acima no § 3), e que, considerados como família, eles formam o *summum genus* que encontra na linguagem sua expressão usual com o "algo" ("*Etwas*"). Tudo o que é "algo" no sentido amplo do termo, denomina-se, primeiramente por relação a um sujeito que representa, mas depois também independente dessa relação, "objeto" ("*Gegenstand*").

§ 8 (...)

---

1 Cf. Brentano, *Dos múltiplos sentidos do ser em Aristóteles*, v.1, cap. 1, § 1.

Alexius Meinong
(1853 – 1920)



Alexius Meinong nasceu em Lemberg (Áustria), em 1853, e faleceu em Graz, em 1920. Foi professor de Filosofia na Universidade de Graz, tendo estudado com Franz Brentano em Viena. Ele é o fundador da assim chamada teoria dos objetos. As suas principais obras foram: *Hume Studien I. Zur Geschichte und Kritik des modernen Nominalismus*, Wien 1877 (GA vol. I, pp. 1-72); *Hume Studien II. Zur Relationstheorie*, Wien 1882. (GA vol. II, pp. 1-172); *Psychologisch-ethische Untersuchungen zur Werttheorie*, Graz 1894. (GA vol. III, pp. 1-244); *Über Gegenstände höherer Ordnung und deren Verhältniss zur inneren Wharnehmung* - Zeitschrift für Psychologie und Physiologie der Sinnesorgane, 21, 1899. (GA vol. II, pp. 377-471); *Über Annahmen*, Leipzig 1902. (GA vol. IV, pp. 385-489). *Über Gegenstandstheorie*, Leipzig 1904. (GA vol. II, pp. 481-530); *Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften*, Leipzig 1906. (GA vol. V, pp. 197-365); *Über Annahmen*, 2. ed. modificada, Leipzig 1910. (GA vol. IV, pp. 1-389); *Selbstdarstellung*, in: R. Schmidt (editor) — Die Deutsche Philosophie der Gegenwart in Selbstdarstellungen, vol. I, Leipzig 1921, pp. 91-148. (GA vol. VII, pp. 1-62); *Zur Grundlegung der allgemeinen Werttheorie*, Graz 1923. (GA vol. III, pp. 469-656).

Sobre a teoria do objeto
Alexius Meinong

[*Über Gegenstandstheorie; Selbstdarstellung;* Mit. Einl., Bibliogr. u. Reg. hrsg. von Josef M. Werle; Hamburg, Meiner, 1988. pp1-51.]

§1. A questão

Que não se pode conhecer sem conhecer algo; mais genericamente, que não se pode julgar e também não representar sem julgar sobre algo ou representar algo, isto pertence ao mais evidente sob uma consideração elementar dessas experiências. Que no domínio da suposição não é diferente, eu pude mostrar sem recorrer a um exame especial[1], embora a pesquisa psicológica sobre isso mal tenha começado. O problema é mais complexo no caso dos sentimentos, onde a linguagem, sem dúvida, mais nos induz ao erro, com a indicação do que se sente, o gozo, a dor, assim como a piedade, a inveja, etc., e, no caso dos desejos, na medida em que, a despeito do testemunho da ocorrência muito clara na linguagem, sempre tem-se que enfrentar a eventualidade de desejos que não desejam nada. Mas, mesmo aqueles que não compartilham a minha opinião — qual seja, que tantos os sentimentos quanto os desejos não são fatos psíquicos independentes, porque eles são representações a título da inelutável "pressuposição psicológica"[2] — concederão sem reservas que se goza de alguma coisa, que se interessa por alguma coisa e, ao menos na extrema maioria dos casos, que se não quer ou deseja sem querer ou desejar qualquer coisa, em suma, ninguém ignora que o processo psíquico tão freqüentemente esteja de par com

---

1 *Über Annahmen*, Leipzig, 1902, p. 256f.

2 Cf. meu *Psychologisch-ethischen Untersuchungen zur Werttheorie*, Graz 1894, p.34s., também Höfler, *Psychologie*, p.389.

esta propriedade de "ser orientada para algo" que se está bem perto de ver nisso um aspecto característico que distingue o que pertence ao psíquico do que não é da ordem psíquica.

Todavia, não é a tarefa das considerações seguintes explanar porque eu tenho esta suposição como a melhor fundada a despeito das muitas dificuldades que a ela se opõem. Os casos em que a referência, o estar expressamente orientado para "algo" ou, como se diz muito grosseiramente, a um objeto, são tantos que se impõe, mesmo que seja para dar conta desses casos, que a questão acerca de a quem cabe tratar de maneira científica estes objetos não deve permanecer sem resposta.

A repartição do que é que é digno de trabalho teórico e o necessário em diferentes domínios científicos, bem como a delimitação precisa desses domínios, deve-se reconhecer, não tiveram senão pouca incidência prática sobre o avanço da pesquisa; o que importa, afinal, é o trabalho acabado e não a bandeira sob a qual ele foi realizado. Mas, a confusão sobre as fronteiras dos diversos domínios científicos pode ser justificada de duas maneiras opostas: ou os domínios nos quais efetivamente nós trabalhamos se interpenetram, ou, então, eles não se interpenetram e resta um domínio não-trabalhado entre eles. A importância destas confusões é no domínio teórico exatamente inversa a que tem no domínio prático. Neste a "zona neutra" é a garantia, com efeito, sempre bem-vinda, raramente obtida de relações de boa-vizinhança, enquanto que a interpenetração das fronteiras reivindicadas representa o caso típico de conflito de interesses. Ao contrário, no domínio do trabalho teórico, onde aparece a menor legitimidade de tais conflitos, a sobreposição de dois setores fronteiriços, que, por conseqüência, poderão ser eventualmente tratados de diversos pontos de vistas, representa, objetivamente, muito mais um benefício, enquanto a sua separação é sempre um inconveniente cuja importância será naturalmente função da extensão e da relevância do setor intermediário assim criado.

Interrogar-se sobre um semelhante domínio do saber,

negligenciado a ponto de ele não ter reconhecida ao menos a medida de sua especificidade, eis o que visa o problema aqui posto de saber qual é de fato o lugar, de qualquer maneira legítimo, do tratamento rigoroso do objeto enquanto tal e em sua generalidade; trata-se da questão seguinte: existe entre as disciplinas reconhecidas por sua proveniência científica uma ciência onde se pode encontrar um tratamento rigoroso do objeto enquanto tal ou, ao menos, onde tem valor esta exigência?

§2. O pré-juízo a favor do efetivo.

Não foi por acaso que as reflexões acima tomaram o conhecimento como ponto de partida para chegar ao objeto. Com certeza não é *apenas* o conhecimento que "tem" seu objeto; mas, ele o tem sempre de uma maneira singular que leva, quando se trata da questão do objeto, a pensar em primeiro lugar no objeto do conhecimento. Pois, o processo psíquico que se denomina conhecer não constitui, estritamente considerado, inteiramente o fato do conhecimento: o conhecimento é, por assim dizer, um fato bifronte, em que o conhecido não está diante do conhecimento como qualquer coisa de relativamente autônoma que este apenas se contentaria de visar, por exemplo, no modo de um falso juízo; ao contrário, ele é de qualquer maneira apreendido, apanhado, pelo ato psíquico, ou melhor, como se tenta em geral o descrever de maneira inevitavelmente figurada, ele é o indescritível. Se se considera exclusivamente este objeto de conhecimento, a questão que colocamos acerca de uma ciência do objeto se apresenta de saída sob uma luz pouco favorável. Uma ciência do objeto do conhecimento: significa isto que a exigência de fazer daquilo que já foi reconhecido como objeto do conhecimento o objeto de uma ciência, isto é, uma segunda vez, em fazê-lo um objeto do conhecimento? Dito de outro modo, não se procura assim uma ciência que seja ou constituída pelo conjunto das outras ciências ou que deva realizar uma segunda vez o que todas as ciências reconhecidas realizam

sem ela?

Guardemo-nos, a propósito de tais considerações, de tomar como verdadeiramente incongruente a idéia de uma ciência universal diferente das ciências particulares. O que os melhores de todas as épocas tiveram em vistas como sendo o fim último e, sobretudo, o fim digno de seu desejo de saber, a apreensão da totalidade do mundo em sua essência e fundamento últimos, apenas pode ser a tarefa de uma ciência englobante *ao lado* das ciências particulares. Efetivamente, sob o nome da Metafísica não se pensou outra coisa senão uma tal ciência: e as esperanças frustradas, no passado como no futuro, ligadas a esta ciência, ainda são tantas, que a culpa se deve unicamente à nossa incapacidade intelectual e não à idéia desta ciência. Pode-se, porém, por causa disso, exigir-se da Metafísica que ela seja esta ciência cuja tarefa natural seria a elaboração do objeto enquanto tal, isto é, dos objetos em sua totalidade?

Quando se recorda a que ponto a Metafísica sempre teve a intenção de integrar ao domínio de suas colocações o mais próximo como o mais distante, o maior como o menor, pode parecer estranho que ela não possa assumir a tarefa que estamos evocando pela razão que, malgrado a universalidade de suas intenções, a Metafísica não teve sempre, e de longe, a visada suficientemente universal para ser uma ciência do objeto. A Metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos de conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada, mais precisamente, a tratá-lo como algo que não oferece ao conhecimento nenhum ponto de apreensão ou nenhum que seja digno de interesse.

Quão pouco esta opinião é correta mostram facilmente

os objetos ideais[1] que, certamente, são dotados de uma subsistência (*bestehen*), mas em nenhum caso de existência (*existierien*) e, por conseguinte, não podem de maneira alguma ser efetivos. A identidade ou a diferença, por exemplo, são objetos desse tipo: talvez, elas subsistam entre estas ou aquelas realidades efetivas (*Wirklichkeiten*), em tais ou quais circunstâncias, mas elas mesmas não são um elemento desta efetividade (*Wirklichkeit*). Naturalmente está fora de questão que a representação, a suposição e o juízo tenham relações com estes objetos, e tenham seguidamente boas razões de se ocupar deles de maneira muito precisa. Também os números não são dotados de uma existência ao lado daquela do que é enumerado, no caso em que este exista; o que se compreende muito claramente, pois se pode enumerar o que não existe. Do mesmo modo, uma relação não existe ao lado do que está em relação, no caso em que este exista: que esta existência não seja, por sua parte, absolutamente indispensável, é o que demonstra, por exemplo, a relação entre a igualdade dos ângulos e igualdade dos lados de um triângulo. Além disso, a relação de inclusão une tudo, mesmo que se trate de algo que existe, como o estado do ar e a indicação do termômetro, ou do barômetro, não tanto as realidades efetivas elas mesmas quanto o seu ser ou também o seu não-ser. No conhecimento de uma tal relação já se está lidando com este gênero particular de objetos, que eu espero ter mostrado[2], que se situam face aos juízos e às suposições de uma maneira análoga àquela do próprio objeto em relação às representações. Eu propus para designar aqueles o termo "objetivo" (*Objektiv*), e mostrei que este "objetivo" ele mesmo pode assumir, por sua vez, as funções próprias de uma objetidade (*Objektes*) e tornar-se, em particular, o objeto (*Gegenstand*) de uma nova apreciação que o leva em conta como

---

1 Sobre o sentido que eu penso deva ser dado à expressão "ideal", cujo uso lingüístico é infelizmente equívoco, cf. minhas indicações em *"Über Gegenstände höherer Ordnung etc."*, Zeitschrift für Psychologie Bd. XXI, p.198.

2 *Über Annahmen*, Kap. VII.

uma objetidade (*Objekte*), tal como aquele das outras operações intelectuais. Se eu digo: "é verdadeiro que há Antípodas", não é às Antípodas que se atribui a verdade, mas ao objetivo (*Objektiv*): "que há Antípodas". A existência de Antípodas, porém, é um fato que cada um constata, também, ser ele dotado de uma subsistência, mas ele não pode, por sua vez, existir uma outra vez. Porém, isto vale igualmente para todos os objetivos, de tal modo que todo conhecimento que tenha por objeto (*Gegenstande*) um objetivo (*Objektiv*), representa igualmente um caso de conhecimento de um não-existente.

O que foi mostrado aqui, por meio de alguns exemplos limitados, é testemunhado por uma ciência inteira, muito desenvolvida, mais, desenvolvida ao extremo: as matemáticas. Ninguém teria a intenção de qualificar as matemáticas como estranhas à realidade, no sentido de que elas não teriam nada a ver com o que existe: é inegável, com efeito, que elas têm assegurada, na vida prática tanto quanto na análise teórica do real, uma vasta esfera de aplicação. Todavia, o conhecimento matemático estrito não trata em nenhum caso de qualquer coisa da qual seria essencial que ela fosse efetivamente real. Jamais o ser de que se ocupam as matemáticas enquanto tais é existente; em relação a estas, jamais elas ultrapassam os limites do que é dotado de uma subsistência: uma linha reta não tem mais existência que um ângulo reto, um polígono regular ou um círculo. Que, na linguagem que elas empregam, as matemáticas podem falar expressamente de existência[1], não se deve ver nisso senão como uma particularidade do seu emprego da linguagem, e nenhum matemático hesitaria em conceder que o que ele visa quando emprega o termo "existência", a propósito dos objetos que ele submete às análises teóricas, não é, ao final, nada senão o que de hábito se denomina "possibilidade", operando, sem dúvida, um giro positivo, ao mesmo tempo que notável, no conceito que de ordinário tem simples-

1 Cf. K. Zindler, *Beiträge zur Theorie der mathematischen Erkenntnis*, Sitzungsberiche der kais. Akademie der Wissenschaften in Wien, philos. hist. Kl. Bd. CXVIII, 1889, p. 33, tbém 53s.

mente uma conotação negativa.

Junto com o pré-juízo a favor do conhecimento da realidade efetiva, indicado acima, esta independência de princípio das matemáticas em relação à existência permite compreender um fato que, sem levar em conta estes aspectos, não deixaria de parecer estranho. As tentativas que têm por finalidade um sistema articulando a totalidade das ciências se encontram logo de saída, quando se trata das matemáticas, em um embaraço do qual elas não podem sair, com chances de êxito ao menos relativas, senão com expedientes mais ou menos artificiais. O que contradiz de maneira gritante o reconhecimento, e se deveria dizer a popularidade, que as matemáticas adquiriram devido aos seus resultados até entre os círculos leigos. Ora, a ordenação de todos os saberes em ciências da natureza e ciências do espírito não dá conta, sob a aparência de uma disjunção radical, senão do saber que se ocupa da realidade efetiva: é fácil de se observar, quando não de se surpreender, que assim não se reconhece nenhum direito às matemáticas.

§3. Ser-tal e não-ser.

Não há, então, nenhuma dúvida: o que deve ser objeto de conhecimento não tem nenhuma necessidade de existir. As reflexões precedentes podem, entretanto, dar lugar à suposição de que a subsistência (*Bestand*) não apenas *poderia* substituir a existência (*Existenz*), mas que *deveria* necessariamente o fazer sempre onde nenhuma existência se dá. Mas, mesmo esta restrição é inadmissível. Isto mostra-se pela observação das duas funções específicas do juízo (*Urteilens*) e da suposição (*Annehmens*) que eu procurei estabelecer contrapondo a "função tética e a sintética" do pensamento[1]. No primeiro caso, o pensamento apreende um ser (*Sein*), no segundo, um "ser-tal" (*Sosein*); naturalmente, se poderia denominar aquele como objetivo-de-ser e este como objetivo-de-ser-tal. Ora, isto responde, bem entendido, ao pré-juízo evocado mais acima em favor da

1 *Über Annahmen*, p.142s.

existência efetiva, ao afirmar que se não está autorizado a falar de um ser-tal senão pressupondo sempre um ser. De fato, não teria muito sentido qualificar uma casa de grande ou pequena, uma região de fértil ou estéril, antes de saber se a casa ou a região existe, existirá ou existiu. Mas, a ciência a qual nós podemos a toda hora emprestar os mais numerosos argumentos contra este pré-juízo permite igualmente reconhecer, de maneira particularmente clara, a impossibilidade de sustentar um tal princípio: as figuras de que trata a geometria não têm existência, como nós sabemos; e, no entanto, suas propriedades, logo, seu ser-tal, podem ser indubitavelmente constatadas. No domínio do que é conhecível *a posteriori*, sem dúvida não se poderia justificar uma afirmação quanto ao ser-tal se ela não se funda sobre o saber que se tem de um ser: e é também certo que um ser-tal, que não tem nenhum ser por trás de si, seria muito seguidamente desprovido de interesse imediato. Tudo isto não muda em nada o fato de que o ser-tal de um objeto não sofre nenhum interdito pelo não-ser (*Nichtsein*) deste objeto. Este fato é suficientemente importante para que nós formulemos como sendo expressamente o princípio da independência do ser-tal em relação ao ser[1]; e o domínio de validade deste princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem deste princípio não apenas os objetos que não tem existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo. Evidentemente, no que concerne a tais objetos apenas excepcionalmente se registram conhecimentos de efetiva importância: não obstante isso, alguma luz pode ser jogada daí sobre os domínios cujo conhecimento é em grande medida digno.

Todavia, em vez de evocar tais coisas que de alguma maneira permanecem um pouco estranhas ao pensamento

---

1 Definido pela primeira vez por E. Mally em seu estudo, coroado pelo prêmio Wartinger de 1903, que foi publicado inteiramente reelaborado no n. III dessas Investigações. Cf. Kap. I, §3.

natural, mais instrutivo é observar o fato trivial — que permanece ainda nos limites do objetivo-de-ser —, que um não-existente (*Nichtseiendes*) qualquer deve ser (*Sein*) em alguma medida para fornecer um objeto (*Gegenstand*), ao menos, para os juízos (*Urteile*) que apreendem o seu não-ser (*Nichtsein*). Agora, é completamente inessencial se este não-ser é necessário ou simplesmente fatual, e também se, no primeiro caso, a necessidade tenha por origem a essência (*Wesen*) do objeto ou algum momento que é exterior ao objeto em questão. Para reconhecer que não há círculo quadrado, eu sou obrigado a fazer um juízo sobre o círculo quadrado. Quando, de maneira unânime, a Física, a Fisiologia e a Psicologia afirmam a assim denominada idealidade das qualidades sensíveis, é dito também, implicitamente, algo a propósito da cor e do som, a saber, que em sentido estrito nem estes nem aquelas existem. Quem gosta de paradoxos pode muito bem dizer: há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos; e o fato muito banal para todo mundo, que é assim expresso, joga uma luz tão clara sobre a relação entre os objetos e a realidade efetiva, i.é, o ser em geral, que absolutamente convém, no presente contexto, analisar mais de perto este problema cuja importância é em si mesma um fato decisivo.

§4. O extra-ser do objeto puro.

Para neutralizar o paradoxo que parece aqui bem real, se oferece, quase naturalmente, o recurso a certos fenômenos psíquicos, e eu já procurei expor o essencial no concernente ao caso presente[1]. Em conformidade com o que eu já mostrei, se se tem presente no espírito, por exemplo, a subjetividade das qualidades sensíveis, deve-se falar do objeto da representação do azul, para citar um exemplo, apenas no sentido de uma faculdade desta representação, cuja realidade efetiva, por assim dizer, propicia a ocasião da manifestação. Do ponto de vista da representação, parece-me ainda agora que se toca

1 *Über Annahmen*, p98ss.

assim em algo essencial: mas, eu não posso hoje esconder que o objeto, para não existir, tem possivelmente ainda menos necessidade de ser representado do que para existir, nem também que mesmo para a possibilidade de ser representado — pelo que o objeto se presta —, não poderá resultar não mais que uma existência que seria "existência na representação", isto é, mais exatamente, uma "pseudo-existência"[1]. Dito de modo mais preciso, se eu afirmo que "o azul não existe", eu não penso, então, em uma representação nem em suas eventuais faculdades, mas sempre no azul. Tudo se passa como se o azul devesse antes ser, afim de que se possa levantar a questão de seu ser ou de seu não-ser. Mas, para não cair de novo em paradoxos ou incongruências efetivas, talvez se possa dizer: o azul e todo outro objeto é de algum modo dado antes de nossa decisão quanto ao seu ser ou não-ser, de uma maneira que também não pré-julga o seu não-ser. Do lado psicológico, se poderia igualmente descrever assim a situação: se eu devo, a propósito de um objeto, poder julgar que ele não é, parece que eu devo apreender antes uma vez o objeto para poder predicar o não-ser, mais exatamente, para lhe o imputar ou denegar.

Pode-se esperar fazer justiça a este estado de coisas inteiramente singular, como se pode perceber, apesar de sua banalidade, com mais rigor teórico, graças à consideração que se segue. Que um certo A não é, brevemente, que o não-ser de A é, como eu mostrei em outro lugar[2], ou que um objetivo é, como o ser de A: eu estou justificado assim em afirmar tanto que A não é, assim como ao objetivo "não-ser de A" advém um ser (mais precisamente, como se disse mais acima, uma subsistência). O objetivo, pouco importa que se trate de um objetivo-de-ser ou de um objetivo-de-não-ser, está em face de sua objetidade (*Objekte*), *cum grano salis*, na mesma relação que o todo face à parte. Mas, certamente se o todo é, a parte deverá

---

1 Cf. "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", Op. cit. p186s.

2 *Über Annahmen*, Kap. VII.

também ser, o que, transposto para o caso do objetivo, parece significar: se o objetivo é, o seu objeto deve também necessariamente ser em um sentido qualquer, mesmo no caso em que este objetivo é um objetivo-de-não-ser. Mas, na medida em que, por outro lado, o objetivo interdiz precisamente de se considerar o nosso A como sendo, e considerando-se que, como nós vimos, o ser seja tomado conforme o caso não somente no sentido de existência, mas também no sentido da subsistência, a exigência, deduzida mais acima do ser de um objetivo-de-não-ser, de um ser do objeto parece ter sentido apenas se se tratar de um ser que não seria nem existência nem subsistência, sob a condição de que se integre aos dois níveis de ser, se se pode exprimir assim, existência e subsistência, um tipo de terceiro nível. Este ser deveria advir a todo objeto enquanto tal: a ele não pode corresponder um não-ser do mesmo tipo, pois um não-ser nesse novo sentido teria imediatamente por conseqüência necessária as mesmas dificuldades que aquelas que implica o não-ser no sentido habitual, e que a nova concepção teria em primeira linha afastado. É por esta razão que me pareceu por um tempo que o termo "quase-ser" (*Quasisein*) seria uma expressão bastante útil para designar este ser cujo estatuto permanece de todo modo um pouco insólito.

Mas, no que concerne esta denominação, ela tem contra si certamente o perigo, utilizada ao mesmo tempo que outras designações depois de longo tempo atestadas, de produzir confusões, tal como "pseudo-existência" e "quase-transcendência"[1]. As objeções práticas são mais importantes. Poder-se-ia ainda nomear ser um ser que, por princípio, nenhum não-ser se lhe oporia? Além disso, se trataria de um ser que não seria nem existência nem subsistência — em nenhuma parte encontraremos motivo, que se pudesse aqui julgar, para um tal postulado: não seria o caso de não se hesitar em evitá-lo, também em nosso caso, tanto quanto possível? O que parece aí ser posto é um fenômeno, em verdade, muito

1 *Über Annahmen*, p95.

bem observado: é necessário que A, nós o vimos, me seja de algum modo "dado" para que eu apreenda o seu não-ser. Isto implica, porém, como eu mostrei em outro lugar[1], uma suposição de qualidade afirmativa: para negar A, eu devo previamente supor o ser de A. Bem entendido, desse modo eu faço referência a um ser, de alguma maneira, previamente dado de A: ora, é da natureza mesma da suposição que ela se direcione a um ser que ele mesmo não precisa ser.

Desse modo se esboçaria, no final das contas, a perspectiva, sem dúvida muito apaziguadora, de fundar a posse desse surpreendente ser do não-existente por mais absurdo que ele pareça, se o objetivo existente não exigir em todos os casos um objeto existente. Esta exigência não repousa senão sobre uma analogia com o comportamento da parte em relação ao todo: o objetivo seria tratado como um tipo de complexo, o seu objeto como um tipo de elemento constitutivo. Isto pode parecer conforme, sob muitos aspectos, à nossa concepção, por hora com muitas lacunas, da essência do objetivo: mas, ninguém negaria que a analogia seria apenas um primeiro expediente, e que não se tem nenhum direito de a tomar a sério, nem que fosse em uma certa medida. Em vez de deduzir, com base em uma analogia problemática, do ser do objetivo um ser de seu objeto, mesmo no caso em que este objetivo é um objetivo-de-não-ser, seria melhor tirar a lição dos fatos que nos ocupam que esta analogia não é precisamente válida para o objetivo-de-não-ser, isto é, que o ser do objetivo de maneira geral não depende do ser de seu objeto.

Esta é uma posição que por si mesma diz: se toda oposição entre ser e não-ser é apenas um problema do objetivo e não da objetidade (*Objektes*), no fundo, é evidente que nem o ser nem o não-ser podem se situar no objeto (*Gegenstande*) como tal. Isso naturalmente não significa que um objeto qualquer poderia nem ser nem não-ser. Isto não significa também afirmar que é da natureza de um tal objeto (*Gegenstandes*)

---

1 Ibidem, p105ss.

poder ser puramente contingente se ele é ou não é: um objeto absurdo como o círculo quadrado implica a certeza de seu não-ser em qualquer sentido que isto tenha, um objeto ideal, como a diferença, a de sua não-existência em si. Seguramente, quem quer que desejasse fazer eco a um modelo tornado célebre afirmaria o resultado ao qual nós chegamos acima por meio dessa formulação, o objeto enquanto tal, sem levar em conta as particularidades eventuais ou de seu sempre dado objetivo aposto, talvez, pudesse dizer: o objeto puro se situa "para além do ser e do não-ser" (*jenseits von Sein und Nichtsein*). De maneira menos surpreendente e menos exigente também, mas, a meu ver, mais apropriada, se poderia dizer a mesma coisa expressando-se mais ou menos assim: o objeto puro é por natureza fora do ser (*ausserseiend*), embora de seus dois objetivos-de-ser, seu ser e seu não-ser, sempre um deles subsiste.

Portanto, o que se pode denominar de maneira pertinente o princípio do extra-ser (*aussersein*) do objeto puro dissipa definitivamente a aparência de paradoxo que forneceu o primeiro motivo ao estabelecimento deste princípio. Que ele não deixa, por assim dizer, para um objeto (*Gegenstande*), apreender o seu não-ser como seu ser, eis o que se compreende imediatamente desde que se entenda que, abstração feita das particularidades, ser e não-ser são igualmente exteriores ao objeto. Uma extensão bem-vinda está também aberta para o princípio evocado mais acima de uma independência do ser-tal (*Sosein*) em relação ao ser (*Sein*): ela nos diz que o que não é de maneira nenhuma exterior ao objeto e constitui, ao contrário, sua verdadeira essência, reside em seu ser-tal, o qual adere ao objeto, quer ele seja quer ele não seja. Finalmente, nós estamos agora, e a bem dizer somente agora, em posição de compreender de maneira suficientemente clara o que nós anteriormente reconhecemos como sendo o pré-juízo em favor da existência ou do ser de todos os objetos possíveis de conhecimento. O ser não é justamente a única pressuposição sob a qual o processo de conhecimento encontraria de alguma maneira um primeiro ângulo de ataque, ele é, ao contrário, ele

mesmo um tal ângulo de ataque. Mas, o não-ser é também ele um bom ângulo. Além disso, o conhecimento encontra já no ser-tal de todo objeto um campo de atividade que ele não tem nenhuma necessidade de tornar acessível em respondendo antes a questão do ser ou do não-ser ou dando uma resposta afirmativa.

§5. Teoria do objeto como Psicologia.

Agora nós sabemos quão pouco a totalidade do existente (*Existierenden*), ou mesmo dos entes (*Seienden*), constitui a totalidade dos objetos de conhecimento, e também quão pouco uma ciência do efetivo (*Wirklichen*) ou do ente em geral, por mais universal que ela seja, poderia ser considerada como a ciência dos objetos do conhecimento tomados pura e simplesmente. Porém, ao mesmo tempo, nesses últimos parágrafos, não se consideraram ainda senão os objetos do conhecimento, enquanto que a questão posta no início dessas análises teria podido já ter resposta pelo fato que não é simplesmente o conhecimento, mas cada juízo (*Urteilen*) e cada representação (*Vorstellen*) têm seu objeto, para não falar outra vez da objetividade (*Gegenständlichkeit*) das vivências extra-intelectuais. Esta significação dominante, ou, como já indicamos rapidamente, esta significação caracterizadora da objetividade para a vida psíquica pode sugerir que nós, ao tomar exclusivamente em consideração apenas o conhecimento, nos deixamos levar por um desvio fácil de evitar, embora o mais natural é que esta ciência devesse se ocupar dos objetos como tais e que a ela cabe tratar de sua objetividade, tarefa esta que parece, conforme o que se deve de novo ser mencionado, não pode caber senão à psicologia.

Deve-se logo conceder que o atual exercício da psicologia não é sob qualquer ponto de vista contrário a uma tal concepção. Por exemplo, existe uma psicologia dos sons, tanto quanto uma psicologia das cores que estão longe de considerar

como uma tarefa acessória o esforço que procura ordenar a multiplicidade de objetos que pertencem ao domínio sensível em questão e a examinar as suas propriedades[1]. Também é inteiramente natural que a ciência dos fatos psíquicos integre às suas pesquisas as operações específicas do psíquico e em particular aquelas do intelectual. Seria uma psicologia do juízo muito estranha aquela que não tivesse nenhuma noção da capacidade de, sob condições suficientemente favoráveis, apreender algo além de si, de se apoderar de um certo modo da realidade efetiva. E, havendo ainda algo fora da realidade efetiva, que se pode conhecer e que nós podemos conhecer com a ajuda de certas operações intelectuais, então, certamente a psicologia não deve deixar de tomar em consideração, juntamente com esta faculdade este domínio extra-efetivo (*ausserwirklich*), sobre o qual são direcionadas as operações que caracterizam esta faculdade.

Desse modo, os objetos do juízo, da suposição e da representação, bem como os do sentimento e do desejo, encontram sem dúvida um lugar na psicologia; todavia, todos dirão também que esta ciência não toma estes objetos em consideração por sua própria vontade. Para a *práxis,* no interior como no exterior de uma atividade científica, talvez seja seguramente um ponto inteiramente acessório saber o que é intencionalmente resultado principal e o que é resultado secundário obtido quase unicamente por acidente: nos estudos consagrados à Antiguidade, por exemplo, acontece certamente por acaso que os requisitos de interpretação de texto forneçam seguidamente aos filólogos indicações referentes aos "*realia*". Porém, ninguém pensará em fazer passar o estudo da Antiguidade pela filologia clássica, a qual deveria nesse caso estender suas pretensões a disciplinas as mais diversas, mesmo se em realidade o fato de se ocupar das línguas antigas serviu de ponto de partida para investigações científicas tão diferentes

---

1 Para maiores detalhes, o meu "Bemerkungen über den Farbenkörper und das Mischungsgesetz", Zeitschrift für Psychologie der Sinnesorgane, Bd. XXXIII, S. 3ff.

quanto possíveis. Do mesmo modo, a pesquisa psicológica poderia assim se tornar frutífera para domínios vizinhos, tanto mais que a estes pertencem ciências que ou bem são menos desenvolvidas que a psicologia, ou bem não obtiveram ainda um reconhecimento formal a título de ciência especial. Que fenômenos desse tipo tenham efetivamente acontecido no que concerne à elaboração teórica dos objetos, nada o demonstra mais claramente que o exemplo já mencionado acima das cores, a propósito do que incontestavelmente foi o estudo aprofundado dos estados de coisas psicológicos que conduziu ao estudo dos estados de coisas próprios aos objetos, do estudo dos corpos coloridos a aquele do espectro de cores[1]. A referência feita à Lingüística mostra, sob uma outra perspectiva, a que ponto não é permitido deixar a Psicologia passar como a autêntica ciência dos objetos. A Lingüística tem também, desde que ela se ocupa da significação das palavras e das frases, obrigatoriamente a ver com objetos[2] e a Gramática efetivamente prepara de maneira fundamental a apreensão teórica de objetos. Portanto, na verdade não é possível antever sob qual ponto de vista se deveria, nesses assuntos, conceder à Psicologia um privilégio: ao contrário, se reconhece claramente que nenhuma dessas disciplinas pode ser a buscada ciência dos objetos.

Mas, realmente seria algo estranho se, depois da totalidade das ciências dos entes, incluindo aí a ciência da totalidade do efetivo, ter-se mostrado insuficiente para este fim, uma dentre elas, por assim dizer inopinadamente, revelasse uma aptidão para açambarcar a totalidade dos objetos. Agora, pode-se indicar precisamente de qual setor dessa totalidade a psicologia está em condições de se ocupar. A psicologia apenas pode se interessar por objetos sobre os quais um processo psíquico qualquer esteja efetivamente direcionado; pode-se dizer, talvez, abreviadamente: ela se interessa apenas pelos

---

1 Cf. Idem, p. 11ss.

2 Cf. *Über Annahmen*, S. 271ss.

objetos que são de fato representados, para os quais existe representação, que também ao menos "existem em nossas representações" ou, mais corretamente, têm uma pseudo-existência[1]. Por isso, nós tivemos que caracterizar acima o corpo colorido, como conceito englobando todas as cores que efetivamente podem aparecer na sensação e na imaginação dos homens, como um assunto da Psicologia e, ainda assim sem uma precisão rigorosa, na medida em que esta totalidade, sendo não mais que uma multiplicidade de pontos, não constitui efetivamente um *continuum*, ao menos na medida em que os processos de alteração não podem ajudar[2]. A concepção do espectro das cores, ao contrário, funda-se apenas na natureza dos objetos concernidos, portanto, inteiramente não-psicológica, mas, sem nenhuma dúvida no plano da teoria do objeto, e nesse exemplo percebe-se de maneira imediata, sem apelar para considerações particulares, a diferença fundamental do ponto de vista adotado num caso e noutro.

Apenas *um* pensamento poderia ainda parecer capaz de destruir a impressão de completa disparidade, ao menos de tornar plausível, que, ao contrário da concepção defendida a propósito das cores, não pode haver nenhum objeto da representação que não pertença ao tribunal da Psicologia. Pode-se pensar que, seja qual for a via pela qual se decidiu introduzir o objeto concernido da elaboração teórica, nós deveríamos no final o apreender (*erfasst*), logo, ao menos representá-lo; mas, desse modo ele já é incluído na série daqueles objetos pseudo-existentes que também concernem à Psicologia. Portanto, se eu penso num branco mais claro do que qualquer um que o olho humano tenha visto ou verá, este branco é, todavia, um branco representado, e nunca uma teoria, de qualquer maneira que ela seja constituída, poderá se referir a um não-representado.

Este pensamento relembra de um certo modo o argu-

---

1 "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", Op. Cit, p. 186s.

2 Cf. E. Mally, na terceira das presentes investigações, Cap. I, § 15, Cap. III, §10, Cap. IV, §25.

mento dos "idealistas" que estranhamente não foi ainda hoje completamente esquecido, segundo o qual o "*esse*" deve ser, se não também um "*percipi*", ao menos um "*cogitari*", porque ninguém pode pensar um "*esse*" sem — o pensar. E, em todo caso, o efeito de tais considerações deveria ser antes contra à sua intenção do que em conformidade com ela. Se, com efeito, este ultrabranco que foi evocado se encontra incluído pela concepção no domínio da reflexão teórica, então, a partir desse evento psíquico tão novo na vida, é um trabalho inteiramente novo que *pode* se apresentar à Psicologia. Seguramente isto não é incontornável: no caso do exemplo considerado, nada desse gênero foi alcançado, pois há uma grande variedade de concepções análogas. Mas, deve-se ter à vista uma tal possibilidade; e se, por acaso, fosse ela de fato realizada, então, ficaria claro quão pouco a concepção do ultra-branco concerne à Psicologia. A teoria do objeto seguramente já fez o seu trabalho por meio desta concepção, eventualmente a Psicologia somente depois fará o seu; e, então, seria suficientemente estranho tomar o trabalho já feito, em vista de um trabalho futuro, por um trabalho já psicológico.

§6 – Teoria do objeto como teoria dos objetos do conhecimento.

O que a Psicologia não pode realizar de maneira alguma, por conseguinte, poderia ser investigado com melhores perspectivas ali onde são investigados fatos em cujas características o objeto é parte constitutiva. A partir do que foi visto acima, não há dúvida nenhuma de que fatos desse tipo se dão ao conhecimento. O conhecimento é um julgar (*Urteilen*) que não é verdadeiro apenas de maneira contingente, mas naturalmente e por assim dizer de maneira intrínseca: mas, um juízo é verdadeiro, não na medida em que há um objeto existente (*existierenden*) ou mesmo apenas um objeto que é (*seienden Gegenstand*), mas antes enquanto ele apreende um objetivo que é (*seienden Objektiv*). Que há cisnes negros e que não há um *perpetuum mobile*, são ambas verdadeiras, embora se trate num

caso de um objeto existente e no outro de um objeto inexistente; na primeira subsiste (*besteht*) precisamente o ser, na segunda o não-ser do objeto em questão. A verdade está ligada em cada caso ao ser deste objetivo e é isto que a constitui. O juízo não seria verdadeiro se o objetivo em questão não fosse. O juízo também não seria verdadeiro se ele fosse constituído diferentemente de como ele é, e se por conseguinte ele igualmente não concordasse com o fato. A coincidência desta exigência subjetiva e desta exigência objetiva pode, então, ser inteiramente contingente: como quando se retira uma conclusão verdadeira de premissas falsas.

Agora, esta contingência ou exterioridade é sem dúvida estranha à relação entre conhecer e conhecido: está na natureza do juízo que este não passa, por assim dizer, ao lado do que é conhecido; e esta propriedade do conhecer valida-se diante do tribunal da Psicologia como aquilo que se conhece como evidência (*Evidenz*). Porém, o juízo evidente não constitui por si o fato do conhecer: essencial é a apreensão da objetidade (*Objektes*) ou do objetivo (*Objektivs*), por isso o ser deste último é indispensável. Nessa perspectiva, o conhecer é inteiramente idêntico no juízo que é verdadeiro *per accidens*, por assim dizer, e é por esta razão precisamente que o conhecer pode, no início da presente exposição, ser caracterizado como um fato dúplice. Aquele que quer se aprofundar cientificamente neste fato dúplice não deve, então, limitar-se ao aspecto psicológico, mas deve também levar em conta explicitamente, como uma parte da tarefa que lhe incumbe, o segundo aspecto, isto é, os objetivos que são e as objetividades que neles estão implicadas.

Nós retornamos aqui, quanto a nossa questão principal, de certa maneira a um ponto de vista que tivemos que abandonar no parágrafo precedente, ao considerar o fato de que os objetos não pertencem somente ao conhecer, mas também aos juízos errados, às representações e às atividades psíquicas realmente extra-intelectuais. Na medida em que nós chegamos ao resultado de que a doutrina dos objetos poderia

naturalmente ser abordada no contexto da elaboração científica do conhecer, a questão se impõe de saber se, em virtude da limitação ao conhecer, e correlativamente da exclusão de todos os outros processos psíquicos, não seria uma parte dos objetos eliminada, o que conduziria ao abandono da universalidade, a qual, porém, não se pode renunciar quando se trata dos objetos enquanto tais.

Entretanto, essas ponderações são infundadas. Para se perceber isto, deve-se refletir numa diferença característica que resta entre a Psicologia e a ciência do conhecer. Compreende-se por si mesmo que a Psicologia lida somente com os eventos psíquicos efetivos e não com os simplesmente possíveis. A ciência do conhecer não pode se fixar tais limites, não apenas porque o saber como tal tem valor, de tal modo que o que não é, mas que poderia ser, chama sobre si a atenção, ao menos a título de desiderata. Por isso, entram em questão como objetos de nosso saber não apenas o conjunto de objetos pseudo-existentes, isto é, aqueles que são efetivamente julgados ou representados, mas também todos os objetos que não são objetos de nosso saber senão a título de possibilidade. Mas, não há nenhum objeto que não seja objeto de conhecimento, ao menos como possibilidade, se se coloca na perspectiva desta ficção, de outro modo muito instrutiva, segundo a qual a aptidão ao conhecimento não seria afetada por nenhuma limitação, inscrita na constituição do sujeito, e que de fato não pode desaparecer completamente, do tipo daquelas que estão associadas à capacidade de sensação ou de distinção. Sob a pressuposição de uma inteligência não limitada em suas aptidões e suas operações, não há nada incognoscível, e o que é cognoscível também dá-se (*gibt es*), ou, porque habitualmente se diz "dá-se" principalmente do que é, e especialmente do existente, seria preferível dizer: tudo o que é cognoscível é dado (*gegeben*) — precisamente ao conhecer. E, na medida em que todos os objetos são cognoscíveis, a todos sem exceção pode ser atribuído o ser-dado (*Gegebenheit*) como propriedade universal, quer eles sejam quer não.

Não se faz mais necessário expor a conseqüência no que concerne à relação dos objetos do conhecimento com os objetos das outras atividade psíquicas. Os objetos, seja qual for o tipo de vivência a qual eles pertençam, são inequivocamente também objetos de conhecimento. Portanto, aquele que procura elaborar os objetos do ponto de vista do conhecer e cientificamente não tem que se preocupar quanto à questão de saber se, em assumindo esta tarefa, ele não corre o risco de desse modo excluir um domínio qualquer da totalidade dos objetos.

§7 – Teoria do objeto como "lógica pura".

Conforme a uma antiga tradição, primeiro deve-se pensar na lógica quando está em questão a elaboração científica do conhecer; e efetivamente, apenas em uma época recente, pela primeira vez, a lógica se impôs, em uma de suas partes principais, a lógica pura ou formal[1], tarefas[2] que coincidem de maneira inegável com aquelas que deveriam ser plausívelmente realizadas por uma elaboração científica dos objetos enquanto tais. Eu já assinalei a minha aprovação fundamental, em outro lugar[3], ao ataque de Husserl contra o "psicologismo" na lógica e numa época em que, por razões exteriores, apenas pude tomar conhecimento de uma maneira provisória e ainda muito incompleta da considerável obra do referido autor. Hoje, quando eu espero ter reconhecido, fazendo-lhe justiça por meio de um estudo aprofundado, os méritos da obra em questão, eu não posso mais sustentar a expressão de minha aprovação, pois eu tenho que atender a muitas outras coisas, incluindo aquelas "tarefas", e, se eu prefiro não atribuir precisamente tais tarefas à "lógica pura", isto não é senão um desacordo de uma importância relativamente secundária.

---

1 Cf. E. Husserl, *Logische Untersuchungen*, 2 Bde. Leipzig und Halle, 1900 und 1901. Lógica "pura" e "formal" são expressamente identificadas, p. ex., Bd. I, p. 252.

2 Em particular, Bd. I, p. 243ss; também Bd. II, p. 92ss.

3 *Über Annahmen*, p. 196.

As condições que parecem ser aqui determinantes concernem, tanto quanto eu posso ver, que se não pode, sem violência, dissociar da lógica a idéia de uma arte interessada nas operações do intelecto e suas aptidões; que, portanto, a lógica permanece em todas as circunstâncias uma "disciplina prática"[1], cuja elaboração permite que se efetue a passagem àquilo que eu, na ocasião, caracterizei como uma "disciplina teórico-prática"[2]. Por isso, eu prefiro antes não mais nomear lógica uma disciplina que tenha sido "purificada" de toda visada prática e que por conseguinte deveria ser caracterizada como "lógica pura"[3]; eu prefiro reservar as tarefas atribuídas à "lógica pura" à única disciplina teórica ou à única das disciplinas teóricas a que deve a lógica, como todas as outras disciplinas práticas, terminar por retornar.

Que nesse sentido não se deve recorrer exclusivamente à Psicologia, é um ponto sobre o qual, como acima novamente foi evocado, eu compartilho inteiramente a opinião com o autor das *Investigações Lógicas*. E quando eu considero os conceitos principais aos quais ele sempre retorna sem cessar em sua polêmica contra o "psicologismo", afim de caracterizar este domínio extra-psicológico do saber, me é difícil evitar a im-pressão de que nosso autor não conseguiu ele mesmo se livrar inteiramente daquilo que ele combate de maneira justa com tanto zelo. A "lógica pura" lida com os "conceitos", com as "proposições", com as "deduções", etc. Porém, afinal não se-riam os conceitos representações (*Vorstellungen*) elaboradas para fins teóricos, mas justamente ainda representações? E

---

1 Eu tentei desenvolver isto no meu escrito *Über philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik*, Viena, 1885; comparar em particular p. 96s.

2 *Ibidem*, p. 98.

3 Pelo termo equivalente "Lógica formal" me vem ainda à memória tudo o que se tem ensinado quase exclusivamente sob este nome e que teve que ser combatido e muito bem superado. Deveria haver aí uma propriedade individual simples? Por isso, talvez, não se torna evidente a pouca adequação da palavra "Forma" para o que ela pretende designar, ao menos em fornecer uma imagem minimamente clara?

quando, diante de uma "proposição", se faz abstração da significação gramatical deste termo, de outro modo tão presente, como o exigia expressamente Bolzano, por exemplo, pode-se agora fazer igualmente abstração do processo psíquico (a suposição ou o juízo) expresso pela proposição gramatical ou, mais precisamente ainda, se isto é feito, o que nos resta que possa ainda pretender levar o nome de "proposição"? Mas, obviamente subsiste ali ainda um sentido extra-psicológico, mesmo com o sentimento de um uso um tanto metafórico das palavras, quando se fala do "princípio (*Satz*) de contradição", do "princípio de Carnot", etc.[1] Tal sentido está inteiramente ausente, tanto quanto eu vejo, no termo "dedução" (*Schluss*). Pois, se se fala igual e naturalmente "da" dedução segundo o modo "darapti", "da" dedução hipotética, etc., não se visa desse modo menos um processo intelectual, ou mesmo seu possível resultado, do que um processo fisiológico quando se fala "da" circulação do sangue.

Por isso, me parece que o fato de alocar as deduções e demonstrações "objetivas", por oposição às deduções e demonstrações subjetivas[2], corre o risco de obscurecer mais do que clarificar a situação, se me é permitido retirar do conteúdo geral das *Investigações lógicas* e de numerosas análises detalhadas, a convicção que, a despeito de várias divergências nos detalhes, na época inevitáveis, são no essencial os mesmos fins aos quais as investigações filosófico-matemáticas[3] permitiram ao nosso autor, que me possibilitaram a distinção, devida a considerações em parte efetivamente e em parte supostamente psicológicas, entre conteúdo (*Inhalt*) e objeto (*Gegenstand*)[4] e, mais ainda, aquela entre objetidade (*Objetkt*) e objetivo (*Obje-*

---

1 Naturalmente, trata-se aí dos objetivos (*Objektive*), cf. *Über Annahmen*, p. 197, nota.

2 *Logische Untersuchungen*, vol. II, p. 26, tbém 94 e 101.

3 Compare *Idem*, Prefácio do vol. I, p. V.

4 "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", p. 185ss.

tiv)[1]. Em tais circunstâncias, seria mais útil a esta causa comum, em vez de insistir sobre as reservas de ordem essencialmente terminológicas, evocadas acima, ou sobre pontos deste tipo, se eu tentasse antes explorar brevemente como a meu ver se deveria enfrentar o perigo do "psicologismo", sem dúvida ainda não completamente eliminado, não obstante a atenção que lhe foi dedicada.

§8 – Teoria do objeto como Teoria do conhecimento.

Antes, contudo, retiremos da objeção que se acabou de formular contra a expressão "lógica pura" uma conseqüência prática imediata. Desde há muito tempo não se encontra um nome para uma doutrina do saber que, por representar uma ciência teórica, não tem nenhum fim prático. Para esta não se poderia desejar como mais natural a designação "teoria do conhecer", ou mais precisamente "teoria do conhecimento". Eu falarei, então, de "teoria do conhecimento" em vez de "lógica pura", e espero mostrar agora que a questão do "psicologismo" na teoria do conhecimento nos reconduzirá de novo à teoria dos objetos, da qual as considerações precedentes aparentemente nos afastaram um pouco.

O "psicologismo", quando designa uma inclinação natural ou uma disposição fundada sobre reflexões fundamentadas de abordar a solução de problemas com a ajuda de meios predominantemente psicológicos, não implica em si nada de repreensível[2]. Mas, dentro de um círculo de problemas definido, precisamente este que nós nos ocupamos aqui, uma coloração negativa não é absolutamente estranha a esse termo: pois, compreende-se precisamente por ele um modo de tratamento psicológico no lugar errado. Na medida em que o conhecer é uma vivência, o modo de consideração psicológico

---

1 *Über Annahmen*, p. 150ss.

2 Em relação a isso, me abona no principal a objetividade demonstrada pela exposição dos fatos devida a Überweg-Heinze, que coloca a minha própria atividade científica sob o título geral "psicologismo" (*Grundriss der Geschichte der Philosophie*, 9ª ed., 4ª parte, p. 212sg.). Para ver em que sentido eu mesmo devo concordar com esta caracterização, comparar *Über Annahmen*, p. 196.

não pode ser excluído por princípio da teoria do conhecimento; terá de tratar de conceitos, proposições (juízos e suposições), de raciocínios, etc., também de modo psicológico. Mas, face ao conhecer se põe o conhecido; o conhecer é, como já indicamos muitas vezes, um fato de dupla face. Aquele que negligencia o segundo aspecto e que, portanto, procede à maneira da teoria do conhecimento, como se houvesse apenas o lado psíquico do conhecer, ou aquele que desejaria subjugar este segundo ao ponto de vista do processo psíquico, não poderia evitar o reproche de psicologismo.

Poderíamos tornar claro, ao menos de certa maneira, em que consiste verdadeiramente o perigo que o psicologismo traz, perigo ao qual nenhum daqueles que se ocupam das questões pertencentes à teoria do conhecimento pode escapar sem pagar tributo? Aquela duplicidade do conhecer é suficientemente insidiosa que quase ninguém pode a desconhecer, mesmo se houvesse apenas o existente para conhecer. Mas, já as matemáticas em geral, e singularmente a Geometria, tratam, como nós vimos, do não-efetivo; e assim o pré-juízo, já denunciado muitas vezes, em favor da realidade efetiva já aí conduz a um dilema que parece evidente e no fundo tão estranho, do qual não se pode ter facilmente consciência explícita e que pode ser formulado assim: ou bem aquilo sobre o qual se volta o conhecer existe na realidade efetiva, ou bem ele existe, ao menos, "em minha representação"; em suma, ele "pseudo-existe". Em favor da naturalidade desta disjunção nenhum testemunho é mais eloqüente que o emprego da palavra "ideal", que na consciência moderna da língua e na ausência de qualquer consideração histórica, significa aproximadamente aquilo que é "pensado" ou "somente representado" e, por isso, por si mesma parece perfeitamente aplicável a todos os objetos que não existem e também aos que certamente não podem absolutamente existir. Acredita-se involuntariamente que o que não existe fora de nós, ao menos, deve existir em nós: e com isso pertenceria ao tribunal da Psicologia, e então se poderia dar espaço enfim para o pensamento de que

talvez o conhecimento do existente e, com este conhecimento, a realidade efetiva ela mesma, seriam suscetíveis de uma abordagem "psicológica".

Talvez, agora aquele pré-juízo em favor da realidade efetiva deixe-se retroceder um passo atrás, mostrando a verdade de onde ele se originou. Seria certamente errado crer que cada conhecimento tem que ser de existência ou de um existente (*Existierenden*): mas, não é correto que no final, todo conhecimento como tal tem a ver com o que é (*Seienden*)? O que é, o "fato" (*Tatsache*), sem o qual nenhum conhecimento pode valer como conhecimento, é o objetivo (*Objektiv*) apreendido por um ato de conhecimento apropriado, ao qual cabe um ser (*Sein*) ou mais exatamente um subsistente (*Bestand*), quer seja positivo ou negativo, quer se trate de um ser (*Sein*) ou de um ser-tal (*Sosein*). Seria muito ousado supor que a fatualidade (*Tatsächlichkeit*) do objetivo (*Objektiv*), associada inevitavelmente a todo conhecer, sofreu uma transposição para a objetidade (*Objekt*) que a teoria considera quase que unicamente, para tornar-se em seguida, por extrapolação, uma tácita exigência de realidade efetiva aplicando-se a tudo o que se oferece ao conhecimento?

A questão pode aqui ser deixada sem solução: não é a psicologia do psicologismo que constitui nosso problema. Porém, o que permanece fora de dúvida, em todo caso, é que o psicologismo na teoria do conhecimento acaba sempre por negligenciar ou desconhecer o lado objetual do fato do conhecimento, a palavra "objeto" (*Gegenstand*) sendo aqui tomada em sua acepção mais larga, segundo a qual ela inclui também o objetivo (*Objektiv*). Aquele que não apreendeu a significação e a especificidade do objetivo (*Objektiv*) e procura, por conseguinte, na objetidade (*Objekte*) o ser (*Sein*) que pertence a todo conhecer, não está em condições de apreciar suficientemente a eventualidade do não-ser (*Nichtseins*) e do ser-tal (*Soseins*), e pensa que em todo ente (*Seienden*) deve-se encontrar um efetivo (*Wirkliches*), este cai no psicologismo. E aquele que quer se proteger disso não tem certamente a necessidade de se dar por

tarefa eliminar cuidadosamente toda a psicologia da teoria do conhecimento: a psicologia do conhecer deverá antes constituir sempre uma parte integrante da teoria do conhecimento; deve-se apenas evitar de incluir como psicologia, na teoria do conhecimento, o que precisamente é e deve permanecer — teoria dos objetos.

Se, então, a teoria dos objetos do conhecimento, ou mais brevemente a teoria do objeto, é apresentada para nós como uma parte integrante da teoria do conhecimento[1], então, se poderia agora facilmente encontrar também resposta à questão posta no início da presente reflexão. O lugar apropriado para a investigação dos objetos como tais, assim nós podemos agora dizer, é a teoria do conhecimento. E, de fato este é um resultado que se pode aceitar sem prejuízo maior para a teoria do objeto. A teoria do conhecimento será e permanecerá, quanto mais ela tenha consciência de suas tarefas, muito mais seguramente, uma parte essencial da teoria daquilo que é para ser conhecido, do "dado" (*Gegebenen*) no sentido antes usado dessa palavra, portanto, dos objetos em sua totalidade, e os interesses próprios da teoria do conhecimento prepararão naturalmente, e seguidamente de maneira suficiente, a via aos da teoria do objeto. Portanto, se eu não me engano, deve-se ainda dar um passo a mais, se se quiser efetivamente fazer justiça às pretensões que uma teoria dos objetos, graças a sua especificidade, está habilitada a erguer.

§9 – Teoria do objeto como ciência especial.

Em conseqüência disto, mostra-se agora a posição da outra ciência, a qual nós antes atribuímos uma participação fundamental, ao lado da teoria do objeto, na teoria do conhecimento: a Psicologia. Não pode haver, nós aceitamos isso

---

1 No que concorda o mais novo estudo de A. Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", no caderno 2 de *Abhandlungen zur Didaktik und Philosophie der Naturwissenschaft*, editado por F. Poske, A. Höfler e E. Grimsehl, Berlim, 1904, p. 151 (p. 91 da edição separada).

como auto-evidente, nenhuma teoria do conhecimento que não trate do ato de conhecer e, nessa medida, que não seja também psicologia do conhecimento. Mas, ninguém pode desejar considerar por isso que a posição da Psicologia no sistema das ciências seja definida pela importância que ela tem na teoria do conhecimento, ninguém desejará ver na Psicologia tão somente uma parte da teoria do conhecimento. No caso da teoria do objeto, ficar-se-ia satisfeito com uma caracterização semelhante? É essencial para o interesse pelos objetos, passar igualmente pelo interesse no conhecer?

Que não seja assim, qualquer um que se familiarizou um pouco com os problemas relativos à teoria do objeto tem, de maneira suficiente, uma experiência direta. A consideração seguinte é menos direta, mas não menos clara, a qual se pergunta até que ponto seria possível tornar útil cada aspecto da teoria do objeto a que a presente investigação já nos conduziu e nos conduzirá, no futuro, para os problemas da teoria do conhecimento. Pode-se, como foi feito acima, exaltar a importância fundamental de certos resultados derivados da teoria do objeto, notadamente no terreno do psicologismo epistemológico e noutros domínios, e conceder entretanto que a teoria do objeto coloca também problemas cuja solução não pode ser abordada senão em virtude de um interesse intrínseco a ela atribuído.

Isto se tornará particularmente claro se se parte de um pressuposto que, certamente, possui ainda muitos aspectos inexplicados, mas com o qual eu não temo me desviar ao abordar o problema principal. Eu observei, mais acima, que jamais se encontrou, realmente, um lugar que fosse verdadeiramente natural para as matemáticas no seio dos sistema das ciências. Se eu não me engano, a razão é que, do ponto de vista da problemática principal, a concepção da teoria do objeto ainda não tinha sido desenvolvida; no essencial, porém, as matemáticas são uma parte da teoria do objeto. Eu digo "no essencial" e assim quero deixar, o que eu indiquei com a alusão a pontos que restam inexplicados, expressamente aberta a

eventualidade de uma diferenciação, de qualquer maneira inteiramente específica, dos interesses matemáticos[1]. Mas, com exceção dessa eventualidade, me parece inteiramente evidente que certos aspectos internos e externos asseguram às matemáticas, no seu domínio próprio, a vantagem de oferecer, para organizar todo o domínio de objetos, o que a teoria do objeto deve se dar por tarefa ou ao menos ter diante dos olhos como um ideal seguramente inacessível. Porém, se isso é correto, então é de todo evidente quão pouco os interesses próprios da teoria do objeto, na medida em que eles sejam tratados em um nível mais especial, são ainda interesses cognitivo-teoréticos.

Disto que foi exposto, eu concluo que a teoria do objeto reivindica a posição de uma disciplina independente da teoria do conhecimento e, portanto, tem a pretensão de uma disciplina científica autônoma. Visto que esta exigência não pode se erguer sobre alguma coisa acabada, senão que, ao contrário, ela mal ultrapassou o estágio inicial de sua realização, o desenvolvimento avançado de uma parte do todo, que é antes uma indicação do que um resultado, não apresenta obstáculos exteriores contra o reconhecimento desta exigência situada apenas no discurso. Um matemático não veria como uma exigência insignificante, se ele tivesse que conceder que ele "na realidade" é um teórico do objeto. Mas, também ninguém exigiria de um físico ou de um químico que eles se tomassem como metafísicos, de uma parte, porque é impossível definir ou nomear uma ciência existente a partir de uma disciplina que não está senão no nível do desejo e, por outra parte, porque uma disciplina relativamente mais geral pode e deve, enquanto tal, se propor objetivos estranhos a uma outra que é relativamente mais especial. Este segundo ponto é em certa medida ainda obscuro, quando se trata da relação entre as matemáticas e a teoria do objeto, pelo fato de que no domí-

---

1 Comparar, como esboço de uma definição mais apropriada, E. Mally, no número III das *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*, Introdução §2, Cap. VII, §40s.

nio desta última as matemáticas representam não uma, entre outras, mas a única disciplina especial conhecida e reconhecida em sua singularidade. Assim, a teoria dos objetos é uma tarefa dúplice, cujos aspectos todos não são talvez da mesma natureza, de um lado ela persegue os objetivos próprios de uma disciplina cuja generalidade e extensão são as maiores e, de outro cabe a ela substituir todas as ciências especiais dotadas de um domínio específico que até agora não se beneficiaram de um tratamento particular. Através dessa necessidade de, nos casos faltantes, descer até os domínios relativamente particulares, inevitavelmente será obscurecido novamente o caráter de ciência universal, e a subsunção das matemáticas no domínio da teoria do objeto poderá, então, facilmente parecer ameaçar sua especificidade e sua legitimidade.

Mas, tais considerações exteriores e contingentes não devem impedir a percepção da copertinência íntima, na medida em que ela exista. Compreende-se melhor esta situação, de todo modo complexa, se se diz: as matemáticas seguramente não são teoria do objeto, mas como que uma ciência em si; porém, seus objetos se situam em um domínio que em sua totalidade a teoria do objeto tem de legitimamente tratar.

§10 – A teoria do objeto nas outras ciências. Teoria geral e teoria especial do objeto.

Em relação ao material com o qual ela tem de lidar, isto é, em relação às diversas ciências, a teoria da ciência pode conforme o caso adotar um ponto de vista dúplice. Quando ela se fixa no princípio das ciências empíricas, seguramente a atitude mais natural é esta: primeiro os fatos, depois a teoria. Faz-se necessário, com efeito, que as diversas ciências sejam dadas para que se possa então se manifestar a necessidade de abordar um pouco mais de perto a sua natureza e suas relações mútuas. Mas, a ciência é também, em parte ao menos, o resultado de uma atividade de antecipação e a teoria da ciência pode, para servir esta antecipação, tratar também de disciplinas que ainda não existem, mas que deveriam existir, e ela

pode se propor determinar o conceito e as tarefas destas ciências tanto quanto seja possível.

Nós também fomos levados a reflexões que pertencem à teoria da ciência, no que precedeu, constrangidos pelo interesse que nós temos pelos objetos. Isto nos obriga a operar conforme o segundo dos modos antes indicados: a teoria do objeto, que nós devemos considerar como uma ciência própria, no principal é uma ciência que, enquanto considerada como uma disciplina particular, expressamente reconhecida em sua legitimidade específica, no momento ainda não existe. Agora, absolutamente não se deve entender por isso que a teoria do objeto foi até agora tão pouco praticada em função de seu assunto quanto de seu nome. E pode ser que a exploração precisa das conexões, extremamente estreitas e numerosas, com outras vias de pensamento já abertas, apenas seja oportuna no momento em que a procurada nova ciência se legitime ela mesma, pelo que ela está em condições de oferecer, não deverá sem proveito, para a introdução que eu tento aqui desta nova ciência, de ao menos não a privar de toda referência ao fato de que, graças a esta disciplina, se pode dar conta de necessidades que já foram desde há muito tempo pressentidas e que já alcançaram expressão sob as formas mais variadas, desde que se examine de maneira refletida certos interesses muito difundidos, dos quais seguidamente, talvez, permaneceram malcompreendidos os verdadeiros fins.

De fato, eu penso que investigações históricas particulares não são verdadeiramente necessárias para reconhecer que até o presente a teoria do objeto foi praticada, certamente não de maneira "explícita", mas seguidamente de maneira "implícita"; a isto se deve acrescentar que, ao menos na prática, há graus na implicação que permitem apresentar a transição ao estado explícito como um contínuo. Se se examina estas transições e o que as provoca, deve-se considerar que nós reencontramos os interesses próprios à teoria do objeto, por assim dizer, em duas ocasiões diferentes: nas questões relacionadas diretamente com certos domínios mais especiais de

objetos, e nas questões concernentes ao domínio total de objetos. Nesse sentido, e também apenas para as necessidades da compreensão imediata, nós podemos distinguir a teoria especial e a teoria geral do objeto.

Agora, já foi indicado mais acima que a teoria especial do objeto, em um certo sentido a teoria mais especial, encontra nas matemáticas a mais brilhante representação que se pode desejar. Depois de longo tempo, este brilho levou ao desejo de abrir a outros domínios do saber, — eu bem poderia dizer, abreviadamente, a outros domínios de objetos — o procedi-mento "*more mathematico*", e seria difícil considerar como erro grave o fato de se acrescentar que, a cada vez que se fez tais tentativas, igualmente se ensaiou praticar a teoria especial do objeto em domínios exteriores às matemáticas. Seguramente não se deve levar em conta toda aplicação dos procedimentos matemáticos: quando o comerciante ou o engenheiro calculam, isso tem tão pouco a ver com a teoria do objeto quanto com qualquer outra teoria. Mas, certas pressuposições concernentes ao objeto subjazem naturalmente também em toda aplicação prática deste tipo e não é diferente quando a aplicação tem lugar na perspectiva de um interesse teórico. Nesse caso, a natureza dessas pressuposições pode restar inteiramente sub-jacente à técnica do cálculo que mobiliza nossa atenção, como o mostram de maneira mais evidente os exemplos da teoria das probabilidades, ou a teoria do erro, cujo pertencimento natural, à Lógica para a primeira, e à Psicologia para a segunda, não foi percebida ainda hoje por todos nem sequer admitida. Agora, a natureza destas pressuposições pode colocar as operações de cálculo efetuadas diretamente a serviço da teoria do objeto, como é fácil de mostrar no caso da teoria das combinações. Mais ainda que a Aritmética, a Geometria parece, para além desses estreitos limites, prestar-se a certas constatações da teoria do objeto. Considerando-se, com efeito, como seus domínios próprios, para a primeira as grandezas numéricas, para a segunda as grandezas espaciais, então, tudo o que se apresenta como a transposição, tão habitual para todo mun-

do, de concepções geométricas do espaço para a dimensão temporal será já exterior às matemáticas, mas, ao mesmo tempo como pertencendo à teoria do objeto, pois que não há nada aí que estabeleça uma ligação qualquer com o que se chama realidade *(Realität*), mais exatamente com a existência efetiva *(Existenz*) do tempo. Compreende-se que a analogia vale, em grande medida, para a Phoronomia e, se A. Höfler tem razão, o que é pouco provável, quando, além do espaço e do tempo, ele chama a atenção para a tensão (*Spannung*) que ele considera como "o terceiro fenômeno fundamental da mecânica"[1], então, uma outra direção é assim designada em que esta ciência, sem que seja dado atenção ao seu caráter por natureza empírico, reencontra, graças à elaboração *a priori* estendida de seu objeto, os interesses que são aqueles da teoria do objeto.

Esta consideração geométrica estendida torna-se mais evidente ali onde, em virtude da especificidade do domínio concernido, ela vale parcialmente. Nessa direção, são particularmente instrutivos os esforços da Psicologia moderna para classificar os "objetos da percepção"[2] próprios aos diferentes sentidos e para apreender sua diversidade tanto quanto possível por meio de uma figuração espacial; e mesmo que esses esforços permitiram já trazer à luz os mais tangíveis resultados[3], mesmo ali onde se trata da visão, e que a expressão "geometria das cores" comporte uma conotação elogiosa bastante imerecida, é precisamente aí que, de maneira inegável, se apresenta o fato de que esses esforços pertencem antes à teoria do objeto que à Psicologia. Eu espero que não

---

1 A. Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", p. 84 (p. 24 da edição separada), nota 23; também p. 164 (p.104). A "teoria da dimensão", mencionada no mesmo texto, p. 147 (87), merece igualmente ser citada no presente contexto.

2 Um termo que me parece muito útil devido a Witasek (cf. sua obra *Grundlagen der Algemeinen Ästhetik*, Leipzig, 1904, p. 36ss).

3 Cf. o meu "Bemerkungen über den psychologischen Farbenkörper etc.", Op. cit. p. 5ss.

seja um traço pessoal o fato de me referir aqui apenas às explicações destas coisas numa perspectiva intencional e estritamente psicológica, e que muitos aspectos da natureza dos problemas próprios à teoria do objeto foram revelados em toda a sua generalidade.

O que eu acabo de definir como uma intervenção da consideração matemática além de seu domínio estrito tem a característica do instintivo e do inconsciente, em comparação com as expressivas tentativas de estender o domínio e a maior generalização de suas problemáticas já pretendidas sob o nome de teoria geral das funções e, inegavelmente, em expressões como "teoria da dimensão", "teoria da multiplicidade", bem como também sob a tão mal compreendida rubrica "metamatemática". Vistas do ponto de vista que agora nos serve de medida, estas investigações altamente significativas representam a passagem da teoria especial à teoria geral do objeto. Sob muitos aspectos pode-se atribuir uma posição análoga aos esforços e aos resultados, que obedecem a uma intenção inteiramente diferente, que se costuma reunir sob o nome geral de "lógica matemática". Ao contrário, é à teoria geral do objeto que cabe avaliar, apesar do saber histórico-filosófico de nossa época ter em mais alta conta, de maneira inteiramente aproximativa, as posições e os impulsos que levaram a lógica (não matemática), a teoria do conhecimento e a metafísica, de Aristóteles até os nossos dias, a investigações no interior do círculo de interesses de que nos ocupamos aqui. Mas, a mesma coisa vale também para a ciência da linguagem, especialmente a Gramática, cuja importância não foi certamente desconhecida nem pela antiga nem pela nova lógica, embora dificilmente pudesse ser apreciada corretamente caso não se reconheça na natureza do sentido de uma palavra a objetidade (*Objekt*), e na do sentido de uma frase, o objetivo (*Objektiv*)[1]. As coisas bem poderiam ter sido diferentes, pois hoje nos sentimos tentados a afirmar que a teoria geral do objeto tem a

---

1 Cf. *Über Annahmen*, sobretudo p.19ss, e p. 175ss.

aprender com a Gramática da mesma maneira que a teoria especial pode e deve aprender com as matemáticas.

Como mostra este rápido panorama, não obstante sua superficialidade, a teoria do objeto absolutamente não está, em todos os assuntos, dependente de trabalhos ainda por começar. Antes, surge logo a questão de saber se a introdução que aqui foi tentada de uma "teoria do objeto" significa algo mais do que um novo nome para uma coisa antiga. E facilmente pode-se descobrir que é indiferente para o trabalho de investigação ainda por fazer se ele for realizado por um matemático, um físico, um lógico, ou — um teórico do objeto. Todavia, nessa última locução há um mal-entendido que nós já tentamos dissipar desde o início de nossas reflexões. Seguramente, é indiferente saber quem resolveu os problemas teóricos e sob qual denominação isso foi feito. Se o reconhecimento da teoria do objeto como disciplina particular fosse alcançado, ainda assim poderíamos continuar gratos aos matemáticos, físicos e lingüistas, bem como aos representantes de não importa qual outra disciplina particular, pela contribuição aos interesses próprios da teoria do objeto, mesmo quando eles imaginam não ter abandonado o domínio de competência de sua própria disciplina. Ao contrário, para um grande número de trabalhos decisivos, senão para a maioria, será, como tão seguidamente acontece, da maior importância ter uma representação a mais clara possível da natureza da tarefa a ser realizada: o refinamento de antigos questionamentos, a adição de novos e fecundos, é uma conseqüência natural. O fato que os problemas e os esforços acima articulados, que no início pareciam tão diferentes, se revelarem correlacionados do ponto de vista da teoria do objeto, garante o valor deste ponto de vista.

§11 – Filosofia e teoria do objeto.

Se, pelo apresentado até aqui, eu posso esperar ter mostrado suficientemente a legitimidade própria da teoria do objeto em relação às outras ciências, então, agora é o momento de dar alguma atenção também às relações de parentesco com

o restante das ciências, em outras palavras: determinar minimamente o lugar da teoria do objeto no sistema das ciências. As dificuldades que devemos agora enfrentar, notadamente ali onde se faz o esforço por tomar como ponto de partida certas definições pouco satisfatórias das ciências concernidas, não são atribuíveis apenas exclusivamente à teoria do objeto ou àquele seu "ideal" aqui defendido. Com efeito, pode-se constatar sempre que por mais diversas que sejam as ciências, o seu desenvolvimento e seu crescimento foram pouco perturbados pelo fato de que até agora não se encontrou para elas definições que fossem, sob todos os aspectos, desprovidas de alguma fonte de objeção. Eu não tiro disso a conseqüência de que não se deveria fazer estes esforços na tentativa de alcançar tais definições, mas eu infiro, certamente, que se não deve deixar inexplorada a situação imperfeita a qual já se alcançou e que, paralelamente, é também desejável investigar igualmente se não seria de ajuda apoiar-se em algum conhecimento concreto das coisas, sem recorrer a uma definição formal.

Partindo-se dessa que, de alguma maneira, é próxima destas disciplinas, cujo conjunto é resumido pelo termo "filosofia"[1], não se terá nenhuma dificuldade em reconhecer na teoria dos objetos uma destas disciplinas. Mesmo a teoria do objeto pertence à filosofia e a única questão que se pode levantar interroga sobre sua posição em relação às outras "disciplinas filosóficas". Ora, eu já dediquei a maior parte dessa exposição para responder esta questão. Resultou que a teoria do objeto não é nem uma psicologia nem uma lógica, e em razão da impossibilidade de se confundir com elas. Eu igualmente creio poder mostrar que ela é independente da teoria do conhecimento; mas, eu desejo atribuir, como eu disse, menos importância a este último resultado. Que se não possa praticar a teoria do conhecimento sem colocar em ação ao mesmo tempo a teoria do objeto — ou, pelo menos, sem fazer uso

---

1 Especialmente sobre isso em minha consideração *Über philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik*, Kap. I. Cf. o novo trabalho de Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", Op. cit., p123 (63)ss.

de suas aquisições essenciais — parece-me, em todo caso, fora de dúvida[1]; por causa disso um mal-entendido poderá, no final das contas, surgir no caso que se pretenda que estas aquisições mesmas tenham, na verdade, sido obtidas ou deve-riam ser de qualquer modo somente em nome da teoria do conhecimento.

Muito mais importante quanto à posição da teoria do objeto me parece ser, ao contrário, as "relações hierárquicas" que ela mantém com uma outra disciplina vizinha que foi já retomada várias vezes no que precede: eu quero falar da metafísica, termo sob o qual a história da filosofia tem arquivado muitas das teses mais significativas da teoria do objeto. Mesmo aquele que deseje considerar a teoria do objeto como uma parte da teoria do conhecimento — no sentido da concep-ção que é definida como relativamente admissível, embora eu não a aprove — não será dispensado por isso deste problema de delimitação: pois, precisamente, a teoria do objeto conta entre os seus domínios constitutivos, para finalizar, o domínio a propósito do qual (dos quais) a teoria do conhecimento e a metafísica não conseguiram, como se sabe, nunca se entender.

Infelizmente, porém, justamente quando se trata da metafísica é impossível chegar a um entendimento sem se recorrer a determinações de ordem definicional. Nesse espírito, eu não vou passar em silêncio ao menos a sugestão que A. Höfler me fez chegar durante a redação do presente estudo e que, se apoiando sobre uma concepção inteligente de J. Breuer[2], visava à definição da metafísica como a ciência do "metafenomenal"[3]. A razão pela qual eu não estou em condições de fazer justiça a esta sugestão é, no essencial, a mesma pela qual, depois de anos, eu não posso me resolver a considerar que os "fenômenos" são aquilo que os físicos tratam, a saber, a luz, o som, etc., ou que são os "fenômenos psíquicos"

---

1 Cf. tbém Höfler, Op.cit, p151 (91).

2 Publicado no anexo I da obra citada seguidamente citada de Höfler, *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*.

3 Ibidem, p154 (94)s.

de que se ocupam os psicólogos. Os fenômenos, enquanto tais, são um tipo, mesmo se ele é muito importante, de objetos pseudo-existentes. O que existe efetivamente, no caso de uma pseudo-existência, não é senão representações determinadas por seu conteúdo: ora, as representações — para simplificar, eu falarei apenas da física —, Höfler mostra por argumentos particularmente muito patentes[1], não são jamais objetos de pesquisa para esta última disciplina. Seguramente, o fenômeno não é o fenomenal, a manifestação não é o que se manifesta, uma vez que se entenda por este último termo algo que pode ser conhecido a partir de sua manifestação, e cuja existência possa ser deduzida, por exemplo, do fato da manifestação. Eu não vou contestar que o que se manifesta seja aquilo que o interesse do físico notadamente visa. Mas, eu não posso mais considerar que seria possível excluir do domínio dos problemas metafísicos o gênero do "fenomenal", por exemplo, da questão da origem e do fim do que se manifesta.

Na medida em que eu não posso fazer uma digressão conseqüente em relação ao tema principal deste estudo — a importância da reflexão apontada por Höfler e Breuer exigiria, com efeito, que se lhe faça justiça de um modo apropriado — possam, para o momento, estas poucas observações serem suficientes para justificar o porque não cessa[2] de me parecer o mais oportuno, quando se busca definir a metafísica, colocar o acento principal sobre a característica da generalidade maior possível, no sentido em que seus problemas têm o domínio de validade o mais englobante possível. A metafísica não é nem física, nem biologia física, nem biologia psíquica; ao contrário, ela trata, em seu domínio de pesquisa, tanto do inorgânico como do orgânico e do psíquico, para descobrir aquilo que é pertinente do ponto de vista do conjunto disso que pertence a domínios tão diferentes. Naturalmente, em relação a esta definição, e em razão do acento que ela coloca necessariamente

---

1 Cf. *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*, especialmente p131 (71) ss.

2 "*Über philosophische Wissenschaft etc.*" p7.

sobre a universalidade, faz-se particularmente sentir a necessidade de clarificar a relação entre metafísica e teoria do objeto, visto que, em relação à segunda, nossa atenção não deixou de ser solicitada pela amplidão singular do domínio que é o seu. Mas, sem dúvida, o fato de ter igualmente em conta a teoria do objeto nos conduziu a um ponto de vista que nos autoriza a completar a definição que se deu da metafísica e, desse modo, fazer calar muitas objeções, as quais ela até aqui poderia estar exposta.

De resto, a esse propósito eu posso recorrer ao que já foi dito, nessa medida, e exprimir as coisas de modo breve. Se não existe no mundo, como nós estamos justificados a crer, nada que não seja ou bem da ordem física ou bem da ordem psíquica, a metafísica é seguramente, na medida em que ela trata tanto do que é físico quanto do que é psíquico, a ciência da totalidade da realidade efetiva. Nessa medida, são naturalmente também de ordem metafísica as teses fundamentais do monismo — que pretende a identidade essencial do físico e do psíquico — e a do dualismo — que afirma a diferença essencial entre estas duas ordens. Mas, reconhecer duas coisas como idênticas ou como diferentes é reconhecer de fato alguma coisa que está em relação com estas duas coisas: este conhecimento concerne tanto à identidade quanto à diferença; e a identidade é ela mesma por sua vez nada menos que uma coisa, bem como a diferença. Ambas são exteriores à disjunção entre físico e psíquico, pois elas se situam fora do que é real. Ora, existe também um saber da não-realidade: e mesmo que se atribua às tarefas da metafísica uma generalidade tão grande quanto se queira, existem problemas ainda mais gerais que os desta última, problemas para os quais a orientação essencial que dirige a metafísica para a realidade efetiva não constitui nenhum limite. Tais problemas são precisamente os da teoria do objeto.

Porém, não se deixará de perguntar, se não é excessivo ou, ao menos, arbitrário excluir radicalmente do domínio de

pesquisa da metafísica todos os objetos ideais?[1] Eu respondo que eles não devem ser de maneira alguma excluídos: seria muito ruim ao nosso interesse metafísico se — o exemplo do monismo e do dualismo mostra — no seio da metafísica não devesse ser mais questão a identidade e a diferença, também não mais questão a causa, a finalidade, a unidade, a duração e muitos outros objetos que, parcialmente ou inteiramente, tem uma natureza ideal. Mas, muitos deles são questões na física, por exemplo, e ninguém, ao menos, irá contá-los entre os objetos de pesquisa física. Não é, em todo caso, sem reservas muito precisas que se fala de uma limitação do domínio da metafísica à realidade efetiva. Pressupondo esta reserva, eu creio verdadeiramente que esta limitação responde ao espírito no qual, outra vez como na época moderna, se praticou a metafísica e que ela corresponde ao mesmo tempo à prioridade do interesse, muitas vezes invocado, que testemunha esta disciplina pela realidade efetiva. Que a "ontologia", a "doutrina das categorias", etc., jamais deixaram de ser imputadas, mais ou menos unanimamente, à competência da metafísica — e que esta possa igualmente ter feito justiça a interesses que vão para além das fronteiras da realidade efetiva — testemunha somente da legitimidade e do caráter imperioso desses mesmos interesses, mas não deixa nenhum lugar, pelo que eu posso constatar, a uma dúvida quanto ao fato que a intenção fundamental de toda metafísica nunca cessou de visar à apreensão do "mundo" em sentido próprio, no sentido natural, isto é, o mundo da realidade efetiva, mesmo quando esta apreensão pareceria se desenvolver sobre aquilo que deveria ser apreendido não pudesse de maneira alguma pretender a qualificação de realidade efetiva. Mas, se esta concepção do caráter até então próprio à metafísica não convence a todos, e se revele historicamente errada, o erro não concerniria senão à definição da noção em termos "*de lege data*", e a definição "*de*

---

1 *"Über Gegenstände höherer Ordnung etc."*, p198s.

lege ferenda"[1] permaneceria aberta à reflexão. Com esta pressuposição, o que acima foi avançado a propósito da definição da metafísica constituiria uma sugestão de definição: restringir o termo "metafísica" à ciência geral da realidade efetiva seria desejável tanto no interesse de um estabelecimento preciso das tarefas que pertencem a esta disciplina, quanto no interesse de uma delimitação clara desta em relação à teoria do objeto.

Há ainda, porém, um ponto a ser esclarecido em relação ao que foi dito. Se a metafísica é a ciência geral da realidade efetiva, seria nossa intenção lhe opor a teoria do objeto a título de ciência geral da não-realidade efetiva? Isto seria obviamente muito restritivo: por que razões os objetos efetivamente reais deveriam ser excluídos da teoria do objeto enquanto tal? Ou seria mais pertinente definir a teoria do objeto como teoria daquilo que é dotado de subsistência, sendo o termo "subsistência" tomado em uma acepção de algum modo oposta ao termo "existência"[2], e tendo o cuidado de pressupor que todo o existente é, certamente, igualmente dotado de uma subsistência, enquanto que tudo o que é dotado de subsistência (por exemplo, a diferença) não é necessariamente existente? Mesmo assim não se abarcaria o conjunto do domínio que, nós vimos, pertence à teoria do objeto: o que não é dotado de subsistência, o absurdo, seria excluído; o interesse natural considera esses seguramente senão em uma medida bem mais restrita e ele oferece à apreensão intelectual bem menos pontos de ancoragem[3], mas, no final das contas, ele faz parte também do "dado", de tal modo que a teoria do objeto não poderia de maneira alguma o ignorar.

Tais defeitos poderiam ser facilmente corrigidos em se estabelecendo que a teoria do objeto trata do dado sem levar em conta o seu ser, pois ela não se interessa senão pelo conhecimento de seu ser-tal. E, de qualquer maneira, o que poderia

---

1 Breuer, em Höfler, Op. cit., p189 (129).

2 "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", p186.

3 Cf. E. Mally em Nr. III, Op. cit, Kap. I, §5s.

impedir de mantermos esta definição pertence já, por assim dizer, à teoria do objeto em um nível mais profundo. Pois, se a teoria do objeto quiser fazer de sua indiferença em relação ao ser um princípio essencial, ela deveria ao mesmo tempo renunciar a ser ciência, o que excluiria igualmente o conhecimento do ser-tal. Com efeito, como se sabe, o conhecimento não implica que o seu objeto seja, mas todo conhecimento exige que seu objetivo seja; e se a teoria do objeto trata de um ser-tal que não mais seria dotado de um ser, ela não poderia mais pretender — fazendo-se aqui abstração de situações excepcionais e passageiras — o título de teoria. Certamente, pode-se sempre formular assim este princípio fundamental: a teoria do objeto não negligencia senão o ser de suas objetidades, mas não o ser de (certos) objetivos. Mas, qual seria a razão desta desigualdade de tratamento? Além disso e, sem dúvida, antes de mais nada: que tal ou tal objeto seja por essência absurdo, que possa ser dotado de subsistência, seja de existência, tantas são as questões que interessam à teoria do objeto e que, no final das contas, são sempre questões quanto ao ser. Em suma, a restrição ao ser-tal não convém à natureza da teoria do objeto.

Pode, contudo, haver entretanto um meio relativamente simples de encontrar uma solução para este problema, um ponto de vista metodológico semelhante àquele que nós tentamos estabelecer, com um zelo mais excessivo do que indigente, quando nós definimos as diferentes ciências. Existem, como se sabe, conhecimentos cuja legitimidade se deve às propriedades, ao ser-tal de suas objetidades, por conseqüência de seus objetivos; outros, ao contrário, para os quais isso não é o caso[1]. Os primeiros são desde longo tempo denominados conhecimentos *a priori*, os outros, empíricos; e quanto acontece, talvez, ainda hoje, que se recuse esta distinção, isto não tem conseqüências para ela senão como para aquele que não importa a diferença das cores que o daltônico não percebe,

1 *Über Annahmen*, p. 193s.

senão que, do ponto de vista psicológico, o daltonismo é bem mais interessante. Com a ajuda dessa distinção, me parece, conseguiremos distinguir de maneira satisfatória e sem dificuldades as nossas duas disciplinas. Aquilo que, em relação a um objeto, pode ser conhecido a partir de sua própria natureza, portanto, *a priori*, pertence à teoria do objeto. Isso quer dizer que se trata do ser-tal do "dado", mas também do seu ser, na medida em que esse possa ser conhecido a partir do ser-tal. Ao contrário, o que não pode ser estabelecido, a propósito dos objetos, senão *a posteriori*, pertence, pressupondo-se uma suficiente generalidade, à metafísica: é o caráter *a posteriori* dos conhecimentos que cuida para que os limites da realidade efetiva não sejam transgredidos. Existem, portanto, simplesmente duas ciências que são as mais gerais, uma ciência *a priori* a que concerne tudo o que é dado, e uma ciência *a posteriori* que retém do dado para análise apenas o que precisamente pode entrar em linha de conta de um conhecimento empírico, isto é, o conjunto da realidade efetiva: esta última disciplina é a metafísica, a primeira é a teoria do objeto.

O que, nessa definição, não deixa de espantar em primeiro lugar, é que a metafísica ali aparece como uma disciplina empírica e, todavia, a ausência de empiria foi precisamente do que sempre acusaram a metafísica, seja ela antiga ou moderna, os partidários das ciências particulares. Eu não desejo proteger dessa acusação ninguém que a mereça, e eu espero ter ao menos contribuído como eu disse acima para fazer justiça às reivindicações legítimas da empiria em relação à metafísica, justamente pela definição que eu dei a ela. Uma ciência da realidade efetiva, pouco importa que ela seja mais especial ou mais geral, não dispõe, afinal, de nenhuma outra fonte cognitiva além da experiência. No final das contas: nem tudo é necessariamente objeto de uma experiência direta, pode-se inferir do que foi experimentado o inexperienciado e, quando muito, o que é inexperienciável. Mas, o que tem por base inevitável a empiria permanece sempre da ordem empírica e,

absolutamente, diferente de tudo o que caracteriza, do ponto de vista da teoria do conhecimento, o domínio do *a priori*. Nesse sentido, não há portanto outro saber acerca do existente além do saber cuja base é a experiência: se a metafísica não dispõe de experiências que seriam indispensáveis às elaborações próprias à universalidade que a caracteriza, não há precisamente metafísica, pelo menos não metafísica rigorosa, que é a única que sempre esteve em questão aqui. E, a esse respeito, nós já indicamos explicitamente que, do ponto de vista das elaborações atuais, é perfeitamente possível que não se tenha nenhuma medida segundo a qual a aspiração a uma metafísica rigorosa chegou até o presente a se realizar. Não é senão um paradoxo aparente, que uma reflexão breve eliminaria, se eu devo afirmar que pouco nos importa a parte de saber metafísico que poderia nos ser acessível, pois este saber não seria, no final das contas, outra coisa que um saber de ordem empírica.

Se nos é oposto o fato que o termo "metafísica" foi muito seguidamente empregado para designar os esforços, seja os resultados de ordem científica onde foram postos em obra instrumentos cognitivos indiscutivelmente e mesmo fora de dúvidas extra-empíricos, portanto, *a priori*, se esquece então que nós nos situamos no momento na perspectiva da "*definitio ferenda*", se nos permitem esta expressão. Naturalmente, eu não ignoro absolutamente que se está muito longe de sempre se ter rigorosamente distinguido estes dois domínios do conhecimento que se me impõe agora a estrita separação. Mas, se eu devo alcançá-la, o simples recurso ao argumento ontológico — argumento onde ao menos essas analogias que todo mundo, mesmo hoje, sem dúvida ainda não domina — testemunha aqui do fato que ele possa talvez não ser totalmente destituído de valor: é uma tentativa precisamente de resolver um problema de maneira estritamente *a priori*, portanto, de o tratar como um problema que concerniria simplesmente à teoria do objeto; este é o sentido do argumento e dos raciocínios do mesmo tipo.

Não é plausível pensar que esta distinção deve varrer do mundo todas as dificuldades de fronteira entre a metafísica e a teoria do objeto. Mas, seria também injusto exigir, justamente nesses casos, o que sem dúvida não se conseguiu em nenhum caso de ciências limítrofes. Mais importante é a objeção levantada do ponto de vista da teoria do objeto. Esta última é finalmente considerada como uma ciência geral, se bem que, mais acima, nós tivemos a ocasião de distinguir expressamente bem entre teoria geral do objeto e teoria especial. Aqui há uma imprecisão que, ao menos no imediato, isto é, no estado atual de nosso saber em matéria de teoria do objeto, não pode ser remediada por razões práticas. Certo é que diversas outras ciências especiais do objeto, que não se pode agora fixar o número, poderiam se somar às matemáticas, na medida em que elas são uma teoria especial do objeto. Mas, estes domínios nos são, ao menos no momento, tão imperfeitamente conhecidos que não existe por hora uma necessidade de se especializar em seu tratamento. Hoje, as teorias especiais do objeto se dividem, por conseguinte, em matemáticas e não-matemáticas: e no que concerne o segundo elemento desta repartição ainda muito grosseira, existe, no momento, tão pouco a dizer que ele se integra, sem maiores dificuldades, no quadro da teoria geral do objeto. De fato, não existe hoje nenhuma teoria especial do objeto que não seja matemática: mas, naturalmente, não se pode predizer quanto tempo esta situação irá durar. Uma evolução desta última não é antecipada pela definição proposta anteriormente. Do mesmo modo que há, face à ciência empírica geral, muitas disciplinas empíricas particulares, pode haver assim também várias disciplinas particulares *a priori* ao lado da ciência empírica geral. Esta eventualidade não tem no momento atualidade senão em matemática que, subsumida sob o ponto de vista da teoria do objeto, se encontra situada ao lado de disciplinas que certamente não são efetivas, mas restam ao menos virtuais, de tal maneira que ela não conhece assim em todo caso este estranho isolamento que nos pareceu acima ser o sinal de uma falha na concepção episte-

mológica desta disciplina que até então teve curso[1].

Para finalizar, é necessário que eu retome uma vez mais à integração efetuada anteriormente, sem recurso a uma definição, da teoria do objeto às disciplinas filosóficas. Eu procurei, em uma certa época, reunir como filosóficas as ciências que se interessam *exclusivamente* pelo domínio psíquico ou que *também* lidavam com o psíquico. Ora, muito recentemente, foi formulada a hipótese de que meus trabalhos sobre a teoria das relações e das complexões bem poderia ter-me conduzido a atribuir à filosofia, como lhe sendo essencial, um duplo objeto: "o domínio psíquico e as relações (além dos complexos)"[2]. Compreende-se imediatamente que tal modificação faria desabar completamente a coerência da primeira definição; e apenas quando se crê dever colocar no princípio de uma definição da filosofia em todo caso a idéia de que o objeto de sua investigação seja simplesmente constituído por aqueles que as ciências da natureza deixaram de algum modo fora[3], que se não deveria formalizar pelo fato de que estes restos poderiam aparecer como uma diversidade ainda muito disparatada. Porém, desse modo não se atribuiria à filosofia uma posição particularmente digna: e mesmo quando não fosse totalmente desprovido de legitimidade prática introduzir uma atividade científica que, no essencial, tivesse por objetivo englobar este resto, é difícil imaginar que isto mudaria alguma coisa, pois, do ponto de vista teórico, este resto tomado em seu conjunto estaria longe de constituir, enquanto tal, o material de uma ciência. Por outro lado, é justo dizer, ao menos, que os complexos e as relações, na medida em que eles são ideais — hoje, eu falaria antes de complexos ideais e de relativos ideais (*Idealrelate*)[4] —, pois eles não são concretos, nem são de ordem

---

1 Cf. *Supra*, §9.

2 Isto é o que sugere A. Höfler em seu estudo *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*, *Op. Cit.*, p. 124 (p. 64), rem.

3 Cf. J. Breuer, em A. Höfler, *Op. Cit.*, p. 190 (p. 130).

4 Sobre as razões dessa mudança de terminologia que havia utilizado até

física e nem de ordem psíquica. Ora, para integrá-las ao campo de investigações que se podem denominar filosóficas, em outros termos, para estar autorizado a considerar a teoria do objeto como uma disciplina filosófica, não é necessário adicionar uma nova definição do "filosófico", menos ainda do ponto de vista da primeira das duas ciências universais que do ponto de vista da segunda. Se eu estou justificado em contar a metafísica entre as disciplinas filosóficas, porque ela concebe as suas tarefas de maneira tão ampla para englobar, além do domínio físico, o domínio psíquico, nada mais então pode impedir que eu considere, pelas mesmas razões, a teoria do objeto como uma disciplina filosófica. O dado, cuja totalidade ela trata, engloba também o domínio psíquico, sem prejudicar o fato de que os objetos físicos e os objetos ideais devam ser também necessariamente aí incluídos — sem falar desse outro fato que, quando se trabalha sobre o ideal, que por natureza é sempre *superius*, são ainda os objetos psíquicos que podem muito bem entrar em consideração a título de indispensáveis *inferiora*.

Mas, naturalmente, eu não posso impedir o prolongamento ainda desse paralelismo estabelecido entre metafísica e teoria do objeto até um outro problema importante que, no fundo, é mais da ordem prática do que teórica. Do fato de que a metafísica não tenha a ver apenas com o psíquico, seguramente, mas também com o domínio físico, eu então tirei a conseqüência de que estavam justificados e chamados a tratar as questões metafísicas não somente os pesquisadores versados nas disciplinas com algum traço psíquico, mas também os pesquisadores do domínio físico. De fato, me parece agora que não se pode impedir a admissão da mesma coisa no concernente à teoria do objeto. Em relação à técnica de investigação, em metafísica como em teoria do objeto, aquele que é treinado no tratamento científico das experiências psicológicas se beneficiará certamente de uma vantagem: especialmente no caso da

---

agora, cf. A terceira das investigações publicadas no volume *Über Gegenstandstheorie und Psychologie*, *Op. Cit.*, cap. I, § 9 e 11.

teoria do objeto, não se deve mal-interpretar o fato de que, quando se pratica esta teoria, penetra-se no terreno do psicológico com um tipo de facilidade que pode ser fatal. Mas, estas não são senão considerações de ordem técnica: não se deve mascarar completamente a que ponto é igualmente fácil, em certas circunstâncias particulares, alcançar a mais de uma compreensão graças à introdução de uma técnica específica importada de uma outra disciplina. Na medida em que é legítimo considerar as matemáticas como uma ciência especial do objeto, seria ingrato esquecer a que resultados brilhantes a investigação ditada pela teoria do objeto já conduziu, seguidamente sem nenhum contato com outros interesses filosóficos.

§12- Conclusão.

Se as considerações precedentes expuseram, ao menos em traços largos, a natureza e a legitimidade própria — assim como a situação que ela ocupa no conjunto das ciências — de uma disciplina particular, a "teoria do objeto", chegou o momento de dizer alguma coisa mais precisa sobre as tarefas e o método desta nova ciência. Porém, de uma parte, o essencial a este respeito já foi exposto por si mesmo no curso das reflexões precedentes: se se sabe de que trata uma ciência, as suas tarefas são também assim determinadas de maneira genérica, sobretudo se o caráter *a priori* da disciplina em questão é posto de início; o que, ao mesmo tempo, constitui também o essencial no que toca ao seu método. De outra parte, e antes de tudo, sabe-se muito bem que fazer projetos parece ser "muitas vezes uma atividade intelectual presunçosa e impertinente", e prescrever aos outros os caminhos que se evita de trilhar por si mesmo, é sem dúvida mais impertinente ainda. Por isso, sem dúvida eu faria melhor se me abstivesse deste ensaio sobre uma ciência que está por vir, se eu não estivesse justificado em me deter apenas na relação que eu precedentemente mantive com ela, excluída, talvez, a esperança que eu me contentaria com projetos em lugar de colocar eu mesmo a mão na massa. Para ser um Prometeu requer-se mais do que para ser um

Epimeteu, a ponto que não se tomará, certamente, por um elogio pessoal o fato de salientar que, durante anos, ou durante decênios, meu trabalho científico obedeceu a influência de interesses que concerniam à teoria do objeto sem que eu tivesse senão uma intuição de sua verdadeira natureza. Ora, pelo fato de que a natureza desses interesses se impôs a mim absolutamente por si mesma e sobre o plano prático, pois, eu poderia dizer quando[1], sobre o plano teórico igualmente, eu vejo um novo argumento, que não é certamente impositivo formalmente, bem que seu peso não implique que se o menospreze, em favor da legitimidade das exigências formuladas precedentemente em nome da teoria do objeto. Ora, mesmos estas exigências são aos meus olhos mais restrospectivas do que prospectivas; e se eu tivesse tido a ocasião, além disso, de me convencer, pelo meu exemplo e pelo de outros, a que ponto fecundo se revela a maneira de ver própria à teoria do objeto na posição e na resolução de problemas antigos como de problemas novos de número infinito, eu estaria agora justificado em não considerar muito precoce a tentativa de auxiliar esta maneira de ver, em expondo a especificidade, a ser explicitamente reconhecida.

Seja como for, a presença das reflexões precedentes no quadro da presente coletânea de estudos responde a um motivo mais especial. No círculo que, pela primeira vez, viu verdadeiramente nascer uma inteligência do sentido da teoria do objeto, a investigação desvelada por esta última não poderia deixar de receber uma atenção particularmente favorável. Foi isto que permitiu que se coloque dois dos estudos consagrados à teoria do objeto no início desta coletânea que, além desses textos, farão sem dúvida, aqui e ali, no curso desses outros artigos, alguns testemunhos do fato que o saber e a capacidade da teoria do objeto pode certamente se revelar igualmente frutífera para a investigação em psicologia. Parece, a este

---

1 Em todo caso muito antes de 1903, quando pela primeira vez eu tive a oportunidade de indicar a teoria do objeto nomeando-a assim explicitamente; cf. "Bemerkungen über den Farbenkörper etc.", *op. cit.*, p. 3 ss.

respeito, que foi sugerido, pelo título mesmo da coletânea, de se consagrar explicitamente à teoria do objeto e de fazer preceder os dois estudos citados acima por um tipo de análise ao nível dos princípios disso que se entende por esta designação. Desse modo, o que foi dito antes a propósito de uma nova disciplina científica, não se apresenta, mesmo dentro do quadro desta publicação, como um agradável sonho do futuro, seja como uma utopia, mas como um objetivo que se tem em vista da maneira mais clara possível e nós já começamos a mobilizar nossas melhores capacidades afim de o realizar.

Por conseguinte, se as presentes considerações devem exercer o papel de prólogo especialmente destinado a introduzir a parte desse volume consagrada à teoria do objeto, aqui é o lugar conveniente para algumas observações sobre os dois artigos seguintes. Não é apenas o encarregado da edição científica destes trabalhos que toma a palavra, mas sem dúvida antes o professor que, no curso de um período em que a maior parte não está tão longe assim, teve a felicidade de iniciar os autores destes artigos nas disciplinas filosóficas e que se sente assim justificado e mais, dadas as presentes circunstâncias que são particulares, toma como dever dissipar de cara certos mal-entendidos aparentes a propósito das intenções próprias dos trabalhos em questão.

Diante do precedente, eu me exporia à suspeita de ingratidão em relação a trabalhos pioneiros que, de tão diversas partes, permitiram colocar em pé a teoria do objeto, se eu declarasse de qualquer maneira que a teoria do objeto é uma ciência jovem, muito jovem. Aquele que a assume encontra uma profusão de problemas por tratar bem como uma variedade de possibilidades abertas de os resolver: mas, depois de mais reflexão, ele não pode esperar encontrar sempre o que é justo; ele deve, ao contrário, perceber que muitas coisas que ele acreditou ter estabelecido serão sacrificadas de novo pelo saber mais avançado e pela técnica de investigação mais desenvolvida do futuro. Comumente, no início, uma parte dos resultados cabe à personalidade do pesquisador de maneira

mais decisiva do que nas épocas em que as tradições são mais fortes e os caminhos da pesquisa mais planos. Por isso, os estudos que se seguem não devem jamais ser compreendidos como se seus autores acreditassem poder apresentar de modo unânime resultados definitivos. Não se trata senão de resultados transitórios, porém, não concebidos às pressas, o editor o pode testemunhar, mas antes numa perspectiva de serem melhorados — portanto, sob a idéia que o que eles abrem aqui é menos destinado a ser recebido passivamente pelo leitor do que criticado e reelaborado mais adiante.

Sob esta pressuposição, não se deve tomar como um problema de fundamento o fato de que, nos seus conceitos e na sua terminologia, as considerações dos dois artigos não estejam sempre de acordo um com o outro, nem com as concepções que eu mesmo tentei elaborar, embora isto novamente indique o estado ainda primitivo da teoria dos objetos, uma vez que os autores se sentiram mais de uma vez constrangidos a abordar questões de princípio e, portanto, talvez também, as mesmas questões de princípio. Pode-se facilmente ser tentado a nos censurar de não ter tomado cuidado, nas conversas, de aplainar as divergências afim de apresentar ao público, somente depois do acordo alcançado, munidos de um sistema solidamente articulado de conceitos conjuntamente coerentes. A exigência de preferir que se regule as controvérsias em privado antes que na cena da comunicação científica é certamente legítima e eu posso testemunhar que, nos departamentos de filosofia, em Graz, as discussões não faltaram. Mas, naturalmente, elas respeitaram o princípio da mais larga liberdade de convicção; e, se nós tivéssemos a intenção de não deixar se exprimir além de certos limites a voz das concepções individuais, nós teríamos aberto o caminho para sugestivos influxos, os quais poderiam revelar-se os mais prejudiciais, quando a pesquisa se sabe em seus começos. Se nós tivéssemos, no que se segue, oferecido um estado polido e unânime da pesquisa, nós não o poderíamos fazer senão aceitando renunciar aos estímulos que sem dúvida puderam se revelar os mais frutíferos para o

desenvolvimento ulterior da teoria do objeto.

Por uma parte ao menos, são considerações como essas que estão na origem de um outro defeito das duas contribuições seguintes e cujos autores estão bem conscientes. A literatura escrita a propósito de um objeto pode, de um lado, estimular aquele que o investiga, mas, de outro lado, pelas sugestões que ela fornece, ela pode matar de saída os germes suscetíveis de se desenvolver. Isto é o que justifica, ao menos por uma parte, eu espero, esta máxima fundamental a qual eu obedeço e que eu ensino há muito tempo como princípio primeiro da investigação: antes observar e refletir, depois ler. Mas, esta máxima corre o risco, eu não posso deixar de reconhecer, que a exploração da literatura seja talvez muito restrita, sobretudo quando o acabamento de um trabalho é fixado em uma data precisa ou que a consulta desta literatura seja dificultada por tais e tais circunstâncias. Estes dois fatores interviram juntos nas investigações que se vai ler sobre a teoria do objeto. Na medida em que o motivo exterior da presente publicação fixou a aparição da obra antes do fim de 1904, eu obriguei os autores a terminar suas contribuições em um momento em que eles estavam perfeitamente conscientes do profundo estado de inacabamento de seus trabalhos. De outra parte, a literatura concernente à teoria do objeto, como se pode deduzir das referências que se fez incidentalmente acima[1], é tudo menos facilmente acessível, pois não somente ela está dispersa sobre todos os horizontes científicos, mas, além disso, não se pode, por um lado, a descobrir ou a possuir senão nos estudos muito especializados de ciências vizinhas. Por isso se buscará em vão nos dois artigos em questão uma exploração minimamente eqüitativa da literatura matemática concernida a despeito do papel provavelmente decisivo que ela joga na fundação da teoria do objeto. Nenhum de nós pensa que se poderia permanecer assim: por minha parte, eu espero, não obstante estas circunstâncias particulares, que se encontre sempre

1 Cf. § 10 acima.

confirmada a máxima evocada que fixa a prioridade da reflexão sobre a leitura.

Se eu não me engano, o leitor não ficará chocado com a quantidade de conceitos e termos novos, dos quais muitos poderão lhe parecer supérfluos e pesados, pois, se eles realmente o forem, eles certamente não terminarão por se impor a longo prazo; também não ficará chocado por nós termos decidido designar este ou aquele conceito diferentemente do que eu talvez havia proposto antes em trabalhos anteriores. Um bom termo vale tanto quanto a metade de uma descoberta: e mais vale substituir um termo menos bom por um que se percebeu como melhor do que, por puro conservadorismo, continuar a retirar penosamente as conseqüências nocivas do antigo.

Eu resumo: no que precede tentou-se mostrar a legitimidade específica da teoria do objeto como uma ciência independente. Os dois artigos que se seguem* — bem como também implicitamente nas outras investigações recolhidas nesse livro — espera-se oferecer contribuições para esta ciência. A esse respeito, exigir qualquer coisa de definitivo e de irrefutável, seria demasiado, tal como as coisas estão hoje: é suficiente, por pouco que se alcance, apresentar à reflexão e à crítica daqueles que a querem perseguir certas concepções que permitam fazer aparecer como digna de confiança a via empreendida, e estimular aquele que se decida assumi-la. Possa nossa contribuição se revelar própria a ganhar reconhecimento e simpatia para a causa dessa nova ciência que é a teoria do objeto.

Leipzig, 1904.

---

* [Os dois artigos a que Meinong se refere são: "Beiträge zur Grundlegung der Gegenstandstheorie", de R. Ameseder, e "Untersuchungen zur Gegenstandstheorie des Messens".]

Outros Títulos Nefelibáticos:

Pensamento:

O Trágico – Karl Jaspers
Do Suicídio – David Hume
Scismas – Celso R. Braida
Tendências Atuais da Filosofia – Jean-Yves Béziau (Bilíngüe)

Poesia:

Os Poemas (1897-1914) - Konstantinos P. Kaváfis (Bilíngüe)
Os Poemas (1915-1919) - Konstantinos P. Kaváfis (Bilíngüe)
Cinco Poetas Romenos - Bacovia/Blaga/Tzara/Stanco/Naum (Bilíngüe)
Pequena Suíte em Vermelho Maior - Giánnis Ritsos (Bilíngüe)
Cantos Órficos - Dino Campana (Bilíngüe)
In Mundos Nefastos - Francisco Chelyfer
Líricas – Delmira Agustini (Bilíngüe)

Prosa:

O Homem que Ficou Vesgo e Outros Contos - Jason de Lima e Silva
Contos Fantásticos - Antologia Nefelibata
Vidas Sombrias - Pío Baroja
Nefas - Camilo Prado

No prelo:

Relegados Bardos - B.Lopes/P.Kilkerry/J.Freire/E.Pernetta/E.Rosas
Retrato em Preto e Branco Seguido de Orgia - Camilo Prado
Enquanto os Tempos Forem Nublados Estarás Só - Conde de Lêmur
Princípio da Bactéria - Francisco Chelyfer
A Confissão de Lúcio - Mário de Sá-Carneiro
Os Poemas (1920-1933) - Konstantinos P. Kaváfis (Bilíngüe)
Eu (na grafia antiga) – Augusto dos Anjos

Coleção Nimbus:

1. O Arpoador - Xavier Marques
2. A Estranha Morte do Prof. Antena - Mário de Sá-Carneiro
3. Uma Velha Casa Submarina - Camilo Prado
4. A Estátua de Sal - Leopoldo Lugones
5. O Amigo dos Espelhos - Georges Rodenbach
6. Fábula Selvagem – César Vallejo
7. Alguns Poetas do Hospicio – João do Rio
8. O Cirurgião do Mar – Gabriele D'Annunzio
9. O Monte das Almas – Gustavo Adolfo Bécquer
10. A Alma da Máquina – Baldomero Lillo

Versão Digital
1ª. edição
Desta versão foi feita uma edição em papel,
encadernada, costurada e colada à mão,
em junho de 2005, por *Edições Nefelibata*.